**TIC e movimentos sociais no urbano do século 21:
interfaces e possibilidades na busca pelo direito à
cidade**

Juliana Barbosa Zuquer Giaretta

**Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-
Graduação de Saúde Global e Sustentabilidade para
obtenção do título de Doutora em Ciências.**

**Área de Concentração: Saúde Global e
Sustentabilidade**

Orientadora: Profa. Dra. Gabriela Marques Di Giulio

São Paulo

2018

TIC e movimentos sociais no urbano do século 21: interfaces e possibilidades na busca pelo direito à cidade

Juliana Barbosa Zuquer Giaretta

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Saúde Global e Sustentabilidade para obtenção do título de Doutora em Ciências.

Área de Concentração: Saúde Global e Sustentabilidade

Orientadora: Profa. Dra. Gabriela Marques Di Giulio

Versão Corrigida

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada à fonte.

Catálogo da Publicação

Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a) Bibliotecária da FSP/USP: Maria do Carmo Alvarez - CRB-8/4359

Barbosa Zuquer Giaretta, Juliana
TIC e movimentos sociais no urbano do século 21:
interfaces e possibilidades na busca pelo direito à cidade
/ Juliana Barbosa Zuquer Giaretta; orientadora Gabriela
Marques Di Giulio. -- São Paulo, 2018.
202 p.

Tese (Doutorado) -- Faculdade de Saúde Pública da
Universidade de São Paulo, 2018.

1. Movimentos Sociais. 2. Tecnologias de Comunicação e
Informação. 3. Espaços Públicos Urbanos. 4. Direito à Cidade.
5. São Paulo. I. Marques Di Giulio, Gabriela, orient. II.
Título.

*Ao meu marido Juliano e minha filha Laura,
companheiros deste desafio e de tantos outros que ainda viveremos juntos.*

AGRADECIMENTOS

Essa deveria ser a parte mais fácil e prazerosa da escrita da Tese. Agradecer a todos que estiveram comigo nesta trajetória de quatro anos de estudos. Mas parece ingênuo da minha parte pensar que em duas ou três folhas, no máximo, isso seja possível. Imaginando este ser o meu último desafio exigido pela Tese, faço esta tentativa com uma lista de agradecimentos:

A **Deus** por estar sempre ao meu lado e me guiando para os caminhos certos, por colocar pessoas especiais em minha vida e, sobretudo pela força nos momentos em que fraquejei ou pensei em desistir. Que o Senhor continue andando na minha frente, para me guiar; ao meu lado, para me acompanhar; acima de mim, para me abençoar; e atrás de mim, para me proteger.

À minha orientadora **Gabriela Marques di Giulio**, que desde o início aceitou me orientar compreendendo minhas condições profissionais e pessoais e com um tema desafiador, com total apoio, disponibilidade e obstinação em juntas buscarmos os melhores caminhos tanto para a tese, como para minha carreira acadêmica. Aprendi demais nestes anos em que convivemos juntas. Levarei comigo todos os seus ensinamentos.

À **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** que me concedeu uma bolsa de estudos para realização do doutorado-sanduíche em Roma (Itália), o que não teria sido possível se não fosse por meio deste auxílio financeiro.

Aos membros da banca examinadora, obrigada pela dedicação e compartilhamento de seus conhecimentos comigo neste processo. Não poderia deixar de mencionar aqui um agradecimento especial ao professor **Massimo Di Felice** que foi quem me fez ficar fascinada e intrigada pelas relações estabelecidas neste século entre os humanos e a tecnologia. Além disso, sua colaboração e parceria foram fundamentais para meu estágio de quatro meses em Roma na **Università degli Studi Roma Tre**, que me recebeu de braços abertos sob supervisão do professor **Mario Pireddu**, a quem também devo meu obrigada pelos ensinamentos neste período que estivemos juntos.

Ao meu marido **Juliano e a minha filha Laura**: não tenho palavras suficientes aqui que expressem minha gratidão no apoio que me ofereceram durante o doutorado. Foram tantos momentos em que precisamos nos dividir para que os objetivos propostos fossem alcançados que perdemos as contas. Porém, ganhamos mais força e vimos o quanto juntos somos mais fortes. Vocês são meus braços, mãos, pernas e como digo a vocês todos os dias: faça e sempre farei tudo por vocês!

Aos meus pais **Suely e Edison**, agradeço pela forma como me criaram, com ensinamentos que puderam me trazer até aqui. Hoje, como mãe, percebo o quanto importante é ter pais presentes não a todo o momento, mas naqueles essenciais da vida e foram nesses que vocês estiveram comigo se dedicando a minha saúde, educação e formação de meu caráter.

Ao meu irmão **Vitor**, que mesmo com tamanha diferença de idade, soube ajudar, de seu modo, em todos os momentos que precisei de ajuda.

A todos da minha família (**Barbosa, Zuquer, Lucchesi, Campos, Louzada, Giaretta, Ciasca, Calabresi**), agradeço pelo apoio e por me amarem e me aceitarem do jeito que eu sou. Obrigada principalmente com os cuidados com a Laura quando precisei que ela estivesse com vocês para que essa tese fosse escrita.

A todos os amigos, especialmente a **Ana Karina, Cleide, Débora, Marcela, Mariana, Maria Luiza (Malú), Renata, Rafael e Quezia (Bibi)**, que independente da distância geográfica ou do tempo curto de encontros presenciais, estiveram sempre presentes nesta longa jornada em minha vida, acompanhando meus passos, rindo ou chorando junto comigo.

Aos meus **alunos e colegas professores** das instituições de ensino por onde atuei nestes anos do doutorado, de maneira especial aos professores **Tony, Vinícius, Douglas, Patrícia Sosa e Patrícia Brecht**.

Aos **funcionários, professores, colegas e amigos do doutorado** que fiz nesta trajetória na Faculdade de Saúde Pública e Universidade de São Paulo (FSP/USP) e que me auxiliaram quando necessário.

A **Vânia**, secretária da Pós-Graduação do programa ao qual faço parte, pela sua paciência e disponibilidade de atendimento constante a mim oferecida.

Ao professor **Arlindo Philippi Jr**, já que se não fosse a oportunidade de fazer meu mestrado sob sua orientação, eu provavelmente não estaria aqui escrevendo estes agradecimentos. Viver na sua companhia e observá-lo foi um privilégio. Você não é apenas um excelente professor, escritor e editor de livros, coordenador de programas de Pós-Graduação ou Presidente / Diretor de Comissões e Órgãos de Avaliação, mas uma das mais brilhantes mentes e pessoas que passaram pela minha vida até agora.

Ao professor e amigo **Valdir Fernandes**, por ter me recebido de braços abertos quando entrei no mestrado e continuado com sua paciência e dedicação acompanhando por todos estes anos meus estudos. Posso afirmar que quase 90% de tudo o que sei e do que me formei hoje como pesquisadora e professora eu devo a você e serei eternamente grata por isso.

E, por fim, mas não menos importante, aos **meus entrevistados de São Paulo e de Roma**, que aceitaram participar deste estudo e depositaram em mim suas vidas e emoções nesta busca por uma cidade melhor. Olhar através dos olhos de vocês foi algo que mudou minha percepção quanto aos meus deveres e direitos como cidadã. Sem vocês este estudo não teria sido possível.

Você precisa fazer aquilo que pensa que não é capaz de fazer. A melhor maneira de prever o futuro é inventá-lo. Nada de grande se cria de repente. O importante é isso: estar pronto para a qualquer momento, sacrificar o que somos pelo que poderíamos vir a ser. Ria e o mundo rirá com você. Chore e você chorará sozinho.

(Eleanor Roosevelt)

RESUMO

GIARETTA, J. B. Z. **Tic e movimentos sociais no urbano do século 21: interfaces e possibilidades na busca pelo direito à cidade.** 2018. Tese (Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2018.

Numa aposta de que as cidades exercem papel político revitalizado para o enfrentamento da crise contemporânea urbana e da democracia, este trabalho debruça-se sobre os movimentos sociais recentes que emergem nas grandes cidades, e que se apoiam principalmente no uso e apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para ampliar possibilidades de ação e mobilização de recursos na busca por espaços mais inclusivos e sustentáveis. Apoiado em um referencial teórico sobre sinergias e interfaces entre o que se caracteriza como ambiente urbano no século 21 e o impacto das TIC nos modos de vida, o estudo traz resultados de uma análise de experiências em curso na megacidade de São Paulo e uma breve imersão sobre experiências na cidade de Roma, na perspectiva de ampliar o olhar sobre as especificidades destes movimentos, cada vez mais presentes nas grandes cidades ao redor do mundo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada em diferentes métodos incluindo observação participante, entrevistas com integrantes desses movimentos e análise bibliográfica e documental. Com base nos princípios da *Grounded Theory* (Teoria Fundamentada nos Dados), o estudo realizado não parte de teorias pré-estabelecidas; sua base teórico-analítica emerge dos dados. Como recorte para análise, foram escolhidos movimentos sociais que se apropriam das TIC em seus processos de formação, atuação, mobilização e projeção e atuam nas temáticas de infraestrutura verde, mobilidade e uso e ocupação de espaços públicos. Tendo em vista a análise da situação de ação desses movimentos, o trabalho apresenta e discute suas essências, formações, motivações e conquistas e, particularmente, se (e como) reconfiguram a participação social no processo de tomada de decisão e na gestão da cidade, tanto no contexto macro como nos contextos micro de discussão e negociação. Argumentamos que estes movimentos sociais encontram no uso das TIC um meio de mobilizar recursos e estratégias de organização e de ação dos cidadãos nas cidades, com objetivo principal de definir rumos condicionados ao “direito à cidade” na busca de maior participação democrática, relações políticas mais horizontalizadas e modelos de autogestão apoiados em uma nova forma de ativismo digital. Os resultados apontam que, tanto em São Paulo como em Roma, esses movimentos lutam por uma mudança na lógica da cidade. Construídos em rede e nas redes, promovem formas de atuação e diálogo criativas, interativas, dinâmicas e inovadoras, nunca antes vistas. Em se tratando de participação pública, parece não haver dúvidas de como a forma de utilização das TIC por estes movimentos tem alterado e ressignificado este conceito.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Tecnologias de Comunicação e Informação; Espaços Públicos Urbanos; Direito à Cidade; São Paulo.

ABSTRACT

GIARETTA, J. B. Z. **Tic and social movements in the urban spaces of the 21st century: interfaces and possibilities in the search for the right to the city.** Doctoral Thesis in Global Health and Sustainability - Faculty of Public Health, University of São Paulo, 2018.

Based on the assumption that cities play a revitalized political role in confronting the contemporary urban and democratic crisis, this study focuses on the "new" social movements that emerge in large cities and megacities, and which rely mainly on the use and mastery of Information and Communication Technologies (ICT) to expand possibilities of action and of resources mobilization in the search for more inclusive and sustainable spaces. With bases on a theoretical framework concerning synergies and interfaces between what can be considered the urban environment in the 21st century and the impact of ICT on lifestyles, this research brings results of an analysis of ongoing experiences in the megacity of São Paulo and a brief immersion about similar experiences in the city of Rome, in the perspective of widening the gaze on the specificities of these movements, increasingly present in large cities around the world. It is a qualitative research based on different methods, including participant observation, interviews and bibliographic and documental analysis. Based on the principles of the Grounded Theory (a theory based on data), this study is not based on pre-established theories; instead, its theoretical-analytical basis emerges from the data. As a framework for analysis, we have chosen social movements that take ownership of ICT in their formation, actuation, mobilization and projection processes, and work on green infrastructure, mobility and the use and occupation of public spaces. Taking into consideration the situational analysis of the actions taken by these movements, this study presents and discusses its essences, formations, motivations and achievements, and, in particular, if (and how) they reconfigure the social participation in the decision-making process and in the management of the city, both in the macro context and in the micro contexts of discussion and negotiation. We defend that these social movements find, in the use of ICT, a means of mobilizing resources and strategies of organization and action among citizens in the cities, with the main goal of defining ways conditioned towards a "right-to-the-city", in the search for greater democratic participation, more horizontal political relations, and self-management models supported by a new form of digital activism. The obtained results point that, both in São Paulo and in Rome, these movements fight for a change in the logic of the city. Built in a network and on networks, they promote creative, interactive, dynamic and innovative ways of acting and dialoguing, seen never before. In terms of public participation, there seems to be no doubt as to how the use of ICT by these movements has altered and re-signified this concept.

Key Words: Social Movements; Information and Communication Technologies; Urban Public Spaces; Right to the City; Sao Paulo.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
--------------------------	-----------

PARTE I: INTRODUÇÃO.....19

PESQUISA EMPÍRICA E LÓCUS DO ESTUDO.....	26
ESTRUTURA DA TESE	31

PARTE II: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....32

ENFOQUE ESCOLHIDO.....	33
COLETA DOS DADOS	37
IDENTIFICAÇÃO DA AMOSTRA.....	42
ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	47

PARTE III: REFERENCIAL TEÓRICO.....50

1. CIDADES E DESAFIOS À GOVERNANÇA NO SÉCULO 21.....	51
DAS CIDADES AO URBANO DO SÉCULO 21.....	51
O DIREITO À CIDADE E A BUSCA PELA GOVERNANÇA URBANA.....	60
2. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) E	
SOCIEDADE EM REDE.....	66
REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E EMERGÊNCIA DAS TIC	66
3. MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDE E O DIREITO À CIDADE	79
HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	79

PARTE IV: RESULTADOS E DISCUSSÕES.....90

4. COLETIVOS URBANOS E SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS.....	91
ORIGEM	91
ESTRUTURA	110
RELAÇÃO COM OUTRAS INSTITUIÇÕES.....	121

5. NATUREZA DA PARTICIPAÇÃO.....	135
PERFIL DOS INDIVÍDUOS	135
MOTIVAÇÕES.....	142

6. USO DAS TIC.....	153
TIPOS DE TIC E OBJETIVOS DO USO	153

PARTE V: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....170

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	176
APÊNDICES	192
CURRÍCULOS LATTES	200

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Movimentos/Coletivos/Integrantes entrevistados em São Paulo.....	44
Quadro 2 - Movimentos/Coletivos/Integrantes entrevistados em Roma.....	46
Quadro 3 - Dimensões, categorias de análise e sub-categorias.....	49
Quadro 4 - Características dos movimentos sociais anteriores (modernos) e dos movimentos sociais atuais (em rede).....	88

APRESENTAÇÃO

*“Ninguém nasce feito,
ninguém nasce marcado
para ser isso ou aquilo.
Pelo contrário, nos
tornamos isso ou aquilo.
Somos programados, mas,
para aprender (...)”.*

*(Paulo Freire – Política e educação:
ensaios, 1993, p. 104)*

Sou bióloga de formação, especialista em Saúde Ambiental e Mestre em Ciências, com enfoque em Política, Planejamento e Gestão Ambiental, estes dois últimos títulos concedidos pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP).

Minhas pesquisas sempre estiveram voltadas para temas relacionados à sustentabilidade nas cidades. Na especialização, meu objetivo foi observar a disposição de Resíduos Eletro-Eletrônicos (REEE) na FSP/USP (2007)¹, tendo como resultado uma proposta, posta em prática posteriormente, de coleta específica destes resíduos na faculdade². O descarte de resíduos oriundos do avanço tecnológico foi algo que me chamou atenção naquele momento em que acompanhei, na universidade que ministrava aulas e na própria FSP/USP onde estudava, a disposição inadequada de diversos disquetes que foram prontamente substituídos por CD-ROM e estes substituídos por Pen Drives. Nesta cadeia de substituições em poucos anos, queria compreender o quanto as pessoas sabiam ou não dos resultados deste descarte inadequado.

Abandonando esta ideia (por um tempo apenas) de estudar os REEE, no Mestrado a pesquisa desenvolvida buscou uma aproximação teórica mais profunda com o campo da participação social e tomadas de decisões no nível local no Brasil, tendo como objetivo identificar fatores determinantes da participação social nesta esfera (2011)³. Passados alguns anos do término da especialização, fiquei inquieta (como boa pesquisadora) em investigar os motivos da pouca ou nula participação dos cidadãos nas tomadas de decisões que afetam suas vidas, mesmo sabendo o quanto elas podem influenciar seu cotidiano. Eu mesma não me

¹ ZUQUER, J.B. Avaliação da disposição final de baterias de aparelhos celulares, disquetes e cd-rom na Faculdade de Saúde Pública, São Paulo – 2006 Monografia (Especialização), 2007.

² GIARETTA, J.B.Z.; TANIGUSHI, D.G.; SERGENT, M.T.; VASCONCELLOS, M.P.; GÜNTHER, W.M.R. Hábitos Relacionados ao Descarte Pós-Consumo de Aparelhos e Baterias de Telefones Celulares em uma Comunidade Acadêmica. *Saúde Soc.* São Paulo, v.19, n.3, p.674-684, 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v19n3/18.pdf>>.

³ GIARETTA, J.B.Z. Participação Social e Gestão Ambiental Municipal no Brasil: Desafios e Condicionantes. Dissertação (Mestrado), 2011. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-24052011-161139/pt-br.php>>.

⁴ GIARETTA, J.B.Z. O município como ente central na gestão ambiental brasileira. In: PHILIPPI JR, A.; SAMPAIO, C.A.C; FERNANDES, V. *Gestão de Natureza Pública e Sustentabilidade*. São Paulo: Manole, 2012.

considero uma pessoa engajada e também não participo muitas vezes das decisões que me afetam no cotidiano; por isso quis entender quais eram os fatores que influenciavam esta apatia política que recai sobre mim e sobre tantos outros cidadãos. Os resultados obtidos apontaram que, dentre os principais fatores de entrave e ao mesmo tempo de sucesso de uma participação social no processo decisório no nível local, estão informação/comunicação, educação individual e percepção dos problemas ambientais. Fiquei satisfeita com os resultados alcançados, mas ainda intrigada por serem resultados obtidos a partir de uma análise teórica de estudos de caso: seriam estes fatores os mesmos que influenciam a participação social quando observadas experiências empíricas de tomadas de decisões nas cidades?

Parei por um tempo os estudos para cuidar da minha filha que nasceu junto com a dissertação do mestrado; mas, em 2014, retornei à minha casa acadêmica (FSP/USP) para iniciar uma longa jornada de estudos em um doutorado no Programa de Saúde Global e Sustentabilidade. Este estudo contemplou o desenvolvimento de uma pesquisa desafiadora e que dialoga com o campo interdisciplinar de Ambiente e Sociedade, com particular atenção na relação entre indivíduos e tecnologias digitais e os possíveis desdobramentos dessa interação para a governança ambiental e urbana e a reconfiguração proporcionada por esta relação nos modos de vida nas cidades.

O tema escolhido reflete inquietações teóricas e empíricas relacionadas aos possíveis usos da internet – entre os prazeres e benefícios vinculados à rede virtual, com possibilidades e facilidades múltiplas de buscas, pesquisas, redes sociais de relacionamento (como *Facebook*, *Twitter*), jogos on-line e aplicativos digitais; e entre as críticas feitas sobre os efeitos negativos da internet em seus usuários e suas práticas sociais. Perguntava-me a todo o momento qual seria o potencial da internet para modificação das tomadas de decisões,

particularmente nas cidades. Qual é seu potencial se utilizada com a finalidade de influenciar decisões relevantes para melhoria de espaços públicos urbanos?

Apostando nos efeitos positivos das inovações digitais e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para melhoria da qualidade de vida nas cidades, a pesquisa teve como ponto de partida a leitura de uma notícia jornalística sobre o aplicativo digital brasileiro Colab, criado em 2013, e que havia recebido importante prêmio internacional como melhor aplicativo urbano do mundo. O motivo do prêmio? Ser um aplicativo voltado para a promoção de cidadania e aperfeiçoamento da gestão pública nas cidades brasileiras. Mas conseguiria ele promover esta melhoria? De que forma?

O interesse pelo aplicativo e pelo tema de pesquisa que começava a se delinear foi imediato, mas não parou por aí. A partir da imersão em leituras e realização de disciplinas com foco nas interfaces entre Ambiente, Sociedade, Comunicação e Tecnologia, nos diálogos estabelecidos com pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento e participações em eventos científicos nacionais e internacionais, meu olhar foi lapidado, ampliado e reconfigurado e, junto com ele, a pesquisa.

A ideia inicial de analisar a utilização de aplicativos digitais para promoção de melhoria na governança e qualidade de vida nas cidades num contexto de *Smart Cities* se ampliou, uma vez que muitas notícias, sobretudo internacionais, destacavam a atuação de movimentos sociais que se organizavam por meio das TIC para reivindicar direitos políticos, sociais, culturais, geográficos ou ambientais nas cidades, com resultados, na maior parte das vezes, positivos em suas lutas.

Em um primeiro olhar, estes movimentos que emergem da sociedade em rede em quase nada se parecem com aqueles que observamos em décadas passadas, até porque se apóiam em um recurso tecnológico de amplo alcance e rapidez nunca antes visto. Além disso, têm como objetivo principal a conquista de uma democracia participativa que possibilite ao

cidadão sua intervenção direta nos processos e procedimentos de tomada de decisão e exercício de poder, com formas de organização ausentes de lideranças, caracterizadas por diálogos horizontais e com foco na utilização e ocupação do espaço público urbano. A sinergia existente entre estes movimentos sociais e as TIC foi o que chamou minha atenção por ultrapassar barreiras globais ao inaugurar uma nova cultura de práticas participativas, colaborativas e opinativas superando limites antes rígidos das formas de participação social existentes.

Assim, o olhar principal deste estudo se voltou a tentar entender como ocorre a utilização e apropriação das TIC no processo de organização, ação e mobilização de recursos por esses movimentos na busca por uma cidade mais sustentável, saudável, resiliente, inclusiva e, acima de tudo, ampla nos seus diferentes usos na busca da qualidade de vida.

Numa tentativa de responder como o uso das TIC tem moldado os modos de vida, concepções do uso do espaço urbano e, ao mesmo tempo, proporcionado novas formas de inserção dos cidadãos nas tomadas de decisões locais, esta pesquisa se debruça numa análise de experiências registradas na megacidade de São Paulo e se vale de uma breve imersão sobre iniciativas que emergem na cidade de Roma, Itália, onde desenvolvi meu estágio de doutorado sanduíche (*Università degli Studi Roma Tre*). Certamente a ampliação do meu olhar desde uma perspectiva internacional foi relevante para as discussões e reflexões apresentadas neste trabalho.

As respostas para estas questões não estavam prontas e muito menos se mostraram fáceis sob o ponto de vista de um fenômeno dinâmico, que se altera a todo o momento; mas, o desejo e anseio de respondê-las foi certamente o que me moveu ao longo destes anos de estudo. Já aviso antecipadamente ao leitor que não descobri todas as respostas, nem cheguei a todos os resultados que gostaria (até porque, sendo virginiana, isso seria demasiado difícil). Contudo, trago e divido aqui reflexões e angústias de uma pesquisadora e cidadã que, como os

grupos estudados, almeja uma cidade “ideal” e que respeite de modo coletivo os direitos existentes e também estimule deveres para todos.

PARTE I

INTRODUÇÃO

“Sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino”.

(Paulo Freire – Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa, 1996, p. 85).

Desafio foi e é a palavra-chave desta pesquisa. Estudar um fenômeno como o que se propõe aqui é desafiador para qualquer pesquisador, já que se trata de algo contemporâneo, mutável, dinâmico e com poucos arcabouços teórico-analíticos mais acabados para se apoiar e, ao mesmo tempo, com diversas bases teóricas importantes, de diferentes períodos históricos, para consultar e apreender. Construir as “amarras” necessárias e um olhar mais preciso que conduziria a investigação foi um processo longo, de idas e vindas. Aliás, isso é algo particular em minhas pesquisas: sempre que mergulho em um novo tema me imagino como alguém que perdeu a visão totalmente ou temporariamente à semelhança do que é relatado no livro “Ensaio sobre a Cegueira” de José Saramago e que, portanto, precisa de óculos para poder enxergar um novo mundo que se mostra. A depender da deficiência visual apresentada e se esta for reversível, será necessário um tipo de óculos com graus e objetivos diferentes para enxergar de longe, de perto, ampliar a visão e assim por diante. Aqui, minha lente foi elaborada ao longo da pesquisa e ainda encontra-se sendo constantemente ajustada, mas com foco certo: tentar entender como e de que modo processos recentes, como a globalização e a revolução tecnológica, impactam os modos e estilos de vida nas cidades neste século 21.

A opção por olhar as cidades se deu por estas sintetizarem de forma expressiva consequências, tanto positivas como negativas, de fenômenos como a urbanização acelerada e a globalização, tornando-se um local interessante para compreender e interpretar reestruturações materiais e simbólicas do mundo que se formou (LAZZARINI, 2015). Neste sentido, a escolha por realizar esta pesquisa junto ao Programa de Saúde Global e Sustentabilidade na FSP/USP não poderia ter se mostrado mais adequada por este ser um programa novo, apoiado em princípios da internacionalização e inter-institucionalidade, e que privilegia uma abordagem interdisciplinar nos estudos que se debruçam sobre as interfaces entre Ambiente, Sociedade, Tecnologia e Qualidade de Vida, motivando um diálogo com

autores de diferentes campos de conhecimento. Esse enfoque é importante para compreender questões globais e o modo como elas refletem em nível local, dando abertura completa para o pesquisador pensar temas emergentes, como o apresentado neste trabalho. O estudo realizado se vincula à linha de pesquisa “Sustentabilidade e Modos de Vida”, que tem como proposta apresentar reflexões em contextos internacionais/nacionais e globais/locais sobre resultados do processo de globalização nos estilos de vida nas cidades, sobretudo sobre os sistemas sociais, culturais, de saúde, políticos, econômicos e ambientais (DIAS et al., 2017).

Para a realização do estudo, apoiei-me na *Grounded Theory* (Teoria Fundamentada nos Dados), que proporciona ao pesquisador maior leveza na condução de sua investigação construindo de modo indutivo (e não ao contrário) uma teoria que passa a emergir dos dados, mostrando-se mais apropriada para o objetivo principal da pesquisa, acrescentando novas reflexões e perspectivas para compreensão do fenômeno estudado. Mas a qual fenômeno me refiro?

Desde os acidentes de proporções globais registrados na segunda metade do século 20, como a contaminação da Baía de Minamata no Japão, vazamento de gás tóxico na Índia e o acidente nuclear de Chernobyl na Ucrânia, por exemplo, temos buscado compreender como promover na prática o desenvolvimento sustentável, que ainda carece de uma definição precisa (VEIGA, 2002; MATIAS, 2014), numa aposta de que a sustentabilidade é um valor fundamental de nossa época por exprimir desejos coletivos da humanidade, particularmente a necessidade de uma relação harmônica entre o homem e o ambiente, com limitações para exploração dos recursos naturais (BRUNDTLAND, 1987). Nas últimas décadas, houve avanços quanto à elaboração de legislações ambientais pautadas na prevenção da poluição e em princípios, como o do poluidor-pagador, realização de encontros globais promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) como a Rio 92, Rio+10, Rio +20 e conferências climáticas buscando estratégias globais para a promoção de sustentabilidade. Recentemente,

em 2015, a ONU estabeleceu a proposta de uma Agenda para 2030, com planos de ação para o alcance do desenvolvimento sustentável em escala global, numa perspectiva de que todos os países e partes interessadas (*stakeholders*⁵), por meio de alianças e parcerias, possam implementar ações necessárias para um futuro próximo e desejado (ONU, 2015). Neste escopo, foram estabelecidos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), baseados na experiência e continuidade da essência dos Objetivos do Milênio (ODM) e que remetem a questões apoiadas no *Triple Bottom Line (TBL)* ou Tripé da Sustentabilidade (ELKINGTON, 1997): estratégias voltadas às questões sociais, ambientais e econômicas de modo integrado e indivisível (ONU, 2015). Dentre os 17 ODS, um deles refere-se especificamente às cidades. O ODS 11 traz a necessidade de tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, destacando questões como acesso à habitação segura, sistema de transporte sustentável, redução do impacto ambiental negativo *per capita* das cidades, acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos e verdes (ONU, 2015⁶). Todavia, ainda estamos “contra as cordas” (MATIAS, 2014) no que tange à garantia da sustentabilidade nas cidades. Neste século 21 vivemos em um contexto de globalização, que acelera a produção de mercadorias e gera especialização produtiva de alguns lugares, e de cosmopolitização, no qual as localidades internalizam o que é global (BECK, 2002). Neste contexto, as cidades têm exercido cada vez mais um papel político revitalizado (GIDDENS, 2005), tanto no enfrentamento da crise contemporânea urbana (LEITE, 2010) e da democracia (BAUMAN, 2016), como na mudança de paradigmas em relação ao uso de recursos naturais, à construção de territorialidades, aos processos de produção e à gestão do espaço urbano (CARLOS, 2007; LEFEBVRE, 1999, 2014). Particularmente as grandes cidades evidenciam

⁵ Pessoas envolvidas em um determinado processo e que são essenciais para o planejamento estratégico de qualquer tipo de projeto. RENN (1992) define *stakeholders* como grupos organizados socialmente, afetados ou que têm forte interesse nos resultados de um evento ou atividade; portanto, seu envolvimento no processo decisório é mais inclusivo.

⁶ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods11/>>. Acesso em: 10 de out. 2017.

que a organização social, política e econômica estabelecida após a revolução industrial no formato *top-down* tem sido colocada à prova.

Entendidas como construções humanas e produtos histórico-sociais resultantes das relações da sociedade com a natureza (LEFEBVRE, 1999, 2014; CARLOS, 2007, 2010) e, por isso mesmo, nunca completamente fechadas para novas possibilidades de apropriação (LEFEBVRE, 1996), as cidades, atualmente muito maiores e mais complexas devido às diversidades existentes, conexões e fluxos globais (LEITE, 2010; SETO et al., 2010), têm sido objetos de estudos, que buscam compreendê-las à luz dos processos de capitalismo (HARVEY, 2008, 2014), globalização e revolução tecnológica (DI FELICE, 2009). Particular atenção tem sido dada às megacidades⁷, que concentram os principais desafios urbanos (como densidade populacional e desigualdades político-econômicas e sociais) e evidenciam a necessidade de processos eficazes de governança com um requisito essencial para o urbano do século 21, como forma de lidar com o aumento de incertezas e riscos existentes sobretudo quanto ao clima e questões globais (PAHL-WOSTL, 2009). Em outras palavras, processos que privilegiem o compartilhamento do poder decisório do Estado em relação às questões relativas ao interesse público (DAGNINO e OLIVERA, 2006), em uma abordagem plural e interativa de poder (GAUDIN, 2001), envolvendo a coordenação entre atores interdependentes, de forma a lidar com questões de ação coletiva e de cooperação (GUIMARÃES e MARTIN, 2001), com características de transparência e *accountability*.

Neste cenário, a tecnologia, particularmente as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), tem papel central tanto para a ampliação de processos abertos de participação da sociedade, desde fiscalizadora à propositora de melhoria da gestão dos territórios em diversos setores, como para a elaboração das diferentes percepções dos indivíduos quanto ao ambiente e, conseqüentemente, dos riscos a que estão expostos (DI

⁷ Cidades que possuem mais de 10 milhões de habitantes, conforme definição da Organização das Nações Unidas (ONU).

FELICE et al., 2012; DI FELICE, 2013a). A emergência das TIC tem alterado de modo significativo, positivamente e negativamente, os modos de vida e atividades humanas fundamentais da organização do trabalho, de relações entre os indivíduos, de procedimentos democráticos e multiplicação de identidades pessoais no espaço urbano (DIANI, 1999), trazendo novas configurações sociais (SCHERER-WARREN, 1995; CASTELLS, 2003, 2009; ALONSO, 2009; LÉVY, 2010), culturais (JENKINS, 2009), comunicacionais (LE MOS e LÉVY, 2010; RECUERO, 2005) e políticas (FREY, 2000; KARAMAGIOLI et al., 2010). Essas tecnologias têm contribuído para a reconfiguração nas formas de sociabilidade e na própria forma de habitar o ambiente urbano (DI FELICE, 2009, 2013a), proporcionando novas possibilidades de atuação e interação dos indivíduos na busca por melhoria das condições de habitação nas cidades (CASTELLS, 2009, 2013). Além disso, e em âmbito global, o uso intensivo e estratégico das TIC é defendido pela ONU (2015) como fundamental para o atendimento, em longo prazo, dos ODS, particularmente quanto ao acesso a informações e recursos que promovam alianças e parcerias entre as nações.

Mais recentemente e por meio dessas novas tecnologias, principalmente das redes sociais⁸, experiências registradas em diversas partes do mundo têm mostrado que os indivíduos estão se organizando e buscando romper com a lógica de atuação da democracia ocidental (CASTELLS, 2003; DI FELICE, 2009; SANTAELLA e LEMOS, 2010; PEREIRA, 2011; SANTOS JUNIOR, 2014) e da comunicação frontal e unidirecional (DI FELICE et al., 2012), de modo a atuarem em um contexto de trocas de informações em rede⁹ emitidas por

⁸ Entendidas aqui na lógica de RECUERO (2005) e CASTELLS (2003) e complementarmente ao que SCHERER-WARREN (1995, p. 1047), sob olhar antropológico, aponta: “(...) redes sociais são elos/relações nodais que têm a ver com o tecido social (sistêmico) (...)”.

⁹ Entendida sob a ótica da Teoria Ator-Rede (TAR) de Michel Callon, John Law e Bruno Latour como “(...) um conceito dinâmico (...) que é gerado pelas associações (...) produzido pela associação ou composição de atores humanos e não humanos (...) que é tecido em dada associação. (...) O conceito de rede visa apreender algo pulsante, o que se forma e se deforma aqui e acolá pela dinâmica das relações” (LE MOS, 2013, p. 54).

diversos *actantes*¹⁰ (LATOUR, 1996; DI FELICE, 2009; 2013b). Ao se organizarem em/na rede, configuram-se em movimentos sociais urbanos com práticas de interação colaborativas e criativas (DI FELICE, 2009) que provocam a participação ativa e superam os limites da esfera opinativa e da participação eleitoral (CASTELLS, 2003; DI FELICE et al., 2012). São indivíduos que atuam como “mordomos” da cidade engajados para auxiliar no redirecionamento do processo de urbanização, de modo que este possa promover mudanças positivas para a humanidade e para suporte dos sistemas (ANDERSSON et al., 2014).

Nos últimos anos, é crescente o número de cidades do mundo que possuem práticas urbanas micro espaciais constituídas sob o modo “*Do-It-Yourself (DIY)*”, sendo muitas delas planejadas com o uso de TIC como, por exemplo, a criação de jardins comunitários e cooperativas de habitação e varejo, ocupação de locais abandonados e práticas de apropriação cultural da cidade com grafite, grupos de skatistas e artistas de rua (IVESON, 2013). Contudo, as práticas coletivamente construídas em/na rede (DI FELICE, 2009, 2013b) vão mais longe. Recentemente, exemplos puderam ser acompanhados em cidades do Egito (“Primavera Árabe”), Estados Unidos (“*Occupy Wall Street - OWS*”), Espanha (“*Movimiento 15-M*” e “Praça do Sol”), Grécia (“Praça Sintagma”; “*Movement of Squares*”), Reino Unido (“Escadarias de Sant Paul”), Chile (Revolta dos Estudantes) e, mais recentemente, no Brasil (“Ocupe Estelita” e “Jornadas de Junho”). Esses movimentos reivindicavam, sobretudo, o fim de regimes corruptos e autoritários e questionavam a legitimidade do governo e maior participação nas tomadas de decisões (LE MOS e LÉVY, 2010; LIRA e FERNANDES, 2015). Mais do que isso, esses movimentos já sinalizavam aspectos fundamentais do 11º ODS –

¹⁰ O termo *actante* é descrito na Teoria Ator Rede (TAR) e é usado para referenciar entidades humanas ou não humanas que geram uma ação, um movimento ou diferença, isto é, humanos ou não-humanos isentos de hierarquias que permanecem em um mesmo lócus e que são os responsáveis por produzir a ação, configurando como o ator da expressão “ator-rede”. São eles os mediadores e articuladores que proporcionaram a elaboração de uma rede interna e externa a ele por meio de associações com outros *actantes* (LATOUR, 1996; LEMOS, 2013).

“Cidades e Comunidades Sustentáveis” (ONU, 2015) – na busca por cidades inclusivas, igualitárias e que promovam qualidade de vida.

PESQUISA EMPÍRICA E LÓCUS DO ESTUDO

A cidade de São Paulo e os movimentos que abriga, suscita e provoca mudanças podem ser estudados à luz deste atual cenário. Localizada na região sudeste do Brasil, a capital do estado de São Paulo, município central da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)¹¹, é considerada uma das cidades mais influentes no cenário global, a mais populosa do Brasil e a 6ª mais populosa do mundo (IBGE, s.d.). São mais de 12 milhões de habitantes distribuídos em seus 1.521 km² de modo não planejado (IBGE, 2010).

Apesar de possuir um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)¹² considerado alto (0,805) (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, s.d.), São Paulo apresenta expressivas taxas de desigualdades na promoção de serviços de saúde, educação, segurança e saneamento que comprometem as condições de vida em seu território. Exemplo desses contrastes é observado na diferença de expectativa de vida de 25 anos entre moradores do bairro de Itaquera (Zona Leste) e do Jardim Paulista (Zona Central) e do número de leitos hospitalares público e privados disponíveis para utilização dos cidadãos, que chega a 34,7 leitos no Jardim Paulista contra 0,76 leitos no Jardim Ângela, outro bairro no extremo leste da cidade. Em contrapartida, é no distrito de Parelheiros (onde está localizado o Jardim Ângela), que se concentra a maior quantidade de áreas verdes da cidade:

¹¹ A RMSP concentra 39 municípios e é o maior pólo de riqueza nacional (EMPLASA, s.d.).

¹² Medida composta por três dimensões (longevidade, educação e renda) que mede, para cada município, o índice de desenvolvimento humano. Este valor pode variar de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1 estiver, maior será o desenvolvimento humano do local (PNUD BRASIL, s.d.).

501,73 áreas/habitante contra apenas 6,33 área/habitante no distrito de Pinheiros (onde está localizado o Jardim Paulista) (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2017).

Essas deficiências e contrastes contribuem para que a gestão da cidade seja complexa e desafiadora. Mas, ao mesmo tempo, também impulsionam iniciativas populares que emergem da sociedade em direção ao poder público sob a lógica *bottom up*, identificadas (em uma escala micro) como coletivos urbanos¹³, que juntos ganham expressividade como movimentos sociais e que encontram no uso das TIC um meio de mobilizar recursos e estratégias de organização e de ação dos cidadãos na cidade. Ao se apropriarem das TIC, estes movimentos se organizam em/na rede (CASTELLS, 2013; DI FELICE, 2013b) com objetivo principal de definir rumos condicionados ao “direito à cidade” (HARVEY, 2008, 2014; LEFEBVRE, 1996, 1999, 2014) por sua atuação voltada à inserção igualitária dos cidadãos nas arenas de decisões locais numa perspectiva de justiça social e busca da felicidade por meio de reivindicações, incluindo maior participação democrática (SANTOS JUNIOR, 2014), relações políticas mais horizontalizadas e modelos de auto-gestão apoiados em uma nova forma de ativismo digital em/na rede.

São movimentos resultantes de uma “(...) densa cultura política de participação que não cumpre protocolos, formalidades institucionais e, talvez justamente por isso, tornaram-se forças sociais importantes no avanço da agenda urbana e na reconstrução da democracia no país” (MARICATO e COLOSSO, 2017, p. 6). Ao tratarem de temas recorrentes do cotidiano contemporâneo, que têm ganhado visibilidade nas mídias de massa e virtuais com debates a respeito de elaboração e avaliação de políticas públicas existentes nesta cidade, esses movimentos colocam em evidência a apropriação das TIC em seus processos de formação, atuação, mobilização e projeção.

¹³ Coletivos urbanos foi o termo escolhido para denominar os grupos que aqui serão estudados. Este termo foi escolhido ao ler notícias nas mídias de massa e páginas do *Facebook* de alguns grupos que atuam na megacidade de São Paulo e que assim se definem.

Esses movimentos sociais (CARLOS, 2007; DI FELICE, 2009; GOHN, 2014; LIRA e FERNANDES, 2015) oriundos das redes sociais apontam para a necessidade de mais análises empíricas para formulação de um referencial teórico robusto que contemple conceitos analíticos para compreender as múltiplas dimensões das interações entre ativistas e TIC em diferentes momentos e contextos político-sociais (MATTONI e TRERÉ, 2014). Do mesmo modo, desafiam aqueles que se debruçam em desvelá-los, em particular pelo modo “criativo” e “ousado” que caracteriza suas estratégias para alcançar seus interesses e preferências e por sua capacidade de criar coalizões com outros grupos sociais na busca pela transformação do espaço público (NOVY e COLOMB, 2013).

Para esta análise, parte-se da compreensão de que estes movimentos produzem entre si e para si definições próprias de mundo e interações férteis que podem levar inclusive à produção de capital social e cultural¹⁴ sob um contexto histórico, como já reconheceram TOURAINE (1994), MELUCCI (1996) e COHEN e ARATO (1992). Entende-se também, como argumenta MAIA (2009), que a organização destes movimentos se difere entre si quanto aos recursos, locais e estratégias usados para intervenção, desenvolvendo repertórios distintos de ação no ambiente midiático para realização de suas metas.

Tendo em vista a situação de ação destes movimentos, o desafio proposto nesta pesquisa está em compreender suas essências, formações, motivações e conquistas e, particularmente, se (e como) reconfiguram a participação social no processo de tomada de decisão e na gestão da cidade (CASTELLS, 2013), tanto no contexto macro como nos contextos micro de discussão e negociação (COHEN e ARATO, 1992). Em uma perspectiva macro de análise, meu olhar está voltado para as relações estabelecidas entre TIC,

¹⁴ Capital social e cultural são entendidos aqui como a construção de relacionamentos, acesso de recursos na rede, qualidade de recursos (BOURDIER, 1985), desenvolvimento de códigos de condutas, disseminação de informação e elaboração de conhecimento, confiança no ambiente social e autoridade e auto-organização (DI FELICE et al., 2012).

democracia, participação pública e governança urbana. Em uma perspectiva micro, meu olhar volta-se para a lógica da ação destes movimentos sociais em rede, buscando identificar motivações que levam seus integrantes à estruturação destes coletivos, a forma como se articulam, como lidam com questões de poder e quais as suas influências na elaboração e execução de políticas públicas locais. Neste desafio, este trabalho se sustenta em duas perspectivas analíticas estabelecidas: (i) discutir as TIC no processo de alargamento democrático, quando utilizadas nos processos de gestão da cidade de modo colaborativo, analisando particularmente os usos dos dispositivos virtuais pelos cidadãos que buscam se inserir e participar (de modo mais ativo) no processo de governança urbana; (ii) discutir as TIC no processo de organização e ação dos movimentos sociais, especialmente dos coletivos urbanos em escala local, que emergem numa perspectiva de repensar a qualidade de vida na cidade e modificar cenários de descontentamentos de longo prazo, relacionados a problemas que afetam diretamente o modo de vida das pessoas.

Neste sentido, a base empírica da pesquisa realizada volta-se a movimentos focados na discussão e atuação sobre infraestrutura verde, mobilidade e uso e ocupação de espaços públicos, temas (re) emergentes e que nos últimos anos desafiam projetos e políticas públicas que norteiam a gestão das cidades, despertando interesses diversos ao conectarem/aglutinarem pessoas e estarem “colados” nas discussões e concepções de cidades “ideais” do século 21.

Para além dos movimentos que atuam na megacidade de São Paulo, a pesquisa realizada se debruça também em iniciativas que emergem na cidade de Roma, uma comuna (“Roma Capitale”), capital da Itália, situada na região do Lácio e uma das cidades mais importantes da história da humanidade, a maior cidade italiana e a 4ª cidade mais populosa da União Europeia. A capital italiana, que abriga o Vaticano (país independente), tem aproximadamente 2,8 milhões de habitantes distribuídos em seus 1.285 km² de área

(COMUNE DE ROMA, s.d.). Embora não se configure atualmente como uma megacidade¹⁵ (considerando a definição da ONU desde uma perspectiva populacional), a exemplo de São Paulo e de outras grandes cidades internacionais, Roma precisa lidar com problemas relacionados à infraestrutura, gestão de resíduos, mobilidade, imigrações constantes, entre outros.

Ao observar movimentos urbanos em Roma, o trabalho ora apresentado inclui a possibilidade de ampliar o olhar desde uma perspectiva internacional, permitindo compreender a atuação de movimentos sociais que têm surgido na capital italiana nos últimos anos, focados em temáticas relacionadas à agricultura urbana, mobilidade urbana e gestão de praças públicas. Cabe ressaltar que o curto período de pesquisa na cidade, o fato de não ser uma cidadã italiana e não ter fluência completa no idioma nativo, assim como o fato de não acompanhar mais de perto a emergência e atuação desses movimentos, como aconteceu em São Paulo, justificam que os dados coletados em Roma sejam analisados apenas dentro de uma perspectiva de enriquecer os dados coletados na cidade de São Paulo, foco principal deste estudo, sob uma abordagem compreensiva e não comparativa.

Em ambos os estudos empíricos, e apoiado em uma extensa literatura, o trabalho apresentado busca aproximações e respostas às seguintes questões norteadoras: Estaria na utilização destas TICs uma das saídas para a efetivação de uma governança, isto é, um processo de tomada de decisão compartilhada entre governo e sociedade no planejamento e gerenciamento da cidade? Como os indivíduos se apropriam destas tecnologias para influenciar as decisões tomadas, no âmbito das cidades, e que afetam diretamente suas vidas? É possível estabelecer um perfil destes indivíduos que fazem uso destas tecnologias e que participam dos coletivos? Quais são as motivações que levam os indivíduos a utilizarem as

¹⁵ Como lembra LEITE e AWAD (2012, p. 20), “Roma foi a maior cidade do mundo por mais de mil anos, teve seu ápice no final do século 1.a.C. com 1 milhão de habitantes e declinou para um tamanho irrisório de 20 mil habitantes na Idade Média”.

TIC como forma de repensar a qualidade de vida nas cidades e melhorar a apropriação do espaço público? A forma de utilização das TICs poderia alterar e/ou ressignificar o que compreendemos por participação pública?

ESTRUTURA DA TESE

A tese está dividida em cinco partes, incluindo esta Introdução (Parte I). Na Parte II, são descritos os procedimentos metodológicos adotados e as alterações realizadas ao longo da pesquisa. A seguir, na Parte III, é apresentado o referencial teórico elaborado, construído sob um enfoque interdisciplinar, contemplando uma discussão sobre cidades, o urbano do século 21, a emergência das TIC e dos movimentos sociais em rede. Na Parte IV, são apresentados e discutidos os resultados a partir das observações, leituras e entrevistas realizadas com integrantes dos movimentos sociais na megacidade de São Paulo e, de modo complementar, os realizados na cidade de Roma. São trazidos ainda elementos sobre outras experiências internacionais analisadas sob as dimensões da natureza da participação, movimentos sociais e uso das TIC. Finalmente, as considerações finais (Parte V) sintetizam reflexões, inquietações que ainda permanecem e vias possíveis para futuras pesquisas focadas nesta temática.

PARTE II

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que num dado momento, a tua fala seja a tua prática”.

(Paulo Freire – Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa, 1996, p. 30).

ENFOQUE ESCOLHIDO

Investigar as interações humanas com o ambiente traz desafios quanto ao arcabouço teórico e aos métodos escolhidos e exigem novas ligações entre as disciplinas, construções teóricas para lidar com as complexidades, escalas espaciais e temporais e cuidadosa seleção dos instrumentos de pesquisa (STERN et al., 1992).

Ao optar por métodos qualitativos para compreender e analisar as interações entre sociedade e ambiente tem-se a possibilidade de descrever, decodificar e interpretar componentes de um sistema complexo em profundidade e, ao mesmo tempo, possibilidades de reconfiguração da investigação em relação ao planejamento prévio. Já como limitações quanto à utilização destes métodos são apontadas principalmente a tarefa trabalhosa de coleta e análise de dados, por conta da imersão necessária do pesquisador nesta etapa, o longo tempo exigido para realização do método e a discussão quanto à confiabilidade e credibilidade do material investigado (QUIVY e CAMPENHOUDT, 2008).

Para atenuar as possíveis limitações da escolha de um enfoque metodológico qualitativo, BRADLEY (1993) sugere que o pesquisador fique atento a quatro aspectos, a saber:

- ✓ Conferir a credibilidade do material a ser investigado;
- ✓ Zelar pela fidelização no processo de transcrição que antecede a análises dos dados;
- ✓ Considerar todos os elementos que compõem o contexto;
- ✓ Assegurar a possibilidade de confirmação dos dados pesquisados *a posteriori*.

Por propor-se a olhar um fenômeno contemporâneo, global, veloz e complexo, a pesquisa realizada foi construída à luz de diretrizes da *Grounded Theory* (Teoria Fundamentada nos Dados). Desenvolvida em meados da década de 1960 pelos sociólogos americanos Barney Glaser e Anselm Strauss, a *Grounded Theory* ou Teoria Fundamentada

nos Dados (TFD) é conhecida como método ou abordagem que, por meio de análise qualitativa, visa construir de modo indutivo uma teoria que emerge dos dados, re-significando conceitos antes pré-estabelecidos e proporcionando ao pesquisador gerar constructos teóricos novos para explicar os fenômenos sociais identificados e analisados. Sua adoção se mostra viável para pesquisas que não possuem teorias prontas ou pré-estabelecidas e que não partem de deduções, ou seja, não pretendem provar teorias ou hipóteses, mas sim acrescentar novas perspectivas para compreensão do fenômeno estudado (abordagem construtivista).

A escolha pela adoção da TFD para olhar o uso das TIC por movimentos sociais em/na rede vai ao encontro da observação de GOHN (2014, p. 25), uma das principais pesquisadoras do Brasil na área de movimentos sociais:

Neste novo século a preocupação com as redes sociais e digitais leva a abordagens que as tomam como processos em andamento e busca construir metodologias para captar as conexões entre o global e o local (...) O trabalho do pesquisador é cognitivo e político porque ele deve realizar um rastreamento para elaborar uma cartografia de processos sociais ‘se fazendo’ e não já de dados, prontos ou acabados (...).

O pesquisador que se utiliza da TFD inicia seu estudo com um conjunto de conceitos iniciais que, ao longo da pesquisa, serão reconstruídos e remodelados. Para CHARMAZ (2009), estes conceitos são chamados de sensibilizadores, ao fornecerem ideias a serem investigadas e sensibilizarem ao mesmo tempo o pesquisador para proposições de questionamentos sobre o fenômeno a ser estudado. São entendidos como pontos de partida e não de conclusão. Para DANTAS et al. (2009, p. 2), “a intenção da TFD é descobrir um modelo conceitual que explique o fenômeno a ser investigado e possibilite ao investigador desenvolver e relacionar conceitos”. Neste contexto, os dados relevam o comportamento dos indivíduos estudados em face de situações específicas.

Para CHARMAZ (2009), sete são os componentes determinantes para a escolha e execução da TFD em pesquisa, a saber:

1. Envolvimento simultâneo do pesquisador em coletar os dados e analisá-los ao mesmo tempo;
2. Construção de códigos e categorias a partir da coleta e análise dos dados e não de conceitos-chave pré-estabelecidos ou hipóteses;
3. Utilização de métodos comparativos constantemente durante a etapa de análise;
4. Emergência de uma teoria oriunda de cada passo-a-passo da coleta e análise dos dados;
5. Redação de memorandos para facilitar a elaboração de categorias de análises e identificação de suas lacunas;
6. Amostragem com objetivo de construção da teoria e não por conta da representatividade da amostra;
7. Realização de revisão bibliográfica ao longo do desenvolvimento da análise.

Além destes componentes, DANTAS et al. (2009) ressalta o fato de a TFD ser também um método que se mostra de modo circular, ou seja, permite ao pesquisador mudar o foco de atenção e buscar outras direções, reveladas pelos dados que entram em cena. Diferentemente do método fenomenológico, no qual a única fonte de dados permitida são os sujeitos, na TFD são permitidas a utilização de diversas fontes como entrevistas, observações de comportamento e análises documentais.

BANDEIRA-DE-MELO e CUNHA (2010) definem três características necessárias do pesquisador e do estudo para trabalhar com a TFD:

1. Criatividade e objetividade: *“o pesquisador deve ser capaz de identificar nos dados o fenômeno relevante para os sujeitos e não aquele que julgar ser relevante em função de suas pressuposições”* (p. 249). Sugere-se a adoção pelo pesquisador de postura crítica e cética em relação às suas interpretações e a

realização de pensamentos comparativos teóricos tanto no início da pesquisa como ao surgir algo novo dos dados coletados/analísados.

2. Circularidade entre as fases de coleta e análise: *“novas coletas são direcionadas pelos resultados das análises prévias: é o processo de amostragem teórica”* (p. 250). Por amostragem teórica compreende-se a escolha intencional de observação de determinadas situações ou sujeitos entrevistados com objetivo de desenvolver as categorias conceituais da teoria.
3. Interação entre o pesquisador e a realidade dos sujeitos: *“o pesquisador deve ser flexível e manter a mente aberta a novos insights. Se durante a checagem, suas interpretações não forem confirmadas, as variações encontradas devem ser incorporadas à teoria em desenvolvimento”* (p. 254). Sugere-se que o pesquisador se mantenha fiel à realidade dos sujeitos.

De modo geral, o início da utilização da TFD se dá com a elaboração dos conceitos sensibilizadores e as fontes de dados escolhidas. Posteriormente e antecedendo o período de coleta dos dados, deve-se realizar a construção de memorandos que consiste numa forma de registro referente à formulação da teoria prévia e que pode tomar conformação de notas teóricas, metodológicas ou de observação. Esta fase permeará todo o processo de coleta e análise dos dados. Para que haja a descoberta de novas dimensões do fenômeno estudado, alguns autores (DANTAS et al., 2009; CHARMAZ, 2009) ressaltam a importância de haver um distanciamento do pesquisador da literatura antes e durante a análise dos dados. Outra consideração importante identificada quanto ao uso da TFD é em relação à quantidade de sujeitos escolhida para análise, que deve ser

(...) delimitado de acordo com o princípio de saturação e amostragem teórica, sendo que essa última é o processo de coleta de dados para gerar teorias. Há a coleta, codificação e análise dos dados, a fim de apontar os eventos que sejam indicativos de categorias. A coleta é efetuada até

acontecer a saturação teórica, ou seja, até ocorrer a repetição ou a ausência de dados (DANTAS et al., 2009, p. 3).

Por estas peculiaridades citadas e entendendo que se trata de um fenômeno recente, a base central deste estudo foi construída apoiada na TFD.

COLETA DOS DADOS

Seguindo os procedimentos metodológicos definidos por QUIVY e CAMPENHOUDT (2008), primeiramente formulou-se a pergunta de partida, fio condutor que reflete o que se procura saber, elucidar e compreender na pesquisa realizada e que deve, dentre suas principais características, possuir clareza, ser exequível e pertinente. Desse modo, a pergunta de partida formulada foi: *Há benefícios advindos com adoção de tecnologias digitais para a governança da cidade? Como medi-los?*

Da pergunta inicialmente formulada, emergiram cinco outras questões de pesquisa, a saber: *1) Estaria na utilização destas TIC uma das saídas para a efetivação de uma governança, isto é, um processo de tomada de decisão compartilhada entre governo e sociedade no planejamento e gerenciamento da cidade?; 2) Como os indivíduos se apropriam dessas tecnologias para influenciar as decisões tomadas, no âmbito das cidades, e que afetam diretamente suas vidas?; 3) É possível estabelecer um perfil destes indivíduos que fazem uso dessas tecnologias e que participam dos coletivos?; 4) Quais são as motivações que levam os indivíduos a utilizarem as TIC como forma de repensar a qualidade de vida nas cidades e melhorar a apropriação do espaço público?; 5) A forma de utilização das TIC poderia alterar e/ou ressignificar o que compreendemos por participação pública?*

Com o objetivo de responder tais questões, entre o final do ano de 2014 e início do ano de 2015 iniciou-se a construção da problemática concomitantemente com a escolha das

técnicas de pesquisa adequadas. Este foco seguiu por alguns meses até que duas situações foram cruciais para a mudança final e definitiva do rumo da pesquisa naquele primeiro ano da pesquisa: o exame de qualificação do projeto de pesquisa, que trouxe considerações importantes dos professores da banca avaliadora sobre novas formas de analisar o objeto de estudo proposto; e a veiculação de uma reportagem no programa Globo Rural intitulada “Cultivo de horta em espaços urbanos atrai cada vez mais adeptos” (GLOBO RURAL, 2015), que relatava que um grupo de amigos havia criado uma horta comunitária em um espaço público na cidade de São Paulo e que uma de suas representantes mantinha um grupo nas redes sociais chamado Hortelões Urbanos que, naquele momento, reunia mais de 20 mil pessoas em todo o país para trocar experiências sobre plantio doméstico de alimentos. Essa notícia despertou o interesse de identificar grupos que atuavam com esta temática na cidade de São Paulo, bem como suas motivações e formas de ação, incluindo a apropriação das TIC.

Para a análise da situação da ação, ou seja, a ação em movimento e que se mostra dinâmica e aberta a influências cotidianas, foram utilizadas quatro técnicas de pesquisa, a saber (MARCONI e LAKATOS, 2005):

i. *Pesquisa bibliográfica (dados secundários)*: levantamento da bibliografia sobre o tema de estudo contando com livros, dissertações e teses, artigos científicos, anais de eventos e notícias publicadas em revistas, jornais e internet, além de outros materiais que se fizerem necessários;

ii. *Pesquisa documental (dados primários)*: levantamento de documentos do tema de estudo como documentos de arquivos públicos e estatísticas (censos);

iii. *Entrevista semiestruturada (dados primários)*: obtenção de informações relacionadas à temática estudada, predominantemente por meio de dispositivos virtuais, e em menor proporção por conversação face-a-face, a partir de um roteiro de perguntas

previamente estabelecido e um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que os entrevistados assinaram;

iv. *Observação participante (dados primários/secundários)*: em que o observador sabe o que procura e o que é importante para a pesquisa, mantendo contato sistemático com objeto de investigação por meio de instrumentos como redes sociais e participação em eventos cotidianos (seminários, reuniões, plantios).

A pesquisa bibliográfica e documental seguiu ao longo de todo o estudo, mas principalmente abarcou publicações entre os anos de 2000 até início de 2017 com foco em artigos científicos, teses, dissertações e livros que se referissem à temática da pesquisa. Como palavras-chave/descriptores foram utilizados os seguintes termos: Participação Social; Movimentos Sociais; Mobilizações Sociais; Governança Urbana; Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC); Megacidades; Redes Digitais; Redes Sociais; Tomada de Decisão. Estes termos também foram traduzidos e pesquisados na língua portuguesa, inglesa, espanhola e italiana. Não houve definição exata de um recorte temporal da data de publicação destes materiais, mas para os artigos científicos, teses, dissertações e publicações em congressos a prioridade foi para estudos publicados do ano 2000 até o ano de 2017. Dentre as bases de dados utilizadas ressalta-se o uso do Portal de Periódicos CAPES, Catálogo Dedalus, ISI Web Knowledge, SciELO e, bases de dados disponíveis acessadas no período de sanduíche na *Università degli Studi Roma Tre*. Já para livros e documentos históricos o recorte temporal ficou aberto, haja vista a versatilidade de bases teóricas necessárias para estudar um fenômeno complexo quanto o proposto.

Preocupando-se em aprofundar a análise da lógica da ação e motivação dos cidadãos que integram estes movimentos e que se apropriam das TIC como forma de melhoria da gestão e utilização de espaços públicos na cidade, optou-se pela realização de *Entrevistas*. Como ressalta MINAYO (2010), a entrevista é a estratégia mais utilizada para coleta de

informações sobre determinado tema científico que tenha como objetivo construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa.

Ainda situada na fase de construção do problema de pesquisa que QUIVY e CAMPENHOUDT (2008) chamam de “Ruptura”, foi realizado, entre os meses de Fevereiro e Março de 2016, um estudo exploratório (pré-teste para verificar a viabilidade do roteiro elaborado – Apêndice 1) com nove participantes de movimentos sociais urbanos na cidade de São Paulo como forma de proporcionar maior conhecimento para o pesquisador acerca do tema a ser estudado, afim de que este possa formular problemas precisos ou criar hipóteses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores, e obter segurança e validação das técnicas e instrumentos de coleta dos dados escolhido.

Para acessar os potenciais entrevistados foi adotada a técnica *Bola de Neve (snowball)*. Nesta técnica, um indivíduo sugere ao pesquisador o nome de outro indivíduo, que provê o nome de um terceiro indivíduo e assim segue (ATKINSON e FLINT, 2001). Este processo continua até que nenhum novo indivíduo seja identificado ou até que o pesquisador decida parar geralmente em razão de tempo e recursos, repetição de informações ou porque os novos indivíduos citados estão muito distantes do foco que está se propondo a estudar (HANNEMAN e RIDDLE, 2005). Como apontam estes autores, as limitações na quantidade de laços fortes que a maioria dos indivíduos tem e a tendência para que os laços sejam recíprocos na maior parte das vezes facilitam o encontro dos limites da rede pelo pesquisador. Também foram seguidas as orientações da TFD, que ressalta que os dados devem ser coletados até que ocorra uma repetição ou ausência de dados (saturação teórica) (DANTAS et al., 2009).

Para ALBUQUERQUE (2009, p. 22), uma das principais limitações da técnica bola de neve “(...) se refere ao fato de que as pessoas acessadas pelo método são aquelas mais visíveis na população”. Porém, na pesquisa em questão este fato se torna fator de relevância já que um

dos objetivos propostos foi identificar os principais *actantes* tanto dos dispositivos virtuais como dos coletivos/movimentos urbanos.

Outra limitação desta técnica é o risco eminente de começar a encontrar os indivíduos em locais “errados”, isto é, que estejam fora do escopo ou alcance da pesquisa, podendo perder indivíduos e subconjuntos inteiros de importantes atores que estão conectados, mas não ligados ao ponto de partida (HANNEMAN e RIDDLE, 2005). Para esta pesquisa, a tomada de decisão sobre quem seriam os primeiros indivíduos a serem entrevistados de cada movimento social foi a frequência de seus nomes ligados a notícias divulgadas sobre as temáticas estudadas tanto nas mídias de massa com nas principais redes sociais.

Para complementar as informações provenientes das entrevistas, optou-se pela realização de *Observação Participante* que, na literatura, assume diferentes abordagens, mas aqui é entendida como um processo em que o pesquisador se coloca como observador de situações sociais com a finalidade de realizar uma investigação científica, ou seja, a participação ocorre de forma profunda com observação informal de rotinas cotidianas e vivência de situações consideradas relevantes para compreensão do contexto dos observados (MINAYO, 2004).

Para realizar a observação, duas ações foram executadas. A primeira delas teve foco no monitoramento de informações e trocas de mensagens veiculadas na internet pelos entrevistados¹⁶, sobretudo no *Facebook*¹⁷, entre os meses de Setembro de 2016 e Maio de 2018. Foram observados *posts* e comentários realizados tanto nos perfis individuais dos entrevistados, como nos grupos de discussões destes movimentos (alguns grupos abertos ao público e outros fechados para discussão somente dos integrantes dos movimentos, mas que

¹⁶ Cabe destacar que a observação virtual realizada neste estudo possui semelhanças com o método de etnografia virtual (HINE, 2000; BRAGA, 2006; KOZINETZ, 2010). Contudo, tendo em vista que esta etapa da pesquisa realizada não seguiu todo o rigor metodológico da etnografia virtual, optou-se por não defini-la como tal.

¹⁷ No caso da observação do perfil individual do entrevistado, só foram analisados os *posts* de entrevistados que eram abertos ao público ou que concederam vínculo de “amizade” com a pesquisadora nesta rede social. Apenas uma minoria (algo em torno de 4 entrevistados) não aceitaram a “solicitação de amizade” enviada e não puderam ser observados individualmente.

foi concedido acesso para a observação da pesquisadora)¹⁸. Já a segunda ação foi a participação da pesquisadora no máximo de eventos possíveis (com presença física e/ou virtual) realizados pelos movimentos sociais estudados como seminários, reuniões dos grupos, mutirões de plantios coletivos, dentre outros. Todos os dados coletados por meio destas observações foram anotados em um “diário de campo” no formato de tabela estruturada no programa Excel.

IDENTIFICAÇÃO DA AMOSTRA

Finalizadas as entrevistas iniciais e posteriormente explorado o material resultante da pesquisa exploratória, alguns ajustes foram necessários nos instrumentos de coleta dos dados e na seleção dos movimentos a serem analisados. Assim, as seguintes mudanças foram realizadas:

- ✓ Roteiro: foram inseridas questões que pudessem retratar informações sobre o perfil socioeconômico de cada um dos entrevistados e explicações acerca do surgimento do movimento e não mais utilizando da denominação de coletivo, como realizado anteriormente¹⁹ (Apêndice 2);
- ✓ Movimentos Sociais: foram diversas as temáticas e movimentos sociais encontrados com o estudo exploratório, mas chamou a atenção da pesquisadora o fato de todos os integrantes remeterem as temáticas de áreas verdes, água,

¹⁸ Para facilitar esta observação utilizou-se a ferramenta que o *Facebook* disponibiliza que é de priorizar a visualização daqueles indivíduos e grupos que possuem relevância para visualização (“Página principal do entrevistado/grupo → No seu *feed* de notícias → Ver primeiro”).

¹⁹ Na formulação do roteiro inicial e por meio de leituras realizadas pela pesquisadora, entendeu-se que a denominação correta para estes grupos seria de “coletivos urbanos” sob a lógica de grupos pequenos de ações comunitárias com atuação na cidade de São Paulo. Posteriormente a realização do pré-teste, a maioria das respostas dos entrevistados foi de que eles, apesar de serem parte de grupos pequenos como havia sido pensado anteriormente, fazem parte de um movimento muito maior que atua em escala local e com foco no urbano. Assim, adotou-se nesta pesquisa a seguinte abordagem: “coletivo urbano” quando se tratar especificamente do grupo analisado em que se encontra o indivíduo e em escala individual e “movimento social” quando se remeter a questões mais amplas (agroecologia, mobilidade a pé, uso de espaços públicos), em escala nacional ou global e/ou a junção de coletivos urbanos/movimentos de uma localidade.

mobilidade e uso e ocupação de espaços públicos degradados como os principais objetivos de suas causas. Assim, foram escolhidas três temáticas principais para serem analisadas em profundidade neste estudo, a saber: hortas urbanas, mobilidade urbana e uso, ocupação e revitalização de espaços públicos com foco em praças.

Vale ressaltar que a realização desta pesquisa ofereceu riscos mínimos, inerentes a algum desconforto no fornecimento de informações e foi aprovada pelo Comitê de Ética da Faculdade de Saúde Pública (FSP/USP) com parecer número 1.687.653 (CAEE 56525816.2.0000.5421). Todos os participantes entrevistados assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 3), elaborado de acordo com as diretrizes e normas regulamentadas de pesquisa envolvendo seres humanos, atendendo à Resolução 196 de 10 de outubro de 1996 e à Resolução Nº 510 de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde – Brasília / DF, e suas complementares.

Reestruturados estes dois pontos supracitados, a coleta definitiva dos dados em São Paulo se deu entre os meses de Setembro e Outubro de 2016 com integrantes dos movimentos sociais da cidade de São Paulo. Os integrantes foram identificados por meio da técnica Bola de Neve (já testada e utilizada no estudo exploratório), tendo uma pessoa como o principal fio condutor desta rede. O fato de já ter realizado no estudo exploratório um pré-teste dos instrumentos de coleta pareceu favorecer um resultado expressivo em quantidade e qualidade das informações coletadas.

Todas as entrevistas foram pré-agendadas com os entrevistados que, ao final, indicaram novos informantes. Vale ressaltar que as entrevistas foram realizadas em sua maioria por meio de dispositivos virtuais como *Skype*, *WhatsApp* e *Google Hangouts* e somente algumas foram realizadas por meio de ligações telefônicas ou presencialmente.

No caso de Roma, os procedimentos de coleta dos dados e abordagens foram seguidos da mesma forma, apenas com a diferença da realização da tradução para o italiano do Roteiro (Apêndice 4) e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 5) para poderem ser aplicados aos integrantes dos movimentos sociais. A realização das entrevistas se deu entre os meses de Abril e Junho de 2017.

Finalizada a etapa de coleta de dados em São Paulo, foi realizado um total de 28 entrevistas, mas um dos entrevistados não assinou o Termo de Consentimento, assim, seus relatos foram desconsiderados para a análise. Estas entrevistas foram resultado da corrente de informantes originada a partir da aplicação da técnica da bola de neve, com as indicações feitas de outros possíveis informantes pelos próprios entrevistados. Cabe ressaltar que a aplicação dessa técnica permitiu identificar 71 indivíduos envolvidos nestes movimentos. Contudo, considerando a repetição de informações e saturação dos dados necessários, a amostra para esta pesquisa se limitou à realização de 27 entrevistadas válidas. Essas foram posteriormente divididas em três blocos: doze entrevistas realizadas com integrantes de coletivos de movimentos de hortas urbanas, oito de mobilidade urbana e sete de espaços públicos (praças). Os entrevistados e os movimentos a que pertencem seguem identificados²⁰ no Quadro 1.

Quadro 1 - Movimentos/Coletivos/Integrantes entrevistados em São Paulo.

MOVIMENTO	INTEGRANTE	COLETIVO
HORTAS URBANAS	E1	Horta das Corujas
	E2	Horta das Flores
	E3	Horta da FMUSP
	E4	Horta das Corujas

²⁰ Para manter a confidencialidade dos dados, os entrevistados serão nomeados com siglas de letras e números sequenciais, tanto dos movimentos sociais de São Paulo como de Roma.

HORTAS URBANAS	E5	Horta Comunitária da Saúde
	E6	Horta do CCSP
	E7	Troca de Sementes
	E8	Batatas Jardineiras
	E9	Novas Árvores por Aí
	E10	SOS Abelha sem Ferrão
	E11	Horta das Corujas
MOBILIDADE URBANA	E12	Horta dos Ciclistas
	E13	Bike Anjo
	E14	Corrida Amiga
	E15	Desbravadores de Sampa
	E16	Ciclocidade
	E17	Mobilidade a Pé
	E18	Cidade Ativa
ESPAÇOS PÚBLICOS (PRAÇAS)	E19	Ciclocidade
	E20	Sampa Pé
	E21	Praça da Nascente
	E22	Movimento Boa Praça
	E23	Movimento Boa Praça
	E24	Casinha
	E25	Casinha
	E26	A Batata Precisa de Você!
	E27	Movimento no Bixiga

Fonte: Elaborado pela autora.

Cabe destacar que, após a realização das entrevistas e logo que se iniciaram as observações do perfil individual e grupos no *Facebook* dos entrevistados/coletivos, verificou-se que a maioria deles não atua somente no coletivo que responderam atuar nas entrevistas. Atuam em outros coletivos da mesma temática e, alguns entrevistados, estabelecem conexões importantes entre diferentes movimentos. Para além desse conjunto de entrevistas, foi realizada uma entrevista com umas das responsáveis de uma importante organização não-governamental (ONG), “Minha Sampa”, que atua na cidade de São Paulo e cuja proposta é buscar uma cidade mais democrática, inclusiva e sustentável. Esta ONG tem estabelecido

parcerias com coletivos em ações na cidade, alguns desses diretamente envolvidos nas temáticas estudadas na pesquisa. Além disso, três coletivos/movimentos analisados na pesquisa já se encontram, hoje, institucionalizados na temática de mobilidade urbana: “Ciclocidade”, que é uma Associação Sem Fins Lucrativos; e “Cidade “Ativa” e “Corrida Amiga”, que são Organizações Sem Fins Lucrativos e não Governamentais (ONGs). Ao seguir o método “Bola de Neve”, integrantes destes coletivos foram indicados para entrevistas e estavam filiados a estes grupos institucionalizados, mas também a outros grupos de coletivos menores e não institucionalizados. Tendo em vista os objetivos da pesquisa e a indicação destes indivíduos, considerou-se pertinente a realização das entrevistas.

Na cidade de Roma, adotando-se também a técnica da Bola de Neve, foram realizadas oito entrevistas com representantes de movimentos associados a hortas urbanas e espaços públicos. O Quadro 2 apresenta estes entrevistados e seus respectivos movimentos.

Quadro 2 - Movimentos/Coletivos/Integrantes entrevistados em Roma.

MOVIMENTO	INTEGRANTE	COLETIVO
HORTAS URBANAS E ESPAÇOS PÚBLICOS (PRAÇAS)	E1r	Trastevere Attiva
	E2r	Monteverde Attiva
	E3r	Associazione per Villa Pamphilj
	E4r	Associazione per Villa Pamphilj
	E5r	Associazione Amici di Villa Sciarra
	E6r	Associazione Verde Labaro
	E7r	Retake Roma
	E8r	Portuense Attiva

Fonte: Elaborado pela autora.

Cabe destacar que, no caso dos coletivos de Roma, ainda que atuem em temáticas semelhantes aos grupos identificados em São Paulo, eles não possuem um foco único

(exemplo: hortas ou praças), não sendo possível categorizá-los individualmente em um tipo único de movimento. São movimentos que possuem um olhar integrado e holístico da cidade. Os movimentos de praça, por exemplo, buscam ações focadas no espaço, mas também mantêm uma horta nele e cuidam de ações de limpeza, sobretudo pichações (que incomodam os indivíduos e motivam ações semanais, com a participação de voluntários e de escolas, para conscientização).

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para análise de questões focadas em motivações, percepções e sentidos atribuídos à participação dos entrevistados no movimento social/aplicativo digital utilizou-se a técnica de *Análise de Conteúdo*, que consiste basicamente em um conjunto de técnicas de análise de comunicações, procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens e indicadores com objetivo de inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 2008). Além disso, a análise de conteúdo “(...) relaciona estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados (MINAYO, 2004, p. 203).

Como a análise de conteúdo constitui uma técnica que analisa os dados coletados, visando à identificação do que está sendo dito a respeito de determinado tema, há necessidade da decodificação do que é comunicado. Dentre as técnicas existentes na literatura que ajudam a decodificar os enunciados coletados dos entrevistados, a que melhor se enquadra aos objetivos desta pesquisa é a *Análise Temática* por consistir em “(...) descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado” (MINAYO, 2004, p. 209).

Como define BARDIN (2008, p. 135), “(...) o tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia a leitura”. Assim todas as entrevistas realizadas foram escutadas e transcritas manualmente (digitadas pela pesquisadora em arquivos nomeados separadamente no programa Word), individualmente e literalmente, ao mesmo tempo em que os discursos dos entrevistados eram assimilados pela pesquisadora com objetivo de descobrir os núcleos de sentido da comunicação que, pela presença e frequência de aparição, ajudaram no objetivo de análise escolhido já que o tema, enquanto unidade de registro em um discurso traz em si possibilidade de estudar motivações, atitudes, valores, crenças e tendências dos indivíduos entrevistados.

Os principais núcleos de sentidos que emergiram das entrevistas foram definidos como as categorias de análise desta pesquisa e foram subdivididos e alocados posteriormente em três dimensões principais, a saber: natureza da participação, movimento social e uso das TIC.

Vale lembrar que tanto as categorias como as dimensões têm como pano de fundo as esferas globais e locais, ou seja, o olhar para análise dos resultados está constantemente se movendo entre estes dois espaços geográficos, ora mais focado em questões mais amplas e globais e, em outro momento, em questões mais reduzidas e locais. Adotou-se, assim, uma abordagem alternativa, profunda, relacional, mas não formal, tampouco fixa, mas ajustável e mutável sempre que houve, por parte da pesquisadora, a necessidade de olhar, com diferentes lentes, o contexto, forma e planos de ação e natureza das relações entre os movimentos e com a tecnologia.

Cabe destacar que, ao revisitar os dados coletados, viu-se a necessidade de esmiuçar ainda mais as categorias de análise, desdobrando-as em subcategorias para facilitar o trabalho a partir de um único fio condutor de análise para cada uma das categorias estabelecidas. Assim, as dimensões, categorias e subcategorias foram agrupadas em um único quadro que foi

o eixo norteador inclusive da escrita dos resultados e discussões deste estudo, descritos nas próximas partes/capítulos.

Quadro 3 - Dimensões, categorias de análise e sub-categorias.

DIMENSÃO	CATEGORIA DE ANÁLISE	SUBCATEGORIAS
MOVIMENTO SOCIAL	1. Origem	1.1. Motivos do surgimento
	2. Estrutura	2.1. Formas de atuação
	3. Relação com instituições/outras instâncias	3.1. Relação com o governo 3.2. Relação com outros movimentos
NATUREZA DA PARTICIPAÇÃO	1. Perfil	1.1. Sexo 1.2. Idade 1.3. Estado civil 1.4. Renda 1.5. Formação Acadêmica
	2. Motivação	2.1. Familiar 2.2. Educacional 2.3. Cultural 2.4. Espontânea
USO DAS TIC	1. Tipos de TIC utilizada	1.1. E-mail 1.2. Aplicativos digitais 1.3. Redes Sociais
	2. Objetivo do uso	2.1. Divulgação de Informação 2.2. Obtenção de Informação 2.3. Ampliação de relacionamentos 2.4. Reivindicações 2.5. Elaboraões conjuntas de documentos 2.6. Realização de reunião, discussão

Fonte: Elaborado pela autora.

PARTE III

REFERENCIAL TEÓRICO

“Ao ser produzido, o conhecimento novo supera outro que antes foi novo e se fez velho e se ‘dispõe’ a ser ultrapassado por outro amanhã. Daí que seja tão fundamental conhecer o conhecimento existente quanto saber que estamos abertos e aptos à produção do conhecimento ainda não existente”.

(Paulo Freire – Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa, 1996, p. 15).

1. CIDADES E DESAFIOS À GOVERNANÇA NO SÉCULO 21

As cidades atuais são muito diferentes do que se conhecia anteriormente na história da urbanização, não somente pelo tamanho de seu território e quantidade de habitantes, mas pela complexidade na resolução de seus problemas socioeconômicos, ambientais, culturais e geográficos. Pensar o urbano do século 21 à luz da atual crise ecológica, emergência de uma ordem pós-escassez, necessidade de processos de compartilhamento do poder decisório e busca por um novo projeto de cidade é o que será discutido e apresentado neste capítulo.

DAS CIDADES AO URBANO DO SÉCULO 21

Durante o século 20 e especialmente após a segunda metade, o desenvolvimento das cidades foi acelerado pelas promessas de crescimento econômico, progresso social pós-guerra e corrida industrial (LEFEBVRE, 1999; CARLOS, 2007; HARVEY, 2014). A promessa de mais e melhores oportunidades profissionais e melhoria da qualidade de vida inflaram as cidades de cidadãos de diversas localidades, estados e países (CARLOS, 2007; LEITE, 2010) num processo de migrações em escala histórica sem precedentes, fazendo delas “(...) ambientes únicos de uma desejável, democrática e estimulante concentração de diversidade” (LEITE, 2010, p. 119).

Entendida como uma produção social, vivida enquanto prática sócio-espacial, sendo seus cidadãos sujeitos produtores de sentidos e relações (CARLOS, 2010), a cidade se constituiu como uma instância de transformação das relações sociais e políticas (LAZZARINI, 2015), que hoje se apresenta constituída em um cenário de desigualdades,

sobretudo na utilização dos serviços e espaços urbanos existentes. Como argumenta HARVEY (2008, p. 74), as cidades são fruto “da concentração social e geográfica do produto excedente”, sendo a urbanização um fenômeno de classe, já que, na perspectiva do autor, o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em algumas poucas mãos. A desigualdade na distribuição de renda e de oportunidades econômicas foram os principais responsáveis pela explosão urbana contemporânea nos países em desenvolvimento (LEITE e AWAD, 2012).

Da cidade com características políticas das antigas civilizações de Atenas, em que o homem e seus deuses estavam no centro de tudo, para a cidade industrializada e produto de uma revolução industrial, em que o homem foi aos poucos sendo substituído pelas máquinas, demoramos 19 séculos. Mas da cidade industrializada para a cidade globalizada e tecnológica que surge no século 20 e continua se reformulando em passos largos no século 21, demoramos algumas poucas décadas (LEFEBVRE, 1999).

Saímos do século 21 em que o cotidiano das cidades era envolto de estilo, arte e costumes, para o século atual, pautado pela existência de normas, modelos e regras onde as pessoas “(...) se arranjam para viver ou quem sabe sobreviver” criando, constantemente, “formas de ganhar dinheiro” (CARLOS, 2007, p. 51). O homem urbano do século 21 vive em um mundo da mercadoria, “(...) preso ao universo mecânico, condicionado pelas coisas, suplantado pela produção de produtos - vive o empobrecimento do espaço e o esmigalhamento do tempo (...)” (CARLOS, 2007, p. 52).

Juntos, a globalização e a emergência das tecnologias foram os principais responsáveis pela alteração na relação espaço-tempo, aumentando a velocidade do cotidiano e consequentemente o modo como os indivíduos usam o espaço. Do mesmo modo, houve mudanças nos costumes e hábitos da sociedade urbana, sobretudo na estrutura da sociedade, processo este definido por CARLOS (2007) como mundialização e entendido como a

constituição da sociedade urbana de modo mais amplo e profundo e com dimensões reais e virtuais.

Esta nova relação espaço-tempo segue hoje num descompasso, com um tempo efêmero, cada vez mais rápido, e um espaço amnésico (CARLOS, 2003), ou seja, “(...) um espaço sem referências, transformando costumes, hábitos e os modos como os indivíduos utilizam o espaço” e “(...) impondo novos padrões e formas de adaptação / apropriação dos lugares da vida” (CARLOS, 2007, p. 45). Logo, trazem à tona uma nova forma de habitar as cidades como resultado de uma sociedade hiperconectada e globalizada (BUSTAMANTE, 2010), que traz como consequência a dissociação do cidadão e do cidadão: ser cidadão costumava significar permanecer por um longo período de tempo em um território, mas agora, na cidade moderna, este habitante está em constante movimento e (re) construção de si mesmo (LEFEBVRE, 2014).

Frutos de um produto social e da dinâmica de relações e estruturas de poderes pautados em uma sociedade capitalista (SOUZA, 2008; CARLOS 2003, 2010), as cidades de hoje são habitadas pela desordem, conflitos, contaminações e novas práticas de habitar o espaço (LAZZARINI, 2015), trazendo em si novos modelos culturais e comportamentais que transformaram radicalmente a sociabilidade dos indivíduos e grupos sociais. As cidades reproduzem, assim, aquilo que BAUMAN (2001) aponta como características das sociedades contemporâneas: a presença de relações fluídas, líquidas, marcadas pela insatisfação, onde tudo que é permanente dá lugar ao temporário e rápido de ser consumido, desprezando os ideais de longo prazo e da totalidade.

As cidades congregam ao mesmo tempo riquezas e avanços tecnológicos, economia excludente, desigualdades socioeconômicas e processos de produção e consumo que degradam o ambiente (HARVEY, 2008) e culminam no que MORIN (2001) chama de crise planetária: uma crise socioambiental, política, geográfica, cultural (MATIAS, 2014), mas

também de autonomia (BAUMAN, 2016; SOUZA, 2008), que afeta o subjetivo e suas lógicas hermenêuticas de identidade, desejo (motivação) e valores (HABERMAS, 1985). Na tentativa de superar os problemas e romper com a lógica perversa que caracteriza em geral ambientes urbanos do século 21, a literatura apresenta variadas perspectivas de cidades que, em comum, buscam elucidar indicadores sensíveis ao escopo da sustentabilidade (AHVENNIEMI et al., 2017), ao mesmo tempo que discutem questões relacionadas ao uso do espaço público e à qualidade de vida nestes ambientes.

Uma primeira perspectiva centra-se na ideia de “Cidades Sustentáveis”, entendida, na visão da ONU, como cidades que promovem os princípios do desenvolvimento sustentável (BRUNDTLAND, 1987), ultrapassando o modelo vigente de desenvolvimento atual. Este conceito foi discutido internacionalmente pela primeira vez na Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente em 1972 em Estocolmo, visando à construção de cidades duradouras e eficientes na geração e consumo dos recursos naturais existentes. Nesta perspectiva, busca-se a redução da Pegada Ecológica²¹ urbana por meio de ações que possibilitem a adoção de matrizes que gerem energias limpas/renováveis, processos de reciclagem, aumento de áreas verdes e reaproveitamento no uso das águas (LEITE e AWAD, 2012). São diversas conferências já realizadas pela ONU nos últimos 30 anos para discussão de como atingir a sustentabilidade na esfera local e global, com ênfase recente para a elaboração de 17 ODS e realização do Acordo de Paris na COP-21²², aprovado por 195 países que, de modo voluntário, se comprometem com esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais (MMA, s.d.). No Brasil vale destacar a existência do “Programa Cidades Sustentáveis”, fruto da parceria da Rede Nossa São Paulo, Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis e Instituto Ethos, que oferece uma plataforma que

²¹ Definida como um cálculo que avalia a pressão do consumo das populações humanas sobre os recursos naturais permitindo a identificação de diferentes padrões de consumo nas sociedades, expresso em hectares globais (gha) (WWF, s.d.).

²² 21ª Conferência das Partes (COP-21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).

monitora 12 eixos temáticos voltados ao atendimento da sustentabilidade nas cidades do país (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, s.d.).

Outra abordagem é a de “Cidades Saudáveis” originada no Canadá, em 1978, como resposta aos problemas existentes de saúde pública naquele momento pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), ao reconhecerem a saúde, quando existente, como expressão da qualidade de vida. No Brasil, o Movimento Cidades Saudáveis começa a ter visibilidade na década de 1980 principalmente nas escolas de Saúde Pública do país (WESTPHAL, 2000). Conforme definição da OPAS (2004), um município saudável é aquele em que todos estão comprometidos com esforços para melhorar as condições de vida, trabalho e cultura da população por meio do estabelecimento de relações harmoniosas com o ambiente que melhorem a convivência, desenvolvimento da solidariedade, co-gestão e valores democráticos na sociedade.

Como afirmam WESTPHAL e OLIVEIRA (2015, p. 98),

As ideias que orientam essa proposta partem do princípio de que a saúde de um indivíduo, de um grupo de indivíduos ou de uma comunidade não depende só de médicos e medicamentos. Relaciona-se também com coisas que o homem criou, cria e faz, com as interações dos grupos sociais, com as políticas adotadas pelo governo, inclusive com os próprios mecanismos de atenção à doença, com o ensino da medicina, da enfermagem, com a educação, com as intervenções sobre o meio ambiente, entre outros.

Também vale mencionar a perspectiva de “Cidades Globais”, defendida por Saskia Sassen no final da década de 1990, como um processo de transformação da estrutura produtiva das metrópoles do Primeiro Mundo e fruto dos impactos ocasionados após a década de 1970 pelo processo de globalização da economia e início do desenvolvimento de TIC, que promoveram certa flexibilidade para que empresas pudessem escolher locais com custos reduzidos para suas sedes, tornando estes locais o centro do sistema produtivo internacional (CARVALHO, 2000). Como aponta SASSEN (2005), esta abordagem descreve as cidades não apenas como locais estratégicos de capital global, mas também como local de

acolhimento de uma parcela crescente de populações desfavorecidas tornando-se um terreno estratégico para conflitos e contradições.

Ainda que tais abordagens sejam válidas e apresentem suas próprias especificidades, reconhecemos que na base atual do debate sobre cidades e, particularmente em cidades marcadas por fortes contrastes socioeconômicos, ganha projeção a perspectiva analítica de CARLOS (2007): uma vez dominadas pelo poder privado em detrimento do público, as cidades foram e continuam a produzir espaços cada vez mais fragmentados. Continuam, assim, “(...) marcadas por vazios em quantidade significativa (representados por terrenos estocados como reserva de valor, seguindo a estratégia dos empreendedores imobiliários) (CARLOS, 2007, p. 35), gerando contradições entre “(...) a reprodução do espaço (que tende a se concretizar sob os interesses e necessidades da reprodução do capital e sob o poder do Estado) e a reprodução da vida (que diz respeito ao conjunto das necessidades da sociedade e que tem como objetivo a construção do humano” (CARLOS, 2007, p. 41). Como argumenta esta pesquisadora, as cidades são vistas apenas quanto a sua organização e funcionalidade e não em relação a sua importância como local de reprodução da sociedade. Porém, “quanto mais funcionalizado e organizado é o espaço, menos ele se presta ao uso; as apropriações para a vida” (CARLOS, 2010, p. 184). Neste sentido, como ressalta, há um isolamento social estabelecido e que pode ser verificado pelos tipos de construções existentes que separam cada vez mais as pessoas da cidade e delas mesmas. Ao ser constituída apoiada em fenômenos de separação espaço-tempo, a cidade se transforma na própria negação de cidade, isto é, em um local de estranhamento e exterioridade por parte do cidadão (CARLOS, 2010).

Hoje, observa-se a expansão no mundo das grandes e megacidades. No ano de 1995 havia 22 cidades grandes (tendo 5 a 10 milhões de habitantes) e 14 megacidades (tendo 10 milhões ou mais de habitantes). Vinte anos depois, em 2015, ambas as categorias duplicaram:

são 44 cidades grandes e 29 megacidades, estas últimas concentradas principalmente nos países em desenvolvimento (ONU-HABITAT, 2016)²³.

As grandes e megacidades concentram alguns dos principais desafios urbanos globais que ainda carecem de solução, como densidade populacional, desigualdade social, necessidade de modernização de infraestrutura, logística urbana e questões ambientais (ONU-HABITAT, 2016; MATIAS, 2014). São mais de 77 milhões de pessoas no mundo que saem das áreas rurais para as áreas urbanas a cada ano buscando melhores condições de vida, mas se engana quem acha que o rural está ficando vazio: também a cada ano se verifica um processo de urbanização nestes locais pelos seus moradores como forma de aliviar as pressões da migração urbana (FORUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2016). Aproximadamente dois terços da população urbana mundial vivem atualmente em condições de favela e, caso continue a crescer, até 2020 serão cerca de 1,3 bilhões de pessoas vivendo nestes locais (ONU-HABITAT, 2016). Tais problemas são objetos de disputas e conflitos nas arenas políticas e devem impulsionar novos desafios a serem enfrentados neste século 21, com o aumento da população mundial, especialmente de idosos, o que torna a população mais velha e menos ativa economicamente; as mudanças nos padrões familiares e diversidade de gênero que desafiam as “regras” antes estabelecidas sejam elas religiosas ou legislativas; mudanças climáticas distribuídas desigualmente ao longo do planeta e com efeitos diversos, mas com previsões de impactos alarmantes em todos os setores; aumento da insegurança como consequência do aumento de número de sequestros, assaltos, homicídios e de atentados; número crescente de moradores em favelas e assentamentos informais que contrastam com o aumento do número de moradores em verdadeiras “fortalezas”; aumento da migração

²³ Segundo a ONU (2017), os países mais populosos do mundo em 2017 eram a China, Índia, Estados Unidos, Indonésia, Brasil, Paquistão, Nigéria, Bangladesh, Rússia e México. As novas previsões para o Brasil indicam que o pico populacional (máximo da população antes do início do decrescimento) deve ocorrer em 2047, no momento em que a população chegará ao número de 232,8 milhões de habitantes.

internacional e de refugiados por conta da ausência de condições básicas para sobrevivência, de abuso de poder por parte de governos ou guerras civis (ONU-HABITAT, 2016).

As cidades produziram e continuam a produzir contradições entre a reprodução do espaço no modo capitalista e poder do Estado e a reprodução da vida, incluindo as necessidades da sociedade e a própria construção social dos indivíduos (CARLOS, 2007), ameaçando o ambiente, o bem-estar dos indivíduos e as gerações futuras. São estas cidades, particularmente as megacidades concentradas no Sul Global, que registram os piores índices quanto à disponibilidade e qualidade da água, ar, solo, alimentos e biodiversidade, que são essenciais para a sobrevivência na Terra e manutenção dos serviços ecossistêmicos. Citando como exemplo apenas a questão da qualidade do ar por este ser o único fator limitante da vida humana na Terra²⁴, Pequim é o caso mais preocupante por ser a única megacidade na qual a concentração de poluentes no ar aumenta diariamente e em uma escala jamais vista, chegando a ultrapassar no ano de 2016 uma média de 20 vezes os níveis considerados seguros pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A megacidade de São Paulo também não fica longe desta situação, chegando a ultrapassar até duas vezes estes mesmos índices (NOBRE, 2010). Se considerarmos a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)²⁵, que abriga cerca de 20 milhões de habitantes distribuídos em uma área de aproximadamente 8.000 km², observamos que “(...) são realizadas mais de 30,5 milhões de viagens por dia, constituídas por 12 milhões de transportes coletivos e 8,1 milhões de transportes individuais” (NOBRE, 2010, p. 9). Além de provocar mudanças climáticas em escala global, as emissões oriundas da queima de combustíveis fósseis são responsáveis em menor escala por impactos severos à saúde da população (NOBRE, 2010).

²⁴ Um indivíduo em situação extrema consegue suportar quatro dias sem água e de 20 a 30 dias sem se alimentar, mas sem ar somente três minutos.

²⁵ A Região Metropolitana de São Paulo concentra 39 municípios inclusive São Paulo e figura como o maior polo de riqueza nacional e centro de decisões políticas do Estado (EMPLASA, s.d.).

Estudos sobre a relação da poluição do ar com a saúde nas capitais do Brasil, coordenados por Saldiva e Andrade em seis regiões metropolitanas do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Curitiba e Porto Alegre) mostraram que os veículos são os principais responsáveis pela emissão de 60% dos poluentes que respiramos nas cidades. A imobilidade urbana é a principal responsável pela inalação de quantidade expressiva de poluentes atmosféricos, especialmente quando os indivíduos ficam parados no trânsito destas grandes cidades (SALDIVA, 2018). Apesar da qualidade do ar na RMSP nos últimos 30 anos ter melhorado com a diminuição dos principais poluentes atmosféricos devido à implementação de políticas públicas, esses estudos mostram que o problema persiste devido ao crescimento da frota de veículos na região e à possível subestimação dos impactos causados pelos vapores de combustíveis liberados durante o abastecimento dos veículos, o que pode contribuir para a formação do ozônio, único poluente e gás que não diminuiu em quantidades suficientes nesses últimos anos (PESQUISA FAPESP, 2017).

Se observadas sob um olhar sociológico, as grandes e megacidades reproduzem, na prática, a perspectiva de um mundo fora do controle, caracterizado por incertezas fabricadas (BECK, 2010; GIDDENS, 1999) que combina a ausência de garantias, incertezas (em relação à continuação e estabilidade futura) e insegurança (do corpo, do eu e de suas extensões, com implicações sobre posses, vizinhança, comunidade) (BAUMAN, 2001).

Contudo, as cidades também são locus privilegiado para a experimentação de políticas públicas (*policy experimentation*). DI GIULIO et al. (2017), por exemplo, ao revisitarem análises de pesquisas internacionais focadas em compreender ações de adaptação às mudanças climáticas em cidades revelam que as experimentações de políticas públicas vão sendo construídas dentro do contexto nas quais emergem, sendo influenciadas por diferentes variáveis, como: (i) as cidades buscam políticas inovadoras de mudanças climáticas porque isso pode ajudá-las a cumprir suas próprias metas internas ou reduzir riscos; (ii) as cidades

tomam iniciativa para agir frente às mudanças climáticas porque essa é uma forma de se diferenciar positivamente e alcançar posições de lideranças, promovendo seus perfis e afirmando sua capacidade de exercer pressão política sobre escalas mais altas de governança; (iii) as cidades seguem com a questão climática como uma forma de alcançarem outros objetivos, como iniciativas verdes ou sustentabilidade, justiça social, redução de despesas potenciais, suporte ao desenvolvimento econômico, atração de investimento e migração econômica. O enfrentamento dos principais problemas de uma cidade, ou seja, como a sociedade responde aos desafios que caracterizam o urbano do século 21, depende, como observa DIAMOND (2013), de instituições políticas, econômicas e sociais e de seus valores culturais.

Neste cenário, a revolução tecnológica tem papel fundamental, tanto por facilitar a transparência no acesso aos dados como no maior controle sobre as ações do governo, alterando o papel político dos cidadãos e responsabilidades dos governos junto à sociedade (LEMOS e LÉVY, 2010). O uso da tecnologia para promover transparência e eficiência e uma melhor governança são passos vitais a serem adotados na direção de cidades melhores (LEITE, 2010).

O DIREITO À CIDADE E A BUSCA PELA GOVERNANÇA URBANA

Numa concepção de sociedade com maior capacidade de reflexão de seus atos e cada vez menos presa às estruturas hierárquicas (BECK et al., 1996), é possível esperar uma ordem de pós-escassez (GIDDENS, 1999) que começaria a emergir na medida em que os indivíduos reestruturam suas vidas profissionais, valorizando outros aspectos além da sua prosperidade econômica, como a busca de qualidade de vida nas cidades. Ao se sentir frustrado pelo não

cumprimento das promessas democráticas e ao buscar por novas formas de participação e/ou reforma nos mecanismos institucionais democráticos representativos, o cidadão urbano deste século busca fazer pressão nas esferas de poder para maior inserção nas tomadas de decisão, particularmente nas que afetam diretamente sua vida. Para HARVEY (2014), é o cidadão, que rompe com o modelo dominante e perverso do capitalismo, o principal protagonista da busca por uma gestão democrática para superação do isolamento social e geográfico ocasionado pelos processos de globalização e capitalismo por meio de um controle maior e democrático quanto à produção e uso dos excedentes de capital nas cidades, na luta pelo direito à cidade (HARVEY, 2008, 2014), direito este que não mais existe ao tornar a cidade uma mercadoria (CARLOS, 2006). Neste cenário, o espaço público se mostra como um local para formação de movimentos e emergência de experiências associativas, isto é, um espaço de convergência entre espaço e cidadãos e intersecção entre o global e o local (LAZZARINI, 2015). Ao reivindicar a presença na esfera pública, o direito à cidade recebe um novo impulso em um tempo de “(...) tecno-capitalismo que devora a densidade de lugares dentro de um estado de anomia²⁶ desenfreada, disfarçada em liberdade para consumir” (LAZZARINI, 2015, p. 349, *traduzido pela autora*).

Nesse sentido, este direito que “(...) não é um direito individual exclusivo, mas um direito coletivo concentrado” (HARVEY, 2014, p. 246), seria uma das formas possíveis para a redistribuição de riquezas e da retirada do poder de uma elite economicamente e politicamente privilegiada que molda a cidade conforme seus interesses e necessidades particulares e não públicas.

Assim, o direito à cidade passa a existir nas lutas de movimentos sociais urbanos em vários países, mas especialmente na América Latina, numa perspectiva de justiça social e busca da felicidade, em que a reprodução social na cidade surge por meio da reivindicação de

²⁶ Entendida num contexto de ausências de leis ou regras, anarquia, desorganização.

moradia, mobilidade, saúde, saneamento, participação democrática, isto é, como uma demanda coletiva por um novo projeto de cidade ligado à criação de uma vida urbana alternativa, menos alienada e que promove a emancipação humana (SANTOS JÚNIOR, 2014). Deste modo, o direito à cidade deve ser entendido como uma “(...) ação que entra em contradição com o controle burocrático do Estado (...)” (CARLOS, 2010, p. 188).

A luta estaria, assim, na construção, revitalização e ocupação de espaços urbanos comuns que podem estar comprometidos com relação ao seu acesso e uso pela sociedade, aqui entendidos como um espaço dentro de uma cidade que é de uso público e de posse coletiva e pertence à autoridade pública ou à sociedade como um todo - por exemplo, espaços de circulação (como ruas ou quadras), espaços para lazer e recreação (como um parque urbano ou um jardim), espaços para contemplação (como uma cachoeira) ou espaços destinados à preservação ou conservação (como reserva ecológica). Em todos estes casos, o direito ao livre acesso e ao movimento é garantido a todos (SANTOS JÚNIOR, 2014).

SOUZA (2008, p. 175) defende que para existir uma cidade justa é necessária a emergência de uma sociedade autônoma, isto é, “(...) uma sociedade na qual a separação institucionalizada entre dirigentes e dirigidos foi abolida” abrindo espaço para “(...) o surgimento de uma esfera pública dotada de vitalidade e animada por cidadãos conscientes, responsáveis e participantes”.

Esse argumento é reforçado por HARVEY (2008, p. 74) ao afirmar que

A questão de que tipo de cidade que queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos que desejamos. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade.

Para isso ocorrer, fatores como acesso à informação suficiente e confiável e igualdade de chances de participação nas tomadas de decisões que afetam diretamente a sociedade são

condições *sine qua non* (SOUZA, 2008). É neste contexto que o uso e a apropriação das TIC ganham destaque neste último século por abrirem possibilidades aos cidadãos de se empoderarem por meio de articulações e processos colaborativos, valorizando capitais sociais e (re) construindo uma sociedade que valoriza a colaboração e ações significativas para melhoria da qualidade especialmente no ambiente urbano. Não que antes do surgimento destes dispositivos virtuais não existissem movimentos sociais que buscassem a melhoria da gestão na cidade, mas a existência e uso das TIC proporcionaram formas inéditas de habitar e perceber o espaço público (DI FELICE, 2009; DI FELICE et al, 2012), trazendo em si mudanças de práticas sociais e de ações coletivas numa velocidade de difícil monitoramento, mas de fácil poder de transformação social (GIARETTA e DI GIULIO, 2018).

Apoiadas em formas de comunicação interativas que tornam possível a aplicação desta tecnologia pelo governo e pela sociedade em favor da governança, as TIC colocam em “xeque” o modelo de gestão urbana usualmente praticado, baseado na prestação de serviços públicos, fornecimento de infraestrutura adequada e planejamento urbano das cidades, proporcionando melhoria nas condições de vida (REZENDE et al., 2003).

A restrição dos processos decisórios dentro das redes de governo somente aos atores responsáveis por decisões econômicas, apontada como uma das principais limitações da governança urbana por GAUDIN (2001), parece estar sendo revista com a emergência dessas tecnologias. Na literatura, duas abordagens se destacam ao tratar o processo de governança: uma mais associada à governabilidade e outra mais relacionada ao compartilhamento de poder.

A primeira delas dá destaque para o aumento da eficiência e efetividade do governo (performance administrativa) e sua capacidade de abordar problemas coletivos incertos e complexos no contexto de criação de instituições que possam dar conta da complexidade das interações entre o homem e o ambiente, mais voltada a questões instrumentais/racionais. Para

PAHL-WOSTL (2009), neste sentido, a noção de governança deve ser ampliada para a noção multinível, isto é, muitos atores atuam sob diferentes configurações institucionais, o que contribui para o desenvolvimento e implementação de políticas. Esta autora apresenta a diferenciação entre “gestão de recursos” e “governança de recursos”. Na primeira concepção, a autora se refere a atividades de análise, monitoramento, desenvolvimento e implantação de medidas para manter o estado de um recurso dentro de limites desejáveis. Na segunda, reconhece que a “governança de recursos” abrange diversos atores e redes que auxiliam na formulação e implementação de estratégias (PAHL-WOSTL, 2009).

Já a segunda abordagem tem como foco o potencial emancipatório (democratização dos processos de decisão local), ou seja, pressupõe uma visão sócio-política. Nesta abordagem as ideias que prevalecem estão voltadas a uma governança urbana local que atue ausente de padrões hierárquicos de poder, tendo como foco uma nova forma de ação política de compartilhamento de decisões, discutida e negociada entre Estado e Sociedade, como sugerem FREY (2000), GRAU-SOLÉS et al. (2011) e GAUDIN (2001). Para este último autor, esta abordagem difere-se da primeira particularmente pela concepção de poder na sociedade: governabilidade pressupõe a capacidade (eficácia e efetividade) do exercício da função do Estado para atender a necessidade da sociedade civil; já governança reside em uma abordagem plural e interativa de poder entre Estado e sociedade civil.

JACOBI e SINISGALLI (2012), ao realizarem levantamento sobre como o termo governança ao longo dos anos passou por diferentes interpretações, adotam o conceito centrado na transformação das formas de governo e proposição de acordos em pontos comuns, articulando características das formas clássicas de autoridade (organizações hierárquicas) com o setor privado (competição do mercado) e sociedade civil/terceiro setor (voluntariado e solidariedade).

Sob uma perspectiva ampla, neste trabalho argumentamos que a governança urbana ampliada pelo uso das TIC “(...) permitiria mais espaço para o debate público, o que poderia, ainda, estimulá-lo ou valorizá-lo por meio da institucionalização dos compromissos e alocação de recursos” (GAUDIN, 2001, p.7). Deste modo, abre-se uma janela de possibilidades para que haja um aprofundamento democrático (WARREN, 2002), sobretudo nas cidades, por estas serem hoje os principais locais de ação da sociedade civil urbana, grupos de ação e movimentos sociais e, portanto, locais férteis para experimentar novos arranjos de governança urbana (GEROMETTA et al., 2005) na busca pelos direitos relacionados à cidade (HARVEY, 2010).

LEITE (2010, p.121) também argumenta em favor de processos decisórios mais participativos, destacando que “(...) uma melhor governança é um passo vital na direção de cidades melhores (...)” e que “(...) a tecnologia ajudará a prover transparência e eficiência”. Porém, a utilização das TIC não se mostra como uma bala mágica para a resolução da crise democrática existente hoje em alguns países, incluindo o Brasil. Muito menos tem como objetivo substituir as formas tradicionais de política e comunicação ou mesmo a organização tradicional do território, mas traz à tona e com força o debate sobre os canais mais formais e clássicos de participação social junto ao governo, a separação existente entre governantes e governados e a possibilidade que emerge da utilização destas tecnologias como começo, meio e fim de um processo de empoderamento e inserção dos cidadãos nas tomadas de decisões compartilhadas com o governo, em um processo que parece não ter volta.

Assim e ao fazer referência a um processo de tomada de decisões conjunta entre governo local e demais *stakeholders* sobre como planejar e gerenciar a cidade optamos, neste trabalho, pela segunda abordagem de governança, mais propriamente de governança urbana.

2. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) E SOCIEDADE EM REDE

A flexibilização da produção de informações e a busca de conhecimento pela sociedade atual (CASTELLS, 2004) introduzem novas possibilidades de conexão em rede que, ao serem apropriadas pelos seus usuários, re-significam o sentido de suas ações e de percepção do ambiente. Identificar as principais consequências da emergência das TIC na sociedade com foco específico na construção de uma sociedade em rede descrevendo suas características, potencialidades e avanços é o objetivo deste capítulo.

REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E EMERGÊNCIA DAS TIC

É principalmente a partir do surgimento da internet e de tecnologias digitais que ocorre a construção do social em rede, isto é, fluxos de informações interativas que nos obrigam a repensar a forma de se comunicar. Estes fluxos seriam “(...) uma nova forma de sentir o mundo e de definir a realidade” (DI FELICE, 2008, p. 21), uma vez que o indivíduo, ao utilizar essas novas tecnologias, como as redes sociais e aplicativos digitais, pode mudar a forma como percebe o mundo.

Neste sentido, “(...) a rede, ou melhor, a reticularidade, é a infraestrutura fundamental do processo econômico, social, político e cultural; a produção do espaço mais interessante e complexa do nosso tempo” ao proporcionar “(...) infinitas possibilidades de conexões e mobilidades, física e simbólica (...) é uma nova morfologia da sociedade” (LAZZARINI, 2015, p. 339-340, tradução da autora).

Diferentemente de 20 anos atrás, em que os meios de comunicação atuavam de “um para um” e com acessos desiguais pela população por conta de elevados custos, distância e velocidade, o surgimento, expansão e popularização da internet quebraram estas barreiras, proporcionando acesso a informações a longa distância, custos menores do que antes e de “muitos para muitos” (MCLUHAN, 1998) e uma nova forma de comunicação fora das arenas públicas formais de discussão e de decisão dos sistemas políticos constitucionais (MAIA, 2001). Basta um clique de uma pessoa para mobilizar e influenciar novos participantes para um ativismo pelas redes sociais (NEKMAT et al., 2015).

Estudos revelam que tem havido uma perda de espaço das mídias massivas de comunicação centralizadas, não colaborativas e não interativas, baseadas em um modelo informativo com controle da produção das informações e com foco em receptores passivos, para as mídias pós-massivas não centralizadoras, colaborativas e interativas, baseadas em um modelo de comunicação com produção livre de conteúdo, com foco em receptores ativos e com objetivo de suprir nichos comunicacionais (LEMOS e LÉVY, 2010).

Só no ano de 2017 houve uma queda no mundo de 18% no acesso via computadores e notebooks e um aumento de 21% no acesso à internet pelos usuários por dispositivos móveis (*smartphones, tablets*) (WE ARE SOCIAL AND HOOTSUITE, 2017). O mesmo cenário parece ocorrer no Brasil, onde os smartphones já são considerados o principal dispositivo de acesso à internet com 89% dos acessos da população em comparação a 65% por meio de um computador de mesa, portátil ou *tablet* (CETIC, 2016).

Os números atuais de usuários de dispositivos móveis e internet têm crescido a cada ano. Em 2017, mais de 200 milhões de pessoas obtiveram seu primeiro dispositivo móvel, somando-se aos 7,6 bilhões de habitantes do mundo que possuem um telefone celular. Hoje, são mais de três bilhões de pessoas no mundo que usam redes sociais escolhidas por meio de

dispositivos móveis, prevalecendo o uso do *Facebook* (2,167 milhões de usuários) (WE ARE SOCIAL AND HOOTSUITE, 2018).

Apesar da capacidade destas tecnologias em oferecer aos cidadãos a possibilidade de se organizarem e ampliarem sua participação política e direta no processo de “fazer política”, persistem ainda algumas limitações quanto aos usos das TIC como a fluidez das relações (BAUMAN, 2001); problema de acesso universal (MAIA, 2001); a baixa capacidade e habilidade de muitos usuários quanto aos usos de todas as ferramentas fornecidas (BARBER, 2006); a questão de manipulação na divulgação das informações (BARBER, 2006); riscos de segurança de dados e invasões de privacidade (SCHMIDT e COHEN, 2013); sustentação de formas extremas de centralização de poder (MAIA, 2001); reprodução de padrões autoritários de comunicação de grupos sectários e xenofobistas (MAIA, 2001); risco da formação de grupos dispersos e fragmentados com pouco poder necessário para influenciar mudanças que buscam (FENTON, 2008); criação de casulos informativos somente entre estes grupos (GILAN, 2009); ausência de legislações para julgar crimes cibernéticos (SCHMIDT e COHEN, 2013; LEMOS e DI FELICE, 2014); abordagem superficial de alguns assuntos disponibilizados promovendo a exclusão social (BARBER, 2006; BAUMAN, 2016); esquecimento de atuações off-line, isto é, nas ruas com outras formas de ativismo local como cartazes, panfletos (AOURAGH, 2008); e necessidade cada vez maior de habilidades e competências digitais para acessar e utilizar estas novas tecnologias (ANDUIZA et al., 2009).

Ainda que estes entraves e limitações persistam, parece ser maior o número de benefícios advindos com o uso dessas tecnologias principalmente quando se refere à gestão das cidades, incluindo: redução de custos (MAIA, 2001; DOLATA e SCHRAPE, 2016; LÉVY, 2017); facilidade e rapidez de acesso a informações (DI FELICE, 2013a; DOLATA e SCHRAPE, 2016); transposição de fronteiras político-econômicas (TRIVINHO, 2013) e geográficas (OLORUNNISOLA e MARTIN, 2013); revitalização de processos democráticos

(MAIA, 2001; BAUMAN, 2016; DI FELICE, 2008, 2013a, 2013b); abertura de novos canais e novas formas de participação (MAIA, 2001; DI FELICE et al., 2017); emergência de novas formas de ação e comportamentos coletivos (DOLATA e SCHRAPE, 2016); aumento da transparência nos processos de consulta ou deliberação (LEMOS e LÉVY, 2010); ausência de crivos institucionais para publicações (LÉVY, 2017); aumento do poder da participação pública nas decisões governamentais (CASTELLS, 2009); baixa necessidade de competências em programação ou formatação HTML (LÉVY, 2017); inauguração de um novo tipo de interação comunicativa ecológica (DI FELICE, 2009); ampliação de oportunidades de influenciar a governança (KARAMAGIOLI et al., 2010; FREY 2000); inclusão social e a vivência de uma cultura do conhecimento (LÉVY, 2010); alteração da percepção do ambiente (DI FELICE, 2013a, 2013b).

Ao que parece, a tecnologia está posta e acessível para parte da sociedade sob quase todos os aspectos do nosso cotidiano. Em 2014, éramos três bilhões de usuários de internet no mundo, o que equivalente a 40% da população total (FOLHA DE S. PAULO, 2014). Em abril de 2017 este número estava em 3.8 bilhões de pessoas no mundo, alcançando 51% da população mundial (WE ARE SOCIAL AND HOOTSUITE, 2017) e agora em 2018, já somos mais de 4 bilhões de usuários de internet (WE ARE SOCIAL AND HOOTSUITE, 2018). Há ainda, evidentemente, percentual significativo de pessoas no mundo sem acesso à rede; contudo, cada vez mais indivíduos permanecem constantemente conectados e imersos no ciberespaço.

Enquanto experiências positivas de uso das TIC em processos decisórios se somam na Europa, no Canadá e no Brasil (TORRES, 2008), por exemplo, outras realidades evidenciam as limitações e barreiras ainda existentes em países menos democráticos, como o caso da censura à utilização das TIC na China (DANN e HADDOW, 2008). Contudo, estudos recentes na própria China, como o de HE et al. (2017), já apontam que, mesmo com a

existência de restrições quanto ao uso da internet e que limitam o acesso dos cidadãos às mídias sociais, suas atividades on-line influenciaram com sucesso a tomada de decisões governamentais com protestos ambientais utilizando de notícias em jornais on-line, vídeos e *microblogs*.

A intensificação da globalização e a emergência das TIC trouxeram em si uma mudança de paradigma em relação ao uso de recursos, construção de territorialidades, produção e gestão do espaço urbano (CARLOS, 2007; LEFEBVRE, 1999, 2014). Na perspectiva de DI FELICE (2013b), a emergência da web 2.0 marca a ultrapassagem da mídia alternativa, isto é, de formas disseminativas de conteúdo de uso e produção de informações de um emissor que visa difundir seus conteúdos em diversos âmbitos contraculturais para uma mídia participativa, que contempla formas sociais digitais que se articulam por meio do diálogo e do compartilhamento de conteúdos. Trata-se agora de uma forma comunicativa atópica, que remete a um significado de perda e ausência de espaço e território em que o sujeito e a paisagem estão em uma relação simbiótica e em uma forma de interação contínua, que passa a caracterizar, assim, a relação estabelecida entre ambiente e sociedade. Neste novo tipo de interação comunicativa ecológica (por pensar o mundo como um conjunto de relações), as TIC têm papel central para a passagem de uma visão dialética entre homem e natureza, para uma forma de diálogo em rede interativo entre sujeito-mídia-circuitos-natureza no ambiente.

Representadas principalmente por aplicativos digitais instalados em *smartphones* ou *tablets* com inúmeras finalidades; sites e blogs, com objetivos de compartilhamento e discussão de informações e formação de opiniões; e redes sociais, que trazem a oportunidade de aprofundamento das relações existentes entre seus usuários visando partilha de valores, sentimentos e até sonhos em comum, as TIC têm propiciado, cada vez mais, que a internet seja um espaço de manifestação da autonomia, principalmente nas chamadas redes sociais

digitais. Estas redes digitais são definidas por CASTELLS (2004, p. 94) como “(...) redes de comunicação que envolvem a linguagem simbólica, os limites culturais, as relações de poder e assim por diante”. São locais em constante transformação, onde ocorre a junção de pessoas por meio das emoções e não por laços familiares (SANTAELLA, 2003).

Neste cenário, as TIC são peça-chave para promover um alargamento democrático se utilizadas para processos de gestão da cidade de modo colaborativo, co-gestionário e/ou de corresponsabilização entre governo e sociedade, podendo proporcionar uma “nova” concepção de gestão pública territorial democrática e digital em torno do que LÉVY (2010) conceitua como inteligência coletiva, isto é, “(...) uma inteligência distribuída por toda parte, na qual todo o saber está na humanidade, já que, ninguém sabe tudo, porém todos sabem alguma coisa” (LÉVY, 2007, p. 212).

São nestas redes sociais, resultado de um “(...) conjunto de interações entre sujeitos (humanos e não-humanos), técnicas de informação e espacialidades, cuja forma não é nem previsível nem definitiva” (DI FELICE et al., 2012, p. 180), que ocorre a formação de comunidades virtuais compostas por um grupo de pessoas que mantém relações sociais entre si e permanecem tempo suficiente para construção de um corpo organizado que só se faz possível de existir por conta da existência da comunicação mediada por meio de um computador, *tablet* ou *smartphone* (RECUERO, 2005). Essas comunidades virtuais podem ser entendidas à luz do conceito de cibercultura, com espaço e novas formas de comunicação principalmente ao público jovem. Seus princípios básicos remetem a: i) liberação do polo da emissão, com a promoção de vozes e discursos anteriormente reprimidos pelas mídias de massa; ii) conexão generalizada, onde tudo se encontra na rede e se comunica, isto é, sejam pessoas-pessoas, sejam pessoas-objeto ou objeto-objeto, semelhante ao que a Teoria de Ator Rede (TAR) define; iii) reconfiguração de práticas, modalidades e objetos sem a substituição

dos antecedentes, mas voltada agora ao alcance da rede, ou seja, emergência de processos de recombinação e remixagem (LE MOS e LÉVY, 2010).

Contudo SANTAELLA (2003, p. 24) alerta que

(...) não devemos cair no equívoco de julgar que as transformações culturais são devidas apenas ao advento de novas tecnologias e novos meios de comunicação e cultura. São, isto sim, os tipos de signos que circulam nesses meios, os tipos de mensagens e processos de comunicação que neles se engendram os verdadeiros responsáveis não só por moldar o pensamento e a sensibilidade dos seres humanos, mas também por propiciar o surgimento de novos ambientes socioculturais.

É neste contexto que ocorre o crescimento da democracia no ciberespaço, novo locus de comunicação inclusiva e transparente que transformou a vivência no espaço público, outrora fisicamente restrito e agora virtual (MAIA, 2001) e cada vez mais desterritorializado, híbrido pelo encontro de culturas letradas e culturas orais (MCLUHAN, 1998), e atemporal, onde “(...) não existe quase diferença entre o tempo da ideia e aquele de sua realização” (LE MOS E LÉVY, 2010, p.44). Para LÉVY (2010, p.11), “(...) o crescimento do ciberespaço resulta de um movimento internacional de jovens ávidos para experimentar, coletivamente, formas de comunicação diferentes daquelas que as mídias clássicas nos propõem”.

O ciberespaço é aqui comparado ao que MCLUHAN (1998) definiu como aldeia global, um espaço que a partir do desenvolvimento dos meios de comunicação seria apropriado pela sociedade planetária como local de trocas culturais. Contudo, e diferentemente do que McLuhan defendia, este espaço não se configura neste momento como homogêneo em questões culturais, já que ainda permanecem milhões de pessoas sem acesso ao mundo cibernético, mas pode proporcionar uma *Smart Governance* (CHOURABI et al., 2012), isto é, “(...) uma possibilidade de restaurar a legitimidade do sistema político (...) contribuindo para novas formas democráticas de interação público-privada” nas quais a ênfase está no “(...) aumento de poder social, ou seja, a inclusão e o fortalecimento dos não-poderosos nos processos de tomada de decisão política (...)” (FREY, 2000, p. 35).

Neste sentido, a mudança do ambiente comunicacional alterou também a produção e formas de construção e relações de poder na sociedade (CASTELLS, 2009), por exemplo, ao estabelecer uma sociedade civil mais atenta e disposta a checar informações, dados e fatos de seu governo a partir de qualquer parte do mundo e em tempo real (SCHMIDT e COHEN, 2013), inclusive no acesso aos *policy makers*, por meio de uma narração comunicativa não mediada, rápida e direta aos responsáveis pelas tomadas de decisões (ANTONUCCI e FIORENZA, 2016). A chegada das TIC não só ampliou as vozes emergentes, quebrando uma hegemonia dos séculos anteriores de um único discurso, como aumentou, por meio da produção livre e colaborativa, as possibilidades de obtenção de informações em diversas fontes, revitalizando a democracia (BAUMAN, 2016).

Para autores como KARAMAGIOLI et al. (2010), as TIC se mostram como peça-chave para um engajamento público efetivo ao permitirem a inserção de cidadãos mais informados nas tomadas de decisões de responsabilidade social e política. Todavia, vale ressaltar que não há uma relação linear entre maior quantidade de informação ou acesso à tecnologia e maior qualidade ou quantidade de cidadãos participando em tomadas de decisões políticas. Não é a informação (ou o acesso a ela) apenas que faz com que os cidadãos participem ou não nas decisões políticas (MAIA, 2001). Estes dois fatores até podem auxiliar na tomada de decisão mais qualificada, mas outras variáveis como disponibilidade de tempo, condições socioeconômicas, preferências individuais/coletivas influenciam diretamente o processo de participação (LAVALLE, s.d.; ROSENSTONE e HANSEN, 1993; VERBA et al., 1995; MAIA, 2001; GIARETTA, 2011).

Neste cenário, a participação social que outrora estava vinculada apenas aos locais tradicionais de tomadas de decisões governamentais, passa agora a se concentrar também no nível virtual e em formato eletrônico (“*e-participation*”), possibilitando aos cidadãos e usuários da tecnologia o acesso à informação de qualquer local e 24 horas por dia, ausência de

restrição a local físico e interações com outros usuários e, em alguns casos, inclusive de modo anônimo (KARAMAGIOLI et al., 2010; MAIA, 2001).

A participação social atual se mostra de modo global e não mais local (LEMOS, 2013; TRIVINHO, 2013; CASTELLS, 2003, 2013), como, por exemplo, defendia PATEMAN (1970) nos locais de trabalho ou HIRST (1994) com as associações. Há mais de 20 anos SCHERER-WARREN (1995, p. 1049-1050) já havia identificado dois pressupostos principais em relação às “redes enquanto conceito propositivo dos movimentos”. O primeiro deles seria quanto à “(...) construção de uma nova utopia de democracia, onde as relações políticas seriam mais horizontalizadas e onde haveria um maior reconhecimento e respeito à diversidade cultural e pluralismo ideológico”. O segundo seria na possibilidade de “(...) conectar o local ou específico com o global ou com interesse mais geral de uma cidade, de uma região ou mesmo do planeta”.

E é neste cenário e nas cidades que as noções de participação e apropriação do espaço desafiam as regras do capitalismo. A primeira, participação, traz em si o direito fundamental de todos os habitantes da cidade exercerem real influência nas decisões tomadas em relação à produção do espaço e da cidade. A segunda noção, de apropriação, é compreendida não mais como fator de produção e lucro econômico, mas como valor de uso para seus habitantes (PURCELL, 2008), na lógica estabelecida por LEFEBVRE (1999, 2014) de que todos possuem o direito inalienável de usar todos os espaços da cidade para buscar suas necessidades cotidianas, acima de qualquer valor econômico e função social do espaço.

Quando executada com fins políticos, a participação virtual centra-se em três objetivos principais: i) construção de identidades com formas de auto apresentação e reconhecimento; ii) constituição de esfera pública com a promoção de discussões públicas on-line; e iii) ativismo político com tentativas de inserção e modificação nas decisões institucionais (MAIA, 2009). Já com foco na formação de redes sociais digitais de participação e de informação, esta

nova configuração pode ser chamada de *cyborgracia*, isto é, um tipo de participação virtual que pode possuir três focos diferentes: i) administrativo (retorno do cidadão de serviços prestados pelo governo); ii) eletrônico deliberativo (inclusão de cidadãos nas decisões – *policy making*); iii) eletrônico consultivo (inclusão de cidadãos em consultas públicas) e eletrônico participativo (inclusão do cidadão na *policy making*, mesmo que a decisão final seja governamental).

Como ressalta TORRES (2008, p. 227), este “(...) novo tipo de interação entre indivíduos e tecnologias digitais no âmbito das decisões e da gestão dos territórios, ligadas à formação de redes sociais digitais de participação e de informação (...)” está diretamente relacionado com formas de democracia eletrônica e possui diversos exemplos em escala global. Internacionalmente vale destacar o portal *Your-Voice in Europe*, que é um tipo de consulta popular, que visa à melhoria da governança europeia; o site da Cidade de Ottawa (Canadá), que foi uma das primeiras cidades no país a adotar a democracia eletrônica em seu governo e tem como inovações principais a transmissão ao vivo das reuniões dos conselhos municipais com possibilidade de intervenção on-line e acesso às políticas de balanço da cidade; e o Projeto Coro (Itália), que criou na cidade de Cervignano Del Friuli um site com objetivo de envolver a sociedade na discussão e elaboração de planos de ação sobre políticas sócio-assistenciais (TORRES, 2008). Em nível local ganha destaque a promoção de democracia local por meio da participação eletrônica de cidadãos na cidade de Santa Mônica (EUA) discutindo questões públicas junto ao governo e, como caso emblemático, a participação direta na reforma da constituição na Islândia por meio das redes sociais (CASTELLS, 2013). Nacionalmente experiências federais de governo eletrônico também se mostram importantes como o Portal do Governo Eletrônico Brasileiro, com objetivo de transformar as relações entre o governo, sociedade e empresas por meio de prestações de serviços eletrônicos e consultas públicas; o Portal da Transparência que por meio de um

banco de informações disponível à população busca demonstrar como o governo utiliza os recursos oriundos dos impostos arrecadados; e o Programa Cidades Digitais, que visa o cumprimento da Lei de Acesso à Informação e busca garantir a modernização dos processos de gestão e oferecimento de serviços públicos aos cidadãos dos municípios participantes deste programa. Em nível local vale destacar a experiência do Orçamento Participativo (OP) on-line em Belo Horizonte iniciada em 2006 (SAMPAIO et al., 2010) e a abertura de participação por meio de ferramentas on-line da construção do Plano Diretor Estratégico da megacidade de São Paulo por meio de fichas de propostas on-line, mapas colaborativos e minutas participativas (PREFEITURA DE SÃO PAULO, s.d.).

Devemos reconhecer os avanços globais para promoção, por parte do governo, de iniciativas de inserção dos cidadãos em tomadas de decisões eletrônicas mesmo que em sua maioria ainda de modo consultivo e não deliberativo; contudo, ainda há o desafio de oferecer “(...) mais informações, de serviços on-line mais consistentes, de fomentar o debate e deliberação política e, principalmente, aumentar o acesso da população aos computadores e à Internet” (LE MOS e LÉVY, 2010, p. 148). No Brasil, apenas 16% dos domicílios de classe D e E estão conectados à internet, sendo a região Sudeste a que apresenta maior proporção de domicílios conectados e também a que apresenta “(...) a maior quantidade em números absolutos de domicílios desconectados, corroborando que, mesmo nos grandes centros urbanos, questões de infraestrutura e socioeconômicas influenciam fortemente a possibilidade de acesso” (CETIC, 2016, p. 29). Em contrapartida, o número de usuários de redes sociais no país no ano de 2017 foi de 36% do total da população mundial, colocando o Brasil na terceira posição no ranking dos países com maior quantidade de usuários de redes sociais no mundo (WE ARE SOCIAL AND HOOTSUITE, 2017).

A utilização das TIC, independentemente de ser via aplicativos digitais ou redes sociais, se mostra como uma nova tendência de gestão das cidades, possibilitando ampliar

espaços públicos de discussão, que podem “(...) contribuir para uma alternativa mais democrática e participativa de governança que parece ser uma pré-condição para mitigar os problemas sociais e econômicos num ambiente urbano cada vez mais complexo e dinâmico” (FREY, 2000, p. 33). As TIC, inclusive, possibilitam a formação e ampliação de novos movimentos sociais, que parecem apresentar características diferentes daquelas reconhecidas pela literatura.

Contrariamente à perspectiva de se mostrarem como grupos de indivíduos isolados, esses movimentos buscam despertar a atenção de governos e empresas, sobretudo quando estes estão agindo contrariamente aos interesses públicos, já que o acesso a ferramentas de mobilização e de publicidade podem provocar danos reais (JENKINS et al., 2014, p. 207). Neste sentido, as TIC promoveram a quebra de fronteiras geográficas, políticas e econômicas, mas vale a ressalva de PEREIRA (2011, p. 11) de que, mesmo sendo mais fácil a organização de formas de protesto via uso de TIC, elas “(...) dificilmente serão substituídas apenas por ações on-line (...)”, pois o que está ocorrendo não é “(...) um processo de substituição, mas sim de complementaridade entre as formas de protesto”.

Sob esta ótica, as TIC talvez possam transpor uma barreira de apatia política que, como menciona WARREN (2002), pode não estar relacionada apenas com descontentamentos do cidadão com a democracia como um todo, mas com as arquiteturas das instituições democráticas existentes que, muitas vezes, dificultam tanto seu acesso como seu poder de afetar as decisões. Neste sentido, nos questionamos sobre quem é o cidadão que está presente nas tomadas de decisões nas instituições atuais ditas democráticas? Por quem ele fala: por ele ou por uma associação?

Para GAVENTA (2006), estas são perguntas que devem ser respondidas para um aprofundamento da democracia, ou seja, analisar a legitimidade da representação faz toda a diferença. Outras questões que ainda carecem de respostas mais analíticas surgem a partir das

provocações feitas por autores como FUNG (2004, 2006), FUNG e WRIGHT (2003), SMITH (2005) e VERA e LAVALLE (2012): de que tipos de participação estamos falando ao olhar para as ações existentes nestes dispositivos virtuais como sites e aplicativos que possibilitam a inserção do cidadão na tomada de decisões governamentais? Como se configuram as estruturas utilizadas e as interações entre os usuários?

3. MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDE E O DIREITO À CIDADE

O interesse pelas relações estabelecidas entre as tecnologias e movimentos sociais não é recente, mas tem crescido após os anos de 1990 (DIANI, 2002; CASTELLS, 2003; 2004; DIANI e MCADAM, 2002). A difusão das TIC e, sobretudo das redes sociais, trouxe à tona experiências que emergem da rede e que, a partir de suas interações virtuais, constroem significados e transformações sociais e dos territórios (re) configurando o urbano do século 21. Neste capítulo, serão abordados os contextos em que emergem estes movimentos urbanos no século 21, as características que os diferenciam dos “antigos” movimentos sociais e seus objetivos apoiados na luta pelo direito à cidade.

HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Voltando o olhar para as últimas décadas, PINTO (2014) afirma que o cenário dos movimentos sociais pode ser dividido em três momentos. O primeiro deles, entre 1950-1970, é marcado por mobilizações da sociedade civil nos países do Leste Europeu contra regimes comunistas e autoritários e, no Brasil, por movimentos no final da década de 1970 contra o regime militar. O segundo, que se desenvolve após a década de 1970 e permanece com algumas modificações até os dias atuais, incluiu os movimentos feministas, negros, indígenas, sem-teto, catadores de lixo, ou seja, grupos excluídos da e pela sociedade por suas condições sociais, econômicas, políticas e culturais. Já o terceiro momento é o que emerge após 1970, tem seu ápice na década de 1990 e também permeia até a atualidade, com movimentos sob a

forma de terceiro setor, que se apóiam sob uma ideologia neoliberal, isto é, do estado mínimo que transfere suas responsabilidades para a sociedade adotando a privatização de serviços públicos.

Observando as literaturas do tema que emergem após a década de 1990 e vão até meados dos anos de 2010, isto é, duas décadas, pode-se acrescentar um quarto cenário de movimentos sociais: aqueles que emergem da rede (utilizando-se das TIC) e atuam em rede de modo contrário à estrutura atual da democracia e divisões desiguais de poder, acesso a recursos e uso dos espaços públicos. Num cenário de um mundo globalizado, os estudos sobre estes movimentos sociais, voltados a entender seus objetivos, modos de atuação e identidades, têm-se ampliado. São análises desafiadoras que se debruçam em “(...) interpretar formas ‘não-convencionais’ de ativismo e de contestações sociais que não necessariamente são canalizadas ou construídas via movimentos sociais (GOHN e BRINGEL, 2014, p. 10).

Assiste-se neste século a uma profunda transformação social por trás da ação coletiva realizada pelos movimentos sociais, que se iniciaram a partir de uma sociedade pós-industrial (MELUCCI, 1989), posteriormente passaram a uma sociedade informada (CASTELLS, 1997) e de riscos (BECK, 2002) e, mais recentemente, para uma sociedade em rede (CASTELLS, 2004; RECUERO, 2005; SANTAELLA e LEMOS, 2010; DI FELICE, 2013b; LEMOS e DI FELICE, 2014), esta última caracterizada pela convergência de tecnologias digitais, informações, difusão, lógica reticular e flexibilização das produções (CASTELLS, 2004; DI FELICE, 2013b).

Contudo, “(...) a emergência de um social invisível, difícil de se observar, catalogar e ordenar, enquanto não mais somente urbano e territorial, e também praticamente anônimo” (DI FELICE, 2009, p. 290) traz novos desafios àqueles que se debruçam a entender como as TIC têm moldado os modos de vida, concepções do uso do espaço urbano e, ao mesmo tempo, proporcionado novas formas de inserção dos cidadãos nas tomadas de decisões locais.

Ao serem construídos em rede e de forma colaborativa, estes movimentos sociais carecem de compreensão quanto à qualidade da ação existente na rede, fruto das interações entre os diversos *actantes* envolvidos. Dentro desta perspectiva emergem, como observa DI FELICE (2009), movimentos importantes nas chamadas “metropoleletrônicas”, lócus caracterizados por fluxos de informações e novas territorialidades que estão em contínua mutação e devir e proporcionam a emergência de espaços e fluxos comunicativos em rede. Essas “metropoleletrônicas” continuam sendo grandes cidades e megacidades, conforme definição geográfico-espacial, mas quando analisadas sob a ótica do uso e apropriação das tecnologias perdem seus referenciais espaciais, sendo compostas de “(...) pós-sujeitos, transeuntes e máquinas eletrônicas, cuja simbiose nos possibilita a apropriação e significação do espaço bem como a explicação das experiências em nossas funções sociais” (DI FELICE, 2009, p. 169). Sob esta perspectiva, por exemplo, a megacidade de São Paulo pode ser considerada uma “metropoleletrônica”.

Distante da ideia de associações ou de instituições locais já existentes, estes movimentos surgem com força expressiva de mudança e reivindicações globais. Passam, assim, a serem entendidos como “(...) redes de relacionamentos que se conectam de modo informal e envolvem uma multiplicidade de indivíduos e organizações (...), que compartilham uma identidade coletiva distinta e interagem em torno de questões conflitantes” (DIANI, 1999, p. 2, *traduzido pela autora*). Esses movimentos se iniciam no mundo virtual e posteriormente podem migrar para as ruas com sua expressão e pressão política demonstrando muito mais suas capacidades conectivas atópicas, isto é, híbridas e que remetem a uma pós-territorialidade do que suas especificidades físicas e geográficas já superadas pelas interações midiáticas estabelecidas (DI FELICE, 2009).

É a partir de 2000, e principalmente por conta do movimento intitulado Campanha pela Internet Mundial Livre, encabeçada pelo grupo *Anonymous*²⁷, que começam a emergir no ciberespaço e posteriormente em ações nas ruas cada vez mais episódios de insurgência nas cidades em torno do mundo que utilizam as TIC para contestar e negociar o acesso e uso dos espaços públicos e direitos de participação na governança pública (PADAWANGI et al., 2014). Exemplos práticos deste processo são os movimentos que ganharam visibilidade no mundo em 2011 e que começaram na Tunísia, Egito (Primavera Árabe), Islândia, Portugal (“Desperate Generation” – “Geração à Rasca”), Espanha (“*Movimiento 15-M*”- indignados da Espanha), Grécia (“Movimento of Squares”), Estados Unidos (“*Occupy Wall Street - OWS*” (CASTELLS, 2013) e, mais recentemente, em outros países da América Latina como o Chile (Revolta dos Estudantes) e no Brasil (Manifestações de Junho ou dos 20 centavos), em 2013.

Numa análise mais profunda sobre o surgimento e atuação destes movimentos, ESTANQUE et al. (2013) defendem que não se tratam de ações separadas, mas um *cycle effect*, ou seja, um efeito em cascata, que possui transversalidades nas diferentes experiências: em sua maioria são organizados por jovens com altos níveis educacionais e inserção subordinada no mercado de trabalho, que têm como questão central a dificuldade de encontrar empregos e/ou justiça social, utilizam a internet para comunicação e organização, buscam uma democracia “real” e rejeitam regimes autoritários. Esses *actantes* desconfiam das instituições políticas associadas à corrupção e interesses individuais, sinalizam uma ocupação transgressiva do espaço público, produzem novas referências estéticas e importantes para a cultura audiovisual e buscam abertura para uma experimentação democrática e pesquisas por novas formas de participação e organização. Usam dados abertos (“open source”) e comunicações multi-direcionais para organização e atuação.

²⁷ Grupo hacktivista internacional formado por integrantes anônimos (que remete ao nome do grupo) e que tem atuação em diversas frentes, “(...) geralmente ‘defendendo causas em prol da sociedade’, como eles costumam se posicionar. Como forma de protesto, o *Anonymous* invade páginas na Internet e derruba sites (TECHTUDO, 2012).

É importante frisar que nem todo movimento social possui foco e objetivo voltado para a justiça ou emancipação. Há movimentos conservadores ou revolucionários, legais ou ilegais e até mesmo criminosos. Contudo, o destaque atual tem sido para os movimentos de caráter emancipatório que ganham cada vez mais espaço nas ruas e mídias (SANTAELLA, 2017). O estudo de FEIXA et al. (2009) auxilia na diferenciação entre os movimentos sociais recentes e de anos anteriores, apontando algumas alterações importantes no contexto, objetivos e formas de atuação, a saber: i) passagem de uma sociedade pós-industrial para redes globais; ii) utilização de TIC em vez de mídias de massa; iii) ações coletivas para um ativismo coletivo; iv) alteração de perfil de atuantes nos movimentos que antes eram, em sua maioria, adultos e agora predominam jovens-adultos e; v) alteração do foco de lutas baseadas em classe para luta entre classes.

Esse esforço para diferenciação destes movimentos também é encontrado nos estudos de DI FELICE (2013b) e DI FELICE et al.(2017), que reconhecem estes movimentos atuais como movimentos em rede e de caráter net-ativistas e identificam as seguintes distinções entre eles: i) valorização do anonimato em vez de uma identidade política coletiva; ii) discursos sem ideologia; iii) objetivos cosmopolíticos múltiplos em vez de objetivos políticos definidos como antigamente; iv) passagem de hierarquias definidas para atuação em um formato de rede e a-hierárquico; v) atuação estranha à luta pelo poder; vi) recusa à institucionalização em vez de tendências de institucionalização; vii) passagem da previsibilidade para a imprevisibilidade de suas ações; viii) atuação em espaços gloais e não no âmbito local-nacional; ix) submissão dos meios às finalidades para ações elípticas e não direcionadas ao externo. Para DI FELICE (2013b, p. 55) o que diferencia os movimentos sociais em rede de outros já existentes é a forma de cidadania e ativismo praticado “(...) resultado de uma interação fecunda entre sujeitos, grupos e entidades com as tecnologias de informação, acesso a banco de dados, as redes informativas e as diversas interfaces utilizadas

(...)”, que resultam não mais em um processo unidirecional, mas passam a ser construídos em rede de forma colaborativa. São movimentos sociais que hoje se encontram na terceira fase das ações net-ativistas²⁸, isto é, “(...) depois do advento da banda larga (web 2.0), do *social network* e da computação móvel (uso de *smarthphones* e wi-fi) (...)”, que marcam a transição de “(...) uma forma de conflitualidade informativa-mediática para formas reticulares autônomas e colaborativas de ativismo, que, em muitos casos, serão responsáveis pela implementação de radicais processos de transformação (...) ou advento de novos atores (...)” (DI FELICE, 2013b, p. 57), como no caso dos movimentos globais recentes que eclodem pelo mundo.

SANTAELLA (2017) reforça ainda mais esta diferenciação ao descrever historicamente a evolução dos movimentos sociais: até os anos 1970 estes eram entendidos como ações coletivas de caráter revolucionário e luta de classes; nos anos 1980 tornaram-se heterogêneos e com linhas de ações diversificadas e de mobilizações estratégicas; em 1990 ganharam força, se ampliaram em número e escala e se estruturaram em rede devido à emergência e uso massivo das redes digitais; e atualmente, no século 21, possuem a possibilidade de em/na rede se organizarem de modo instantâneo para além das antigas fronteiras estabelecidas.

Além desses fatores, estes movimentos urbanos em rede parecem trazer um novo fôlego para a democracia e para as disputas sobre uso e ocupação de espaços públicos na cidade ao funcionarem como “(...) caixas de ressonância das esferas sociais (...) capazes de trazer para a esfera pública questões que até então estavam silenciadas” (PEREIRA, 2011, p. 7). Suas motivações não estão apenas na criação de um novo cenário democrático para divisão de poderes entre sociedade e Estado ou crise econômica e política que assolaram diversos

²⁸ Para DI FELICE (2013b), três são as fases das ações net-ativistas: a primeira relacionada a formas de ativismo baseados em redes centralizadas com a constituição de movimentos internacionais temáticos; a segunda fase atrelada a formas de redes descentralizadas que promoveram a emergência de um novo tipo de conflitualidade glocal com ondas de ativismos pós-ideológicos (luta zapatista); e a terceira fase e atual, pós web 2.0 que remete a formas de ação particulares das redes digitais interativas.

países nestes últimos anos, mas principalmente uma indignação generalizada quanto à injustiça dos sistemas políticos representativos e modelo de divisão de poderes existente (CASTELLS, 2013). Como já apontava LEFEBVRE (1996), o espaço é crucial para o exercício de poder e só pode ser conquistado a partir da produção de mais espaços.

Como fator comum, “(...) ignoraram partidos políticos, desconfiaram da mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda organização formal, sustentando-se na internet e em assembléias locais para o debate coletivo e tomada de decisões” (CASTELLS, 2013, p.12), as quais apontam para mudanças em escala nacional, mas com uma porção de ações direcionadas para contestar ou alterar condições locais (PADAWANGI et al., 2014). Seus protestos e mobilizações não estão mais voltados em torno da paz mundial, uso da energia nuclear, homossexualidade, feminismo e muito menos definidos por classes sociais como nos movimentos na Europa Ocidental nos anos de 1970 e 1980 (MELUCCI, 1989; CASTELLS, 1997; POLLETTA e JASPER, 2001), mas sim na busca por uma reconexão com a Biosfera (ANDERSSON et al. 2014) e novas identidades e estilos de vida (POLLETTA e JASPER, 2001). Seus objetivos são construídos de modo coletivo e colaborativo em/na rede por meio de uma “(...) interação fecunda entre sujeitos, grupos e entidades com as tecnologias de informação” (DI FELICE, 2013b, p. 55). Ao desenvolverem ações e estratégias de modo colaborativo, auto-organizadas e sem imposições de instituições, podem promover a construção de capital social (OSTROM, 1990; COLDING e BARTHEL, 2013), diferentemente do que PUTNAM (2002) defende ao afirmar que relações mediadas pelas TIC e não face-a-face diminui o capital social. Aqui e no caso específico das redes sociais, os valores do capital social encontram-se diretamente relacionados às questões de construção de relacionamentos, acesso de recursos na rede, qualidade de recursos (BOURDIEU, 1985), desenvolvimento de códigos de condutas, disseminação de informação e elaboração de

conhecimento, confiança no ambiente social e autoridade e auto-organização (DI FELICE et al., 2012).

Na visão de DI FELICE (2013b), que apresenta um olhar holístico para a utilização das TIC e as conformações criadas nas redes virtuais, o que observamos é uma nova modalidade de organização e ação política em/na rede que, ainda que tenha sua origem nos anos 1990, ganha novos contornos nestas duas primeiras décadas do século 21. A esse movimento, o autor dá o nome de ciberativismo, definindo como “(...) um novo tipo de participação baseada na construção de redes informativas pela difusão de informações na web (...)”, com objetivo de “(...) maximização das possibilidades de autonomia, de processos de sustentabilidade e de criatividade no âmbito dos movimentos *new-global* caracterizados, não pela oposição à globalização, mas pelo advento de uma identidade cidadã global (...)”, por meio de cidadãos que habitam estas redes digitais “(...) cujas pautas reivindicatórias e de ação *glocal*²⁹ avançam na direção do atendimento das necessidades comuns, tais como a democracia, equidade, consumo consciente e sustentabilidade” (DI FELICE, 2013b, p. 53-4).

Esta nova forma de participação a que DI FELICE (2013b) se refere pode ser chamada pelo “(...) lugar singular de sua origem e nova, também, em seu formato de organização e atuação” (DI FELICE et al., 2017, p. 7). Originada on-line por meio de sites, blogs, aplicativos digitais e redes sociais, esta participação é praticada por indivíduos e grupos de diferentes classes sociais e visões políticas que atuam de forma autônoma, sem respeitarem qualquer tipo de hierarquia, com preferências para o anonimato e com ações coletivas, colaborativas e em forma de rede (DI FELICE, 2013b; DI FELICE et al., 2017). Para este autor, estaríamos diante de uma nova forma de ativismo digital em/na rede denominada “net-ativismo”, isto é, (...) um conjunto de ações que não acontecem mais simplesmente no interior das molduras políticas, mas como resultado de “(...) co-ações e de interações entre diversos

²⁹ Ideia de visão global com ação local (DI FELICE, 2013b).

actantes apresentando-se, portanto, como a expressão de uma nova cultura habitativa que se exprime por formas complexas de interdependências” (DI FELICE, 2013b), isto é, um ecossistema atópico em que “(...) os elementos humanos, tecnológicos-informativos e ambientais interagem, constituindo uma hipercomplexidade sinérgica e reticular” (DI FELICE, 2017, p. 23). Pode-se considerar o net-ativismo como um “novo tipo de sociabilidade reticular” que inaugura formas e modalidades de interação, expressão e mobilização desde associações de bairros e movimentos cívicos até protestos e ações de terrorismo (BABO, 2017).

Para DI FELICE (2013b, 2017), as principais características que diferenciam os movimentos sociais atuais (em rede) dos anteriores (modernos) são: i) valorização do anonimato em vez de uma identidade política coletiva; ii) discursos sem ideologia; iii) objetivos cosmopolíticos múltiplos em vez de objetivos políticos definidos como antigamente; iv) passagem de hierarquias definidas para atuação em um formato de rede e a-hierárquico; v) atuação contrária à luta pelo poder; vi) recusa à institucionalização em vez de tendências de institucionalização; vii) passagem da previsibilidade para a imprevisibilidade de suas ações; viii) atuação em espaços gloais e não no âmbito local-nacional; ix) submissão dos meios às finalidades para ações elípticas e não direcionadas ao externo.

Neste sentido, a contribuição da Teoria Ator-Rede (TAR) de Michel Callon e John Law se mostra importante, por tratar-se de uma sociologia da mobilidade, que concentra sua atenção no movimento: “É uma teoria do espaço ou de fluídos circulantes em situações não-modernas (LATOUR, 1999, p. 22)” e que “(...) não parte do entendimento do social como uma coisa que explicaria os fenômenos de agregação e associação, mas justamente como aquilo que emerge desses conjuntos (...)”, tendo esta teoria o objetivo principal de “(...) revelar as redes de mediadores³⁰ em uma dada situação (...)” (LEMOS, 2013, p. 43). Esses

³⁰ Esses mediadores são o que a TAR define como *actantes* (ver nota de rodapé n.6).

mediadores são o que a TAR define como *actantes* e, deste modo, a atenção está centrada na observação e análise dos rastros que os *actantes* deixam ao realizarem suas ações em/na rede (LATOUR, 1999; LEMOS, 2013; DI FELICE, 2009, 2013b). Nesta perspectiva e como reforça DI FELICE (2013b, p. 65), “(...) a ação em contextos reticulares é o resultado do diálogo entre diversos *actantes*, humanos e não-humanos, que compõe coletivos não estruturados.

O Quadro 4 traz um resumo das principais características que diferenciam os movimentos sociais anteriores (ou modernos) dos atuais (em rede) apoiado na discussão realizada pelos autores mencionados anteriormente.

Quadro 4 - Características dos movimentos sociais anteriores (modernos) e dos movimentos sociais atuais (em rede).

Movimentos sociais anteriores (ou modernos)	Movimentos sociais atuais (em rede)
1. Emergência da sociedade pós-industrial	1. Emergência de redes globais
2. Utilização de mídias de massa	2. Utilização de TIC
3. Ações coletivas	3. Ativismo coletivo
4. Predominância de adultos	5. Predominância de jovens-adultos
5. Lutas baseadas em classes	5. Lutas entre classes
6. Identidade política coletiva	6. Anonimato ou ausência de identidade política coletiva
7. Discurso ideológico	7. Discurso sem ideologia
8. Objetivos políticos definidos	8. Objetivo cosmopolíticos múltiplos
9. Luta pelo poder	9. Atuação estranha à lógica da luta pelo poder
10. Líderes e hierarquia definida	10. Formato organizativo em rede e a-hierárquico
11. Submissão dos meios às finalidades	11. Ação elíptica, não direcionada apenas ao externo

12. Tendência à institucionalização	12. Recusa de qualquer tipo de institucionalização
13. Previsibilidade	13. Imprevisibilidade
14. Temporalidade diacrônica	14. Temporalidade sincrônica
15. Espaço de ação: o local nacional	15. Espaço de ação: atopia e info-localidade

Fonte: Elaborado pela autora.

Os movimentos atuais parecem se mostrar além de expressões de um social como aponta CASTELLS (2013), mas como movimentos em/na rede, que expressam um novo tipo de ação social que se traduz em novas formas de organização ausentes de lideranças, alicerçadas em diálogos horizontais, autônomas e que atuam em diferentes temáticas, sendo uma delas o uso e ocupação do espaço público urbano (DI FELICE, 2013b; DI FELICE et al., 2017). Estes movimentos reivindicam, neste caso, sua própria cidade, uma cidade da qual foram expulsos pela especulação imobiliária e pela burocracia municipal (HARVEY, 2014).

Ainda que haja poucas definições estabelecidas em teoria, mas muito alicerçadas em suas práticas in loco, o que os estudos em geral buscam identificar e analisar nestes movimentos são suas formas de mobilização de recursos e suas estratégias de organização e de ação, esta caracterizada por “(...) atos e formas imprevisíveis e intensas que se desenvolvem em seguida às conexões” (DI FELICE, 2017, p. 24). Buscam, em outras palavras, compreender os tipos de elos que se estabelecem entre seus participantes, os *actantes*, qual a origem e motivação deles e na formação de alianças (mobilização de recursos), suas formas de institucionalização em rede e como participam em decisões junto ao governo (estratégias de organização).

PARTE IV

RESULTADOS E DISCUSSÕES

“A teoria sem a prática vira verbalismo, assim como a prática sem a teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade”.

(Paulo Freire – Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa, 1996, p. 25).

4. COLETIVOS URBANOS E SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

A partir das informações coletadas com os métodos adotados na pesquisa, este capítulo se debruça à questão central deste trabalho: a forma de utilização das TIC poderia alterar e/ou ressignificar o que compreendemos por participação pública? Na tentativa de trazer elementos e aproximações para esta pergunta, a análise se vale de um olhar macro, voltado aos grupos e não somente aos indivíduos participantes desses movimentos, buscando discutir quais motivos levaram à formação destes coletivos/movimentos urbanos atuantes em São Paulo, como estão organizadas suas estruturas e como se relacionam com outros movimentos/coletivos urbanos, órgãos do governos e sociedade em geral.

ORIGEM

Em escala global, esses movimentos sociais emergem das redes tecnológicas apoiadas no ativismo coletivo e com utilização massiva das TIC. O contexto que impulsiona a explosão destas iniciativas abrange três cenários diferentes, mas ao mesmo tempo integradores: i) cenário de globalização, que trouxe como uma das consequências a deterioração dos espaços públicos e crise de legitimidade política; ii) cenário de crise do Estado de Bem-Estar (*Welfare State*), com a redução da provisão e regulação de serviços e recursos providos pelo Estado; e iii) cenário de privatizações de locais e serviços governamentais vitais para manutenção da sociedade (água, gás, energia) (FEIXA et al., 2009; GRAVANTE, 2012; BENSKI et al., 2013; GOMEZ-ROMAN e SABUCEDO, 2016).

Nos movimentos estudados em São Paulo, como em Roma, estas características impulsionadoras também estão presentes e ajudam a compreender suas origens, motivações, uso das TIC e contexto que emergem, já que “lutam” pelo uso e acesso de espaços públicos que ou estão nas mãos do governo e são mal geridos, degradados e abandonados (cenário de globalização), ou sob poder de empresas e instituições privadas (cenário de privatização), num cenário de exclusão social e com planejamento que, em sua maioria, afetam o meio ambiente e a saúde da população pela ausência ou inadequada provisão de serviços (cenário de crise do Estado de Bem-Estar). Em suma, são movimentos que questionam o uso improdutivo dos espaços urbanos orientados por políticas de valorização e não de constituição/reprodução social, bem como a forma como o Estado impõe suas prioridades e alianças (CARLOS, 2006).

São considerados como coletivos urbanos no sentido de atuarem como coletivos de atores (movimentos, comunidades), que partilham identidades comuns, sentimentos, recursos e tomam decisões conjuntas, consensuais, estratégicas e dependentes das preferências dos integrantes, se diferenciando de coletivos não-organizados (movimentos em massa, multidões), que não partilham identidades, recursos ou consensos para decisões (DOLATA e SCHRAPE, 2016). Como argumenta HARVEY (2014), é possível reconhecer como um dos principais problemas pautados por estes coletivos a “(...) incapacidade de os direitos de propriedade privada individualizada atender aos interesses comuns do modo como deveriam fazer” (HARVEY, 2014, p. 147).

No caso de São Paulo, a análise do material coletado permite compreender que esses coletivos, embora já existissem e atuassem na cidade, passaram a atuar de forma mais colaborativa e integrada sobretudo utilizando as redes sociais digitais após as Jornadas de Junho em São Paulo, em 2013, quando uma onda de protestos se iniciou e se espalhou por outras cidades brasileiras com a mobilização e participação de milhares de cidadãos de

diferentes segmentos sociais que foram às ruas para questionar inicialmente o aumento nos preços das passagens de ônibus e, posteriormente, com o lema “não é por R\$ 0,20”³¹ outras reivindicações se desdobraram. Como resultado destas jornadas houve a emergência de diversas iniciativas relacionadas à mobilidade urbana, uso das ruas, praças e parques (...)” (MARICATO e COLOSSO, 2017). Embora os motivos que levaram estas pessoas para as ruas possam ser múltiplos, é possível extrair importantes sinalizações do contexto, a partir de entrevistas concedidas à mídia por integrantes desses coletivos, ativistas, jornalistas e pesquisadores, como reproduzem, por exemplo, trechos de depoimentos disponíveis no site do NEXO³² (2017):

(...) O maior legado das manifestações de 2013 foi deixar claro que **o cidadão, empunhado de seu telefone, pode se organizar e fazer política**. Nesse sentido, 2013 foi um grande grito de insatisfação com a **representação política**, com as mais diferentes mensagens e sotaques. No entanto, **encorajou muitos movimentos da sociedade civil, com diferentes pautas e vertentes ideológicas, a se manifestar nos anos seguintes** (...) (trecho do depoimento de um cientista social, doutor em economia e colunista do Nexo – *destaque da autora*).

(...) Junho abriu uma janela para a rua. Cada vez mais acho que foi um **fenômeno comunicacional com implicações políticas**, mais do que um fenômeno político com implicações comunicacionais. (...) No fundo, junho criou um certo trauma, pois foi uma energia que não se realizou (trecho do depoimento de um jornalista e um dos idealizadores do Mídia Ninja que transmitiu estes protestos ao vivo na internet – *destaque da autora*).

(...) Em Junho, tal qual como as lutas travadas contra as atuais ‘reformas’, estava posta uma mesma questão: **o que deve prevalecer, o interesse dos empresários em lucrar com a precarização das condições de trabalho e vida dos e das trabalhadoras ou as demandas reais e necessárias destas últimas?** (trecho de um militante do Movimento Passe Livre – MPL, que esteve na origem destas mobilizações – *destaque da autora*).

³¹ Algumas das notícias veiculadas na época sobre este protesto podem ser encontradas nos seguintes sites (acesso em 22 fev. 2018):

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1297985-nao-sao-so-20-centavos-dizem-manifestantes-na-avenida-paulista.shtml>

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/12/1390207-manifestacoes-nao-foram-pelos-20-centavos.shtml>;

https://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/15/opinion/1421362752_961392.html;

<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/as-manifestacoes-pelo-brasil-em-20-de-junho-4066.html>;

<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,apos-atos-governo-nao-tem-interlocutores,1053152>.

³² Nexo é um jornal digital brasileiro que publica textos jornalísticos multidisciplinares sobre política, economia, acontecimentos internacionais, cultura, ciência e saúde, tecnologia, dentre outros e encontra-se disponível no seguinte link: <https://www.nexojornal.com.br/> (acesso em: 22 fev. 2018).

Do ponto de vista dos direitos humanos, as Jornadas de Junho de 2013 podem ser lembradas como **marco na disputa pelas ruas como espaço de exercício da política e da cidadania**. Não tanto pela adesão massiva ou pela estratégia de reivindicação - que não são propriamente novas para os movimentos sociais -, mas **pela reação violenta das autoridades e das forças de segurança** (trecho do depoimento da diretora-executiva da ONG Conectas Direitos Humanos, que questionou o governo quanto ao uso da força nos manifestantes – *destaque da autora*).

Vale aqui lançar mão também de trechos do “Manifesto do Sim”, documento escrito por um dos integrantes destes movimentos no calor da Copa do Mundo realizada no Brasil e um ano após estas jornadas (2014), para mostrar, desde a perspectiva dos integrantes destas mobilizações, os contextos, visões de cidade que buscam e motivações que culminaram na emergência destes movimentos que se perpetuam na cidade:

(...) Os rios soterrados pelo concreto querem reemergir. Os espaços ociosos da cidade de São Paulo estão sendo ocupados pela população livremente organizada em células independentes, como os membros de um grande corpo buscando reconectar-se para caminhar com equilíbrio. (...) **Ninguém nos representa, porque nós mesmos nos apresentamos aqui e agora**. Não negamos mais: **nós propomos**. (...) Nosso ponto de partida agora é o sim. Vamos às ruas pela primeira vez para trazer as boas novas: **é possível viver bem**. Não reclamamos do passado _ foi como devia, e acabou. (...) **Sabemos o que fazer, e estamos fazendo. Repovoaremos o asfalto quente com árvores frescas. Plantaremos hortas comunitárias** em pleno centro comercial (...) **de pés descalços na grama e Iphone na mão, podemos utilizar todos os recursos** dos corpos naturais e artificiais para trabalharmos **na costura dessa grande rede que se expande rumo à integração harmônica**. Quilombolas, coletivos urbanos, indígenas, movimentos sociais, poder público, gente humana, todos: reunamo-nos. (...) **Este manifesto é uma chamada**. Para que as tribos se encontrem. (...) **Reintegrar os espaços da cidade** para que voltemos a nos encontrar pelas ruas a céu aberto, **sem pagar por isso**. Toda a **movimentação por novos espaços na cidade resume-se a uma saudade: pontos de encontro**. (...) (CREMASCO, 2014 – *destaque da autora*).

Essa reflexão vai ao encontro dos apontamentos de MARICATO e COLOSSO (2017, p. 8) sobre os movimentos sociais atuais e a visão de seus integrantes:

Os novos personagens apontam para uma cidade aberta, feita de interações mais solidárias, transparentes e inventivas, menos desigual, menos preconceituosa, coletivamente vivida como direito e como espaço do comum e que se manifesta por assembleias, performances, hashtags, midialivrisimo, mapas colaborativos, cozinhas coletivas, comunitarismo nas praças, aulas públicas, saraus, contra uma cidade tendencialmente gerida como negócio e

para poucos. A urbanização paulistana concentra capitais, infraestruturas, informações, mas também concentra sujeitos que se insurgem.

Para SCHERER-WARREN (1995, p. 1049-50), estas novas formas de auto-organização estariam apoiadas em dois pressupostos ideológicos: i) “(...) construção de uma nova utopia de democracia, na qual as relações políticas seriam mais horizontalizadas e haveria maior reconhecimento e respeito à diversidade cultural e pluralismo ideológico”; e ii) “(...) possibilidade de conectar o local ou específico com o global ou com o interesse mais geral de uma cidade, de uma região, ou mesmo do planeta”. Passados mais de 20 anos, a aposta desta autora parece estar certa com algumas considerações a serem acrescentadas: ao observar a forma de atuação dos movimentos analisados em São Paulo e em Roma nas três temáticas delineadas (hortas urbanas, mobilidade urbana e uso de espaço público – praças) é possível argumentar que: tratam-se de organizações em rede (CASTELLS, 2004; RECUERO, 2005; SANTAELLA e LEMOS, 2010; DI FELICE, 2013b; LEMOS e DI FELICE, 2014), que se mostram ausentes de hierarquias e preferências políticas atuando de modo horizontal (DI FELICE, 2013b; DI FELICE et al., 2017; BARTHEL et al., 2013), que buscam novos modelos de representação e deliberação política para uma governança eficaz que possa assegurar os interesses dos diferentes atores na formulação e execução de políticas públicas nas cidades (CASTELLS, 2013).

Internacionalmente, a iniciativa de plantio de hortas urbanas nos países europeus, por exemplo, emergiu em grande escala após a Segunda Guerra Mundial como forma de evitar a escassez de comida sentida no momento da guerra, um aprendizado advindo da própria vulnerabilidade urbana no tocante à produção de alimentos em escala local. Atualmente na Europa existem aproximadamente três milhões de hortas/jardins urbanos. Denominados “*Urban Green Commons*”, são entendidos como espaços verdes em ambientes físicos e urbanos, podendo ser de domínio público ou privado que dependem da gestão e organização coletiva de indivíduos (COLDING e BARTHEL, 2013).

Em 2014 a França iniciou um projeto para a cidade de Paris chamado *Du vert près de chez moi* – “O verde perto de mim”, um dos eixos de um plano de arborização urbana na cidade, que incentiva a agricultura urbana e convida os cidadãos a se tornarem jardineiros de seus bairros com objetivo de alcançar a meta de 30 hectares de áreas verdes em espaços públicos. Para isso, o cidadão tem de solicitar junto às autoridades da capital francesa uma licença para este plantio, em uma área a ser escolhida por ele próxima a sua residência. A licença, quando concedida, tem duração de três anos e pode ser prorrogada. Já no ato da promulgação desta autorização de plantio, o novo “cidadão jardineiro” recebe um kit de plantio e deve assinar uma carta de compromisso em não utilizar pesticidas e garantir a manutenção das plantas e estruturas envolvidas durante este processo, trazendo em si um diferencial de compromisso do cidadão com seu território, ao mesmo tempo fomentando a promoção de qualidade de vida em sua cidade. Em 2015, 209 áreas haviam sido escolhidas para realização deste plantio (FUNVERDE, 2016).

Iniciativa semelhante é observada na cidade de Roma, com a diferença de ser um acordo proposto *pela* sociedade *para* a sociedade e com aval do governo. Coletivos urbanos, como por exemplo, “Trastevere Attiva” e “Monteverde Attiva”, voltados à questão de áreas verdes e hortas urbanas desenvolvem projetos para ampliação destes espaços por meio de plantios de árvores baseados em estudos preliminares de campo que trazem a necessidade de arborização naquele determinado local. Posteriormente, e com aprovação das autoridades locais que fornecem os equipamentos necessários para este plantio, é acordado com o cidadão (que atua diretamente no auxílio financeiro para este plantio) sua responsabilidade com os cuidados desta árvore por alguns anos. Tal responsabilidade é reforçada, ainda, com uma placa identificando o cidadão responsável por aquela árvore, certificando sua responsabilidade perante todos os outros cidadãos e sua cidade.

Na megacidade de São Paulo a situação é semelhante à observada em Roma no que se refere à autonomia dos cidadãos para escolha da área e realização do plantio de árvores, com ajuda da prefeitura para autorização do plantio. A principal diferença está no uso dos equipamentos necessários e na responsabilidade atribuída. Na capital paulista, em geral são os próprios cidadãos ou empresas parceiras que trazem tais equipamentos e não há responsabilidade instaurada e divulgada em placas nominais para cada cidadão cuidar de seu plantio.

Ao buscar compreender a origem e ampliação desse movimento de hortas urbanas em São Paulo é possível estabelecer sinergias com as discussões on-line sobre agroecologia, por meio de um grupo aberto chamado “Hortelões Urbanos”, criado no ano de 2011 no *Facebook* e que hoje conta com mais de 70 mil integrantes. Parte desses integrantes já havia atuado em movimentos de uso e ocupação de praças na cidade, como o Movimento Boa Praça na Vila Jataí (que será retomado mais adiante). O grupo “Hortelões Urbanos” foi criado particularmente na expectativa inicial de funcionar como local de troca de informações. Contudo, posteriormente, envolveu e impulsionou ações relacionadas à prática de criação de hortas urbanas na cidade, conforme relata a entrevistada E1 que fez parte da criação do grupo e hoje atua em algumas hortas urbanas em São Paulo:

O grupo começou a crescer e um dia (...) um menino entra no grupo do *Facebook* e escreve assim: ‘E vai ficar nisso, minha salsinha nesse meu quintal, minha cebolinha não sei aonde. **Não vamos fazer uma horta comunitária na rua?**’ E aí começou uma agitação no grupo do *Facebook* e aí **começamos a votar onde teríamos uma reunião (pelo Facebook)** (...) ganhou a votação na Vila Madalena em uma padaria. O primeiro que chegou escreveu na mesa Hortelões Urbanos e a gente sentou e resolvemos sair por dois caminhos: um de **criar uma ferramenta para partilhar terreno com ferramentas virtuais** e o outro grupo, que eu fazia parte, de **planejar uma horta comunitária**. Eu me engajei nesse da horta e inclusive teve reuniões na minha casa e uma das reuniões **tinha um cara do Movimento Boa Praça**, super acadêmico e **ele começou a escrever com a gente um projeto de horta comunitária** e depois de 20 páginas **a galera começou a falar que estava muito chato, que só íamos fazer a horta daqui a 30 anos**_e começaram a falar ‘**vamos fazer guerrilha, vamos fazer guerrilha**’ e aí

essa iniciativa de pedir autorização para a prefeitura foi por ralo abaixo e **decidimos fazer a guerrilha (...)**” (*destaque da autora*).

Outro relato complementa a descrição da criação de como hoje se configura o grupo “Hortelões Urbanos”:

Os **Hortelões são uma rede**, então todos estão conectados via Hortelões Urbanos e via **Facebook, que foi fundamental para a estruturação disso**. A partir disso, cada horta foi criada e sua página on-line também e aí quando tem evento, mutirão ou lançamentos de eventos são trocadas informações. **O papel dos Hortelões foi justamente estruturar esta rede**, estes grupos, coletivos, inclusive com quem não é de horta como a produção agrícola lá de Parelheiros e Largo da Batata (relato do entrevistado E11 – *destaque da autora*).

Estas narrativas sinalizam o quanto o uso da rede social foi crucial para a origem de algumas hortas em São Paulo e evidenciam uma característica peculiar destes coletivos de hortas urbanas: a necessidade de ações na prática e fora de contextos teóricos, o que pode ser relacionado ao fato de seus integrantes estarem sempre com “a mão-na-massa” realizando plantios e manutenções de terrenos e mexendo com plantas e terra frequentemente.

Embora as ações de plantio de hortas venham ganhando projeção na megacidade, ainda é preciso destacar a dificuldade, por parte de algumas prefeituras regionais (antigas subprefeituras), em compreender a importância destes plantios coletivos e criação de hortas em espaços antes não utilizados (abandonados muitas vezes) em áreas na cidade. Vale lembrar que em São Paulo a Lei Nº 16.212, elaborada pelo então vereador Nabil Bonduki e mais tarde, em 2015, sancionada pelo ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, assegura a existência dessas hortas. Porém e como ela nunca foi implementada, a sensação de insegurança por parte dos integrantes dos movimentos de hortas urbanas na cidade é constante, sobretudo por não haver legalização formal destes locais. Esta insegurança parece ter ficado ainda mais intensa após a troca de prefeitos na cidade de São Paulo (com o prefeito

João Dória, PSDB, que assumiu a gestão em 2017), conforme relata a entrevistada E1, integrante de coletivos de hortas urbanas:

(...) **A gente está num limbo**, o Nabil Bonduki criou aquela Lei das Praças, mas esta lei não foi implementada (...). Hoje existe uma anuência informal (...) a [prefeitura regional] sabe que a horta existe, respeita, **mas não existe uma formalização e a gente está neste caminho (...). Nenhuma horta comunitária em espaço público no Estado de São Paulo é oficial** (*destaque da autora*).

Embora esse informalismo esteja presente, ele não tem sido impeditivo para a continuidade de ações focadas nesta temática. Ao contrário, especialmente nos últimos dez anos, é possível observar a ampliação no número de hortas comunitárias orgânicas, sobretudo na Zona Oeste da capital paulista, que em 2012 inaugurou sua “Horta das Corujas”³³, cujos desdobramentos se ramificaram para outras zonas da cidade como, por exemplo, a “Horta do Centro Cultural São Paulo (CCSP)” e “Horta dos Ciclistas” na Zona Central, “Horta da Saúde” na Zona Sul, “Horta das Flores” na Zona Leste e “Horta da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP)” e “Batatas Jardineiras” (Largo da Batata) na Zona Oeste.

Ao analisar as narrativas dos entrevistados atuantes em coletivos de hortas em São Paulo, seus *posts* nos grupos de *Facebook* e perfis individuais, é possível identificar que as motivações para origem e impulsão destas hortas estão relacionadas a pelo menos duas preocupações principais: i) com a segurança alimentar, que engloba a questão de produção de alimentos em quantidade e qualidade suficiente para atender à população e sem uso de agrotóxicos e que se desdobra na atenção com as questões de gestão de resíduos, solo e consequentemente água; e ii) diminuição da quantidade de áreas verdes e do quanto este cenário prejudica à qualidade de vida dos indivíduos de modo geral. Essas motivações são as

³³ Localizada no bairro da Vila Beatriz (distrito de Alto de Pinheiros), zona Oeste da cidade, a horta possui este nome por conta do Córrego das Corujas que passa a leste desta praça. O nome do logradouro oficial em que se encontra a horta é praça “Dolores Ibárruri – La Pasionaria” Ela parece ter sido uma iniciativa pioneira de horta urbana e orgânica na cidade de São Paulo por ser o primeiro resultado de uma ação comunitária deste tipo na cidade de São Paulo e que traz em si forte conteúdo político-ativista (NAGIB, 2016).

mesmas identificadas em movimentos de hortas urbanas na Europa, em que a preocupação está centrada na mobilização de pessoas e recursos para a proteção de áreas verdes urbanas, a preservação do conhecimento de como plantar comida e a (re) imaginação da cidade como um local de produção de comida e segurança alimentar (BARTHEL et al., 2013).

Neste contexto e se apoiando nos pressupostos da abordagem de Governança dos Comuns de Ostrom (1990)³⁴, é possível argumentar que os coletivos de hortas em São Paulo surgem apoiados na inexistência ou pouca quantidade de espaços verdes na cidade para usos e finalidades diversas, desde lazer até alimentação orgânica, e produzem espaços comuns que poderão ser utilizados, protegidos e geridos para benefício social, funcionando como símbolos de resistência ao modelo dominante, capitalista e excludente que rege algumas cidades, como é o caso de São Paulo. Assim, e “(...) se o Estado deixa de oferecê-los, então só há uma resposta possível, que é as populações se auto-organizarem para oferecerem-se seus próprios comuns (...)” (HARVEY, 2014, p. 167).

O que também parece ter instigado esta iniciativa destes grupos é o agravamento das questões ambientais a partir da década de 1990 e a ampla divulgação de informações sobre esta temática. Nos últimos anos, sobretudo por meio das TIC, informações de cunho científicas como relatórios da Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização das Nações Unidas (ONU), Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) e Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), têm se tornado mais acessíveis, ao menos para uma parte da sociedade.

Em estudos recentes, a existência destas iniciativas de hortas e jardins urbanos comunitários, bem como sua manutenção, é apontada como uma das estratégias de adaptação e resiliência das cidades frente às mudanças climáticas e promoção de bem-estar (COLDING

³⁴ A partir de inúmeros exemplos em seu livro, a autora questiona alguns pressupostos defendidos por Hardin em seu artigo “*The Tragedy of Commons*” e demonstra que cidadãos podem criar mecanismos coletivos eficazes de gestão de recursos comuns para benefício individual e coletivo.

e BARTHEL, 2013; BARTHEL et al., 2013). O Relatório do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC, 2016, p. 34), por exemplo, reforça este argumento, ao afirmar que “(...) a falta de áreas verdes acaba deixando as cidades mais vulneráveis aos problemas atuais e futuros que poderão ser acentuados pelas mudanças climáticas, como o aumento das ilhas de calor, poluição do ar e inundações”. A relação do aumento de áreas verdes e garantia de saúde e qualidade de vida para a população há tempos é estudada e defendida por pesquisadores brasileiros, como o grupo de pesquisas liderado pelo Prof. Dr. Paulo Saldiva junto à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP). Em entrevista recente concedida à mídia, o pesquisador reforça que “(...) Quanto mais verde existe numa região, menor o risco de mortalidade por causas não acidentais, especialmente câncer e doenças respiratórias”, e que “(...) a diferença entre as áreas menos verdes e as mais verdes chega a ser de uma redução de quase 20% de risco de morte” (SALDIVA, 2017³⁵). Como defende NOBRE (2010), a existência de áreas arborizadas propicia climas mais amenos, uma vez que as árvores ali existentes captam parte do monóxido de carbono e dos particulados emitidos pelo tráfego de veículos. Outros fatores positivos relacionados à existência de áreas verdes são listados na literatura, como difusão e transmissão de conhecimentos sobre plantio e produção de comida, espaços de promoção de educação para a população e proteção do habitat e preservação de memórias coletivas da cidade (BARTHEL et al., 2013). Estes mesmos fatores também são apontados pelos atuantes desses movimentos de horta em São Paulo:

(...) comecei a ler as coisas sobre desertificação, perda de solo, mudança climática, desertificação de oceanos (...) e vi que a crise ambiental estava cada vez mais próxima (...) foi por isso que eu comecei a plantar comida na

³⁵ Entrevista realizada pela Rádio USP em 17/4/2017. Disponível em: < <http://jornal.usp.br/atualidades/areas-verdes-garantem-saude-e-qualidade-de-vida-a-populacao/> >. Acesso em: 5 jan 2018.

minha casa (...) **comecei a ver que vai faltar comida** (...) (relato da entrevistada E1 – *destaque da autora*).

Eles (o governo) acham que as árvores só atrapalham. E é totalmente o contrário. **Tem que plantar mais, porque vai faltar água, o clima tá muito seco, chove pouco (...) tá tudo amarrado: horta, plantios de floresta, redução de lixo, água** (...) (relato do entrevistado E5 – *destaque da autora*).

Esta percepção dos entrevistados pode ser analisada à luz dos argumentos de FORNO e GRAZIANO (2014) que, ao analisarem a emergência de Organizações de Movimentos Comunitários Sustentáveis no mundo na tentativa de produzirem um *framework* para compreender estas iniciativas, descrevem como principais características destes movimentos de agricultura urbana a busca por alternativas à cultura política e ao consumo ilimitado, propondo novas formas de produção (artesanal, orgânica e manual) e alimentação (natural e sob a lógica *Slow Food*³⁶), privilegiando os pequenos agricultores locais e dando suporte para interação direta destes agricultores com redes transnacionais de alimentação. O trecho a seguir de um documento chamado “Manifesto”, produzido em 2013 no contexto do Grupo dos “Hortelões Urbanos” e postado pela entrevistada E1 no dia 10 de maio de 2017 no grupo (fechado) no *Facebook* da “Associação das Hortas Comunitárias de São Paulo”, evidencia estas características.

Nós somos agricultores urbanos: vivemos na cidade e plantamos alimentos. Fazemos isso porque queremos caminhar rumo à autonomia alimentar. Nosso objetivo é **diminuirmos progressivamente a dependência da agricultura convencional, da indústria alimentícia e dos grandes varejistas. Buscamos a interconexão entre todos os moradores e moradoras de uma cidade** e acreditamos na possibilidade de cada pessoa cultivar parcialmente ou integralmente seu próprio alimento de forma orgânica e agroecológica. (...) Repudiamos os impactos negativos da agricultura convencional sobre o meio ambiente desde a extração de recursos naturais, transporte, embalagem e geração de resíduos e uso da mão de obra.

36 O *Slow Food* é uma associação internacional sem fins lucrativos que possui atualmente mais de 100.000 membros em diversos países (Itália, Alemanha, Suíça, Estados Unidos, França, Japão e Reino Unido) e apoiadores em 150 países, que tem como princípio “(...) o direito ao prazer da alimentação, utilizando produtos artesanais de qualidade especial, produzidos de forma que respeite tanto o meio ambiente quanto as pessoas responsáveis pela produção, os produtores” (SLOW FOOD BRASIL, 2007).

Buscamos parcerias com pequenos produtores agroecológicos e **demandamos acesso a redes locais de comércio justo em contraposição ao agronegócio de larga escala**, extremamente dependente de combustíveis fósseis, que explora intensivamente a terra, tortura os animais, usa agrotóxicos de forma massiva e concentra a renda na mão de poucas pessoas, prejudicando, em todas as etapas de produção, a natureza e a sociedade. (...) **Queremos unir os saberes tradicionais ao conhecimento científico moderno proporcionado pela agroecologia. Defendemos a troca horizontal de conhecimentos e o compartilhamento de recursos para nos integrarmos à rede mundial de agricultores urbanos intimamente ligada à agricultura familiar e outros movimentos com os mesmo propósitos.** (...) Assumimos a tarefa de mostrar as novas gerações que é possível cultivar alimentos de forma menos artificial e gerar riquezas sem degradar a natureza ou explorar outros seres humanos. **Acreditamos no potencial educativo de hortas urbanas**, estimulando o contato humano com as dinâmicas naturais e ampliando a consciência ambiental e cultural dos indivíduos em sua realidade local. **A agricultura urbana fortalece a identidade das pessoas com a terra e promove o senso de cidadania na construção de cidades mais justas e sustentáveis.** (...) Assumimos ainda a responsabilidade de cultivar a vida nos espaços mortos da cidade, incentivando o compartilhamento equitativo do espaço público pelas pessoas. A cidade deve ser vivida e sentida e deve gerar iguais oportunidades para todas as pessoas, independente de gênero, etnia ou grupo social, para cultivarem alimentos de qualidade e em abundância. (...) Plantamos alimentos na cidade sobretudo porque amamos o contato com a terra e a **reconexão com os ciclos da natureza.** Ao cultivar alimentos na cidade, criamos comunidades solidárias de vizinhos ao redor de nossas hortas, recuperando laços sociais e o hábito da boa convivência no espaço público. **O cultivo urbano favorece a criação de laços de amizade e interação** baseados na partilha da colheita, no uso coletivo de recursos e na celebração da diversidade. **A construção de comunidades urbanas vem destruir a impessoalidade e massificação da vida na cidade e busca re-significar a convivência humana em sociedade** (*destaque da autora*).

Se as iniciativas de hortas urbanas têm crescido, essa mesma tendência é observada com a emergência de movimentos focados na revitalização de praças e espaços públicos. Em São Paulo, um dos exemplos estudados e que parece ser pioneiro na temática é o “Movimento Boa Praça”, que surgiu em 2008 por iniciativa de moradores do bairro Alto de Pinheiros.

Inicialmente com foco na revitalização da Praça François Belanger, hoje se estende a outras praças do mesmo bairro através dos contatos estabelecidos e compartilhamentos de experiências na internet, por meio de iniciativas como o coletivo “Ocupa - Casa da Praça Waldir Azevedo (Casinha)”, com objetivo de “(...) mobilizar cidadãos, empresas, governos e instituições para ocupar e revitalizar os espaços públicos, em especial as praças da cidade,

devolvendo a elas o seu propósito inicial: o de locais de convívio, lazer, debate e inclusão” (MOVIMENTO BOA PRAÇA, s.d.).

(...) a minha filha estava fazendo aniversário e a gente sempre ia numa praça perto de casa e ela falou que queria fazer o aniversário naquela praça, aí falei que não dava, porque **a praça estava muito degradada**, mas a minha filha falou que queria consertar a praça e abriu mãos de todos os presentes para consertar a praça. (...) **Foi a primeira vez que fui na [prefeitura regional] ver como fazer isso (...) expliquei que ia revitalizar a praça e realmente conseguimos revitalizar a praça François Belanger** (...) a praça ficou incrível a várias mãos e a minha filha ficou feliz (...) (relato da entrevistada E22 – *destaque da autora*).

Nessa mesma perspectiva, surgiu o coletivo “Ocupe & Abrace”, que atua na Praça Homero Silva, depois apelidada pelos próprios integrantes do movimento como “Praça da Nascente” devido às nascentes que ali existem. O coletivo emergiu a partir de iniciativas dos moradores do entorno, que não se sentiam felizes com a situação de abandono e descaso do local e juntos criaram uma página no Facebook chamando a atenção da população do entorno para a situação desta praça. A análise das entrevistas realizadas com integrantes desse coletivo revela que foi em meados de 2013 e por meio de um concurso chamado “A Pompeia que se quer”, promovido pelo “Cidade Democrática”³⁷, que a proposta principal de restauração das nascentes, criação de horta comunitária e preservação de berços agroflorestais foi iniciada, resultando em uma praça modificada:

Antes as pessoas tinham medo de entrar na praça porque era um lugar sem ninguém. Hoje elas têm convívio super harmonioso, pacífico e interativo. Antes tinha muito crime e hoje tem abertura. Não tinha iluminação e coleta de lixo e **exigimos que a [prefeitura regional] fizesse isso** (...) (relato da entrevistada E21 – *destaque da autora*).

A própria transformação desse espaço público parece ter motivado mudanças de comportamento em alguns moradores locais, mais preocupados com o descarte inadequado de

³⁷ Plataforma eletrônica que promove colaboração entre cidadãos, governo e sociedade em geral.

lixo (antes feito na praça) e com cuidados voluntários para evitar que o lugar volte a ser percebido como inseguro graças à visibilidade que o espaço ganhou nas redes sociais.

Em Roma, estas observações também são pertinentes: a maioria dos integrantes dos coletivos entrevistados atua na melhoria dos espaços públicos com objetivo de mudar comportamentos dos usuários dos locais, mas com a peculiaridade de elaborarem e realizarem ações múltiplas em uma mesma localidade, isto é, não só plantio de mudas ou árvores, inserção de mobiliários ou realização de cursos/oficinas de conscientização. Essas iniciativas acontecem ao mesmo tempo e em um mesmo espaço e são comunicadas via internet (sites e redes sociais, majoritariamente via Facebook). São iniciativas semelhantes às de São Paulo na busca pelo direito ao uso da cidade, mas que abarcam várias temáticas, como no caso dos coletivos “Trastevere Attiva”, “Monteverde Attiva”, “Portuense Attiva” e “Associazione Verde Labaro”, que atuam para melhoria de seus bairros com atividades de plantio de árvores, jardinagem urbana, oficinas para crianças de conscientização quanto aos resíduos (limpeza) e pichações existentes no local e ações para diferentes públicos, principalmente crianças e idosos. Tais ações buscam sensibilizar a cidadania e o pertencimento dos cidadãos ao território. As narrativas dos entrevistados evidenciam estas características, especialmente a abordagem e o surgimento desses coletivos:

Portuense Attiva nasce para **propor atividade e ações construtivas no bairro e para envolver pessoas (...)** (relato da entrevistada E8r – *tradução e destaque da autora*).

Nasceu pela vontade de um grupo de mães que queria **melhorar o meio ambiente em torno da escola de seus filhos e do bairro em geral** (relato da entrevistada E6r – *tradução e destaque da autora*).

Pensamos em constituir a associação para poder **melhorar e fazer ações muito pragmáticas, ativas no território**. A exigência de criar esta associação foi porque a vida cotidiana em Roma estava um pouco degradada do ponto de vista estético, das árvores (...) das pessoas que não se conhecem (...). O interesse da associação foi de **acolher todos os interesses dos cidadãos que habitam neste bairro (...)** (relato da entrevistada E6r – *tradução e destaque da autora*).

Ainda nesta proposta de atuação se destacam outros coletivos observados em Roma que possuem este mesmo olhar amplo sobre o território, mas atuam mais focados na prevenção da deterioração de patrimônios históricos da cidade, como é o caso dos coletivos “Associazione per Villa Pamphilj” e “Associazione Amici di Villa Sciarra”.

Em São Paulo é possível destacar a experiência do coletivo “A Batata precisa de Você!”, que atua para promover diversas atividades e inserções num mesmo local. Este coletivo começou com um grupo de moradores do entorno em 2014 com discussões no próprio local, com foco na revitalização do Largo da Batata situado no bairro de Pinheiros, após um processo de Operação Urbana em 2007 implementado pela prefeitura e que envolveu a expansão de linhas de ônibus e metrô, modificando drasticamente o espaço. Amplo e concretado, sem qualquer área verde ou possibilidade de convívio social e cultural, o novo espaço incomodou um grupo de pessoas e fez emergir esse e outros coletivos que ali se formaram com finalidades diversas (como plantios de canteiros pela “Batatas Jardineiras” e ensinamentos de como aprender a andar de bicicleta pelo coletivo “Bike Anjo”). Estas iniciativas têm se reproduzido em outros pontos da cidade, conforme relata a Entrevistada E26:

Eu trabalhava no largo antes da operação urbana Faria Lima chegar lá (...) meu escritório era do lado (...) **era um espaço muito vivo e interessante, mas depois da operação virou aquele espaço deserto, todo coberto.** Tiraram as lojas, restaurantes e virou aquela esplanada horrorosa. Até dava medo de passar lá a noite (...) **É um espaço que, por ser vazio e não ocupado, ele se torna terra de ninguém.** (...) A minha filha mudou para lá pertinho (...) e **ela convidou várias pessoas, entre elas eu, para começar a fazer ocupações regulares no Largo da Batata.** Foi assim que fizemos o primeiro encontro (“Leituraço”) (...) e à medida que **fomos divulgando no Face pelo grupo “A Batata Precisa de Você!”**(...) **isso deu mais visibilidade ao movimento** (...) *(destaque da autora).*

Semelhante a estas iniciativas, a questão da mobilidade urbana também tem impulsionado a emergência e atuação de outros coletivos, que buscam, por meio do uso das TIC, chamar a atenção para a causa e agregar indivíduos em torno de um objetivo comum:

que a cidade de São Paulo não negligencie outras formas de mobilidade ativa, para além do carro, e desperte uma relação mais significativa entre os cidadãos e as ruas. Esta principal causa destes coletivos em São Paulo é justificada principalmente por três dados recentes, em ordem de relevância: i) aumento do número de óbitos resultantes de acidentes de trânsito nos últimos anos na capital paulista; só em 2017 foram 883 mortes, em suas maiorias pedestres (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2018a); ii) 61% das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) na megacidade, com base nos resultados do inventário realizado em 2011, foram atribuídas à mobilidade (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2014); e iii) o tema de mobilidade urbana, que consta como um dos principais desafios para as megacidades deste século (ONU-HABITAT, 2016).

Um exemplo de coletivo que atua nesta temática na cidade, com uma perspectiva mais ampla, é o “Cidade Ativa”, uma Organização Não-Governamental (ONG) criada no final de 2013 e, à semelhança do movimento da prefeitura de Nova York de “*Active Design*”³⁸, busca “(...) entender como o desenho da cidade poderia promover estilos de vida mais ativos e com isso mitigar problemas de saúde relacionados a sedentarismo e obesidade” (Relato da entrevistada E18 – integrante do “Cidade Ativa”). Dentre suas temáticas de atuação, a mobilidade a pé é uma das que mais se destacam: 32% das viagens realizadas pelos moradores de São Paulo são realizadas a pé, conforme dados da última Pesquisa de Mobilidade da Região Metropolitana de São Paulo 2012³⁹. Semelhante à ONG, em São Paulo outros coletivos de mobilidade a pé têm surgido nos últimos anos, como o “Corrida Amiga”, “Cidade a Pé” e “Sampa Pé”, que promovem ações para melhoria de acesso e qualidade das calçadas e ampliação do conhecimento dos paulistanos acerca da cidade onde vivem.

³⁸ “Estratégias de design urbano para a criação de bairros, ruas e espaços ao ar livre que incentivam a caminhada, ciclismo e transporte e lazer ativos (...)” (CENTER FOR ACTIVE DESIGN, s.d.).

³⁹ Pesquisa disponível em: <http://files-server.antp.org.br/_5dotSystem/download/dcmDocument/2014/03/11/328C0981-C7F3-4AD7-BC24-A8BF9A7BE22C.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Já com relação às iniciativas voltadas para o uso da bicicleta, um dos coletivos atuantes é coletivo “Bike Anjo”, que ensina, sem custo, pessoas a andarem de bicicleta nas cidades, por meio da ação de instrutores que atuam em locais diversos em São Paulo, como no Largo da Batata, mas também em outros estados e municípios do Brasil e até internacionalmente, como descreve um de seus idealizadores: “Hoje somos uma rede de quase cinco mil voluntários. Estamos em 450 cidades e em outros 16 países. Já ajudamos em torno de 18 mil pessoas ao longo dos últimos três, quatro anos quando nos organizamos” (Relato do entrevistado E13).

Outro exemplo é a Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo (Ciclocidade), que embora tenha surgido em 2009 “(...) com objetivo de lutar pela inserção da bicicleta no ambiente urbano” (Relato do Entrevistado E19, integrante da Ciclocidade), hoje é um dos principais órgãos responsáveis no município pela construção de políticas públicas voltadas para a mobilidade por bicicleta. Esse movimento ligado à bicicleta como opção de transporte ativo emergiu apoiado no “*Critical Mass*” (“Massa Crítica”) ou “Bicicletada”, surgido em 1992 na cidade de São Francisco, nos Estados Unidos, com encontros mensais realizados geralmente na última sexta-feira do mês, como forma de protesto e manifestação pelo uso da bicicleta como meio de transporte e pela necessidade de criação de condições para este uso na cidade. Conforme relata o entrevistado E13, “é um protesto pacífico, para uso democrático do transporte (...)” que “foi o grande berço de São Paulo, porque a maior parte dos coletivos surgiu da bicicletada”. Como motivações para o surgimento destes movimentos o entrevistado ressalta que “o movimento cicloativista surgiu principalmente pela crise das cidades com relação à mobilidade (...) São fatores de stress, ficar parado no trânsito (...)”.

Embora a questão da mobilidade urbana venha sendo rediscutida no mundo todo, particularmente nas grandes cidades, os coletivos observados em Roma não atuam diretamente nesta temática. Uma das possíveis justificativas pode estar associada à extensa

malha viária da cidade, que conta com ônibus, mas, sobretudo linhas de metrô e trens que ligam boa parte de Roma e outras cidades, incluindo interligações para viagens a outros países. Contudo talvez o fator mais relevante seja a própria circulação das pessoas. Diferentemente da situação dos coletivos de mobilidade urbana em São Paulo, especialmente aqueles que lutam pela mobilidade a pé, em Roma a circulação de pessoas é privilegiada e incentivada pelo governo há anos e facilitada pela situação geográfica e climática da cidade, que proporciona condições propícias para uma extensa e segura circulação a pé por suas ruas. Embora, em períodos de alta temporada, em que o turismo atrai um número grande de turistas à cidade, a mobilidade também seja alterada.

Em São Paulo, cabe destacar ainda a existência da ONG “Minha Sampa”, criada em 2014 após uma experiência bem sucedida na cidade do Rio de Janeiro (ONG Meu Rio), com objetivo de facilitar a participação das pessoas nas decisões da cidade fornecendo plataformas digitais. Um trecho de entrevista realizada com uma das responsáveis pela ONG reforça a finalidade da instituição: “O que a gente quer é que o cidadão comum participe mais da cidade. Participação para mim hoje é qualquer forma de engajamento do cidadão em uma decisão sobre algo que é público, coletivo (...)”.

Na raiz dos coletivos que atuam em São Paulo e também na cidade de Roma é possível entendê-los como ações “(...) não mais voltadas para as condições de vida, ou para a redistribuição de recursos, mas para a qualidade de vida, e para afirmação da diversidade de estilos de vivê-la” (ALONSO, 2009, p. 51). São cidadãos que parecem acreditar que “(...) pela explicação de suas premissas ou de seus pontos de vista e do oferecimento de justificção, eles podem levar o outro a mudar (...) suas preferências e seu modo de ver as coisas” (MAIA, 2009, p.99). Neste sentido, são movimentos defensivos, isto é, que buscam a defesa de uma cidade mais justa para todos tendo como foco a proteção do ambiente e espaço urbano. Suas ações e motivações não estariam vinculadas a interesses econômicos, mas político-sociais e

morais, o que reforça a necessidade de entender, além do contexto que emergiram, suas formas de atuação e relacionamentos estabelecidos entre estes coletivos e outras instituições (GRAVANTE, 2012), como será abordado nos próximos capítulos.

ESTRUTURA

Para compreender o que são estes coletivos analisados, como se estruturam e de que modo ocorrem suas ações há que se ter um

(...) cuidadoso exame de como seus participantes se organizam e se relacionam com os demais agentes sociais, como eles entendem a si próprios em relação aos outros, quais valores substantivos promovem e como lidam com os inevitáveis desacordos morais em ambientes diversos (MAIA, 2009, p. 112).

Voltando o olhar para a forma como os coletivos encontram-se estruturados⁴⁰, a análise dos dados obtidos evidencia certa semelhança à atuação de outros movimentos sociais que emergiram no mundo neste século 21 e que usam prioritariamente as TIC para elaboração de estratégias, combinando objetivos políticos e esforços mais orientados culturalmente (POLLETTA e JASPER, 2001). Esses coletivos apresentam características comparáveis àquelas descritas pelos teóricos dos movimentos sociais em rede, incluindo: busca pela melhoria da cidade quanto à promoção de qualidade de vida com estilos de vida alternativos aos estabelecidos e que ferem o uso coletivo dos espaços públicos na cidade; atuação em rede; recusa de qualquer tipo de institucionalização (exceções no movimento de mobilidade urbana)⁴¹; busca pela inserção e alteração do modo de tomadas de decisões nas esferas do

⁴⁰ Estrutura aqui se refere ao modo como os coletivos urbanos encontram-se formados, isto é, sua base organizacional.

⁴¹ Como mencionado na Parte II: Procedimentos Metodológicos foram entrevistadas duas ONGs (Cidade a Pé e Corrida Amiga) e uma Associação (Ciclocidade) que, diferente dos demais coletivos desta temática e também de horta e espaços públicos, estão institucionalizadas. O que ocorre é que, em São Paulo, estas organizações são as principais e representativas quanto às ações atuais e tomadas de decisões na cidade junto a questão de

governo, com maior representação da sociedade e poder de deliberação e não consulta; negação de formas de governos autoritários e não inclusivos; ausência de identidade política e hierarquia, recusa de institucionalização, autonomia, imprevisibilidade e atuação atópica e *glocal* (global e local simultaneamente) (CASTELLS, 2004; CARLOS, 2010; SANTAELLA e LEMOS, 2010; DI FELICE 2013b; LEMOS e DI FELICE, 2014; DI FELICE et al., 2017).

GRAVANTE (2012, p. 6), ao analisar movimentos de Oaxaca (México) e outros emergentes nas últimas décadas na América Latina, também reconhece características comuns:

(...) crítica e negação de todo tipo de vanguardismo político e de usurpação da representação popular. A definição autônoma e independente da dinâmica do movimento; (...) a violação da agenda de poder, pois suas ações eram definidas de forma autônoma e independente; a rejeição do protagonismo e das ações que não reforçam o mesmo movimento (*tradução da autora*).

Nesta mesma perspectiva, NOVY e COLOMB (2012) ao analisarem movimentos sociais em Berlim e Hamburgo identificam as seguintes características semelhantes dos movimento sociais emergentes desta década de 2010: modelo não hierarquizado e distante de partidos políticos e grupos convencionais de pressão, preferência por ações imprevisíveis e de protestos táticos, cujo alvo principal é o Estado e as políticas locais.

A narrativa da entrevistada E3 evidencia como hoje está estruturado o movimento de agricultura urbana na megacidade de São Paulo:

O Movimento de Agricultura Urbana é dividido em **vertente comercial** – que são **as pessoas que praticam a verdadeira agricultura urbana de Parelheiros** que vivem disso, produzem, vendem e tem dificuldade de produzir estes alimentos vivendo nas bordas da cidade; e tem **outro grupo que são cidadãos interessados em melhorar os espaços públicos e uma das formas foi a horta urbana**, quando elas estão em espaço público. No caso destas hortas urbanas principalmente na zona oeste, este são **locais de**

mobilidade e, portanto, e quanto ao fator “recusa de institucionalização”, figuram como exceção. Porém, a hipótese sobre esta institucionalização pode estar relacionada à obtenção de maior espaço na arena decisória e consequentemente poder para decisão, uma vez que esta temática em São Paulo é uma das mais antigas em questões de ações e resultados obtidos e que se mostra em sua maior parte institucionalizada.

melhoria de espaço público, melhoramento de território, organização da sociedade civil, melhora da condição física e etc (..) num movimento que agrega alguns coletivos (destaque da autora).

As experiências de hortas urbanas que atuam para melhoria dos espaços públicos⁴² abordadas na pesquisa realizada em São Paulo evidenciam que, apesar da insegurança pela falta de reconhecimento oficial da prefeitura, essas iniciativas continuam a atuar com força na cidade na promoção de cursos, eventos, mutirões e discussões que possam, de um lado, trazer a sociedade mais perto de suas ações e objetivos e assim compartilhar da mesma visão, e de outro, “provocar” o poder público para oficialização e melhorias quanto às condições para atuação e demonstração de seus resultados positivos para um “esverdeamento” da cidade. Embora os coletivos que atuem com hortas na cidade sejam diversos, uma análise sobre a divulgação dessas iniciativas na mídia revela que as que têm recebido maior espaço, seja na mídia de massa ou nas mídias sociais, são a “Horta das Corujas” junto com a “Horta dos Ciclistas”, “Horta do CCSP” e “Horta da FMUSP”, a primeira sobretudo por seu pioneirismo, e as demais por suas localizações (na zona central de São Paulo em locais com elevada circulação de pessoas e de interesses sociais, políticos, econômicos e culturais).

A estrutura dos coletivos de uso de espaços públicos (praças) se mostra semelhante à das hortas, particularmente quanto às ações e objetivos, mas diferenciam-se em relação à questão da insegurança, já que se encontram em locais legalmente instituídos (praças) e, portanto, com livre utilização da sociedade, diferentemente das hortas que ainda figuram como “ilegais” nos espaços que ocupam na cidade. Além disso, agregam coletivos que são pioneiros na questão de luta pelo direito de uso destes espaços tornando-se exemplos de estrutura e formas de ação, como são o caso da “A Batata Precisa de Você!” e “Movimento Boa Praça”.

⁴² Conforme mencionado na Parte II e por conta da metodologia adotada, a pesquisa não contemplou representantes de hortas urbanas da zona leste e, conseqüentemente, de produtores comerciais.

Já no caso dos coletivos de mobilidade urbana, a maioria deles foge à regra de não-institucionalização, atuando com estruturas mais organizadas, com local físico de atuação; contudo, mantêm a maior parte das características “comuns” aos movimentos sociais atuais (em rede), como rejeição a partidos políticos e líderes e agregação a cada dia de mais “simpatizantes” para suas causas em suas comunidades nas redes sociais, como o *Facebook*, dispositivo prioritário de utilização como sede e ponto de encontro para suas discussões e mobilização de ações. No escopo destas observações estão, por exemplo, as iniciativas do “Bike Anjo”, “Cidade Ativa”, “Ciclocidade” e “Corrida Amiga”.

Já no caso dos coletivos observados em Roma, suas ações e objetivos gerais se mostram semelhantes aos coletivos de São Paulo quanto à melhoria dos espaços públicos urbanos; contudo, apresentam algumas diferenças importantes, como por exemplo, o fato de atuarem em diversas temáticas ao mesmo tempo, isto é, plantios, limpeza de locais, melhoria de infraestrutura de praças, mobilidade, projetos de educação, como mencionado anteriormente no início deste capítulo. Assim, se diferenciam por apresentar um olhar holístico da cidade buscando a recuperação do local em todos os sentidos e não apenas atuando em uma frente, como ocorre com os coletivos de São Paulo.

Outra questão que chama a atenção em Roma é que mesmo sendo coletivos pequenos semelhantes aos de São Paulo e em sua maior parte avessos a processos de institucionalização, apresentam certa hierarquia, com atribuição de funções para alguns de seus integrantes que possuem autonomia para realização destas ações desde que antes já tenham sido discutidas pelo grupo, conforme relatado pelo entrevistado E1r: “Alguns projetos que são mais importantes quem decide são os dirigentes da associação. (...) Cada responsável do setor de atividades da associação pode propor projetos, mas decidimos juntos” (*traduzido pela autora*). Outro exemplo pode ser visto na fala do entrevistado Er5 que descreve sucintamente a estrutura do coletivo em questão: “O conselho é composto por oito pessoas,

juntamente com outras cinco pessoas que fazem parte do ‘quadro ampliado’ (...)” (*traduzido pela autora*).

Quanto ao modo de atuação destes coletivos, a análise dos dados obtidos na pesquisa permite destacar o caráter de imprevisibilidade, isto é, de ações que muitas vezes não conseguem ser previstas pelo governo e outras instituições e a perspectiva de buscar uma forma de decisão mais autônoma, sem dependência da autorização do governo. A ideia de autonomia aqui é a mesma adotada por SOUZA (2008, p. 174) e engloba dois sentidos: i) *autonomia coletiva*, que “(...) depreende garantias político-institucionais, assim como uma possibilidade material efetiva”, referindo-se às instituições e condições materiais necessárias a esta autonomia (acesso a informações suficientes e confiáveis, por exemplo, é uma delas) para promover igualdade na participação da sociedade em processos decisórios; e ii) *autonomia individual*, que é a “(...) capacidade de indivíduos particulares de realizarem escolhas em liberdade, com responsabilidade e com conhecimento de causa”, dependentes de situações estritamente individuais e psicológicas e também de políticas e materiais que, por meio de processos de socialização, produzirão indivíduos com auto-estima elevada e contrários a tutelas políticas.

Exemplo dessa autonomia praticada é a criação de algumas hortas em São Paulo, fruto de ocupações ilegais de terrenos públicos ou de espaços do poder privado, que permaneciam, na concepção dos participantes dessas iniciativas, vazios e sem vida, conforme relato do entrevistado E5 que atua em uma horta urbana na capital paulista: “A gente tem relação ‘a fórceps’ de invasão mesmo, aqui foi invasão (...) vamos lá, vamos entrar e fazer”. A entrevistada E1 também descreve esta abordagem sobre o plantio de hortas/jardins urbanos na capital paulista:

Guerrilha Garden é quando você chega ao espaço público e começa a plantar sem pedir licença para ninguém com seus próprios meios (...) A gente não usa publicamente esta palavra porque ela dá muita margem para

mal-entendido (...) A Horta dos Ciclistas foi totalmente nesta forma de guerrilha, um belo dia nós tiramos as coisas do carro e fizemos a horta.

A origem do processo de *Guerrilha Garden* remonta aos anos 1970 em Nova York, Estados Unidos, quando um grupo de ativistas organizou, em um local abandonado e sem construções existentes, um “ataque armado” usando bombas de sementes⁴³ e, graças a esta iniciativa simbólica, foi iniciado um diálogo junto a prefeitura que, posteriormente, decidiu autorizar este grupo a entrar nesta área e transformá-la em um jardim (CASCINO, 2014). Para SASSEN (2017), essas iniciativas estão diretamente relacionadas à “(...) existência de espaços vazios na cidade e que muitas vezes são espaços de destruição para uma espécie de urbanidade que não depende apenas de arquitetura (...)”, mas também “(...) do imaginário popular”. Esses espaços vazios, na visão da autora e semelhante a CARLOS (2007), são críticos e frutos de um processo de “amnésia urbana” existente no meio físico, isto é, um esquecimento da história urbana. Por isso, são invadidos de modo proibido, como uma provocação à destruição das memórias urbanas antigas existentes nas cidades. Além disso, podem estar atrelados a invasões e ocupações que minimizem o vazio e a sensação de medo de viver em cidades cada vez maiores, mais complexas e que promovem nos cidadãos sensações de vazio e de medo, desempenhando papel importante na mudança social destes locais e criando comunidades que se baseiam em proximidades, este último sendo fator importante como mecanismo psicológico de superação do medo (CASTELLS, 2013, p.19). De igual modo, LEITE (2010, p. 121) afirma que a “(...) reutilização de espaços vagos (...) ajuda a combater a perda de vitalidade do tecido urbano e a promover o desejável desenvolvimento urbano sustentável”.

Ao operarem de modo instrumental e semelhante a estratégias voltadas para ações que unam oportunidades existentes e custo-benefício (POLLETTA e JASPER, 2001),

⁴³ “Bolas perfuradas cheia de terra e semente” (CASCINO, 2014, p. 81).

estes coletivos se diferenciam da atuação dos movimentos sociais anteriores. Sob a ótica de HABERMAS (1997), ora utilizam de discursos pragmáticos analisando se estratégias para a ação são adequadas para seus objetivos, e ora discursos ético-morais, questionando o que deve ser feito para realização dos objetivos, incluindo princípios e valores envolvidos no coletivo, como a justiça e igualdade.

São movimentos que atuam em/na rede (DI FELICE 2009; 2013b) e inclusive se vêm desta forma: “(...) a gente é uma rede (...) nós somos uma rede subterrânea na sociedade. Você está conversando comigo, mas você não sabe onde estão os tentáculos desta rede e a gente aciona quando necessário” (Relato da entrevistada E1, integrante de um coletivo de horta urbana em São Paulo). Este fato também pode ser observado quando estes coletivos compartilham, em suas redes sociais, a realização de mutirões em outras hortas da cidade como forma de auxiliar a adesão de voluntários neste processo e a doação de materiais. Assim, fornecem oportunidades para suas ações, como a circulação de informações, contatos de pessoas, redução dos custos e desenvolvimento de habilidades cognitivas e competências aos envolvidos ao promoverem um cenário de socialização (DIANI e MACADAM, 2002). Como estratégias, ampliam seus relacionamentos com outras instituições e governo criando novas práticas de sensibilização e proteção das áreas urbanas existentes na cidade (BARTHEL et al., 2013).

Exemplo dessa atuação em/na rede pelos coletivos de mobilidade urbana, que ganhou projeção nas mídias no ano de 2016, foi o Programa de Ruas Abertas, que promoveu a abertura de ruas da capital paulista aos domingos e feriados para a sociedade, inclusive com a abertura de uma das principais vias da cidade, A Avenida Paulista. Iniciado em 2014 pelo coletivo “Sampa Pé” em parceria com a Rede “Minha Sampa”, logo agregou outros coletivos de diversas áreas de atuação, mas, sobretudo os de bicicleta (“Ciclocidade”, “Bike Anjo”), além de milhares de pessoas que auxiliaram a pressionar o governo com o uso da hashtag

#PaulistaAberta via *Twitter* e *Facebook*. Apesar de os resultados positivos advindos dessa mobilização, desde o início e até recentemente o Ministério Público Estadual vem debatendo contra a implementação da abertura das ruas, que se tornou política pública e veio alicerçada pela própria Prefeitura de São Paulo. Como analisa ROLNIK (2015), as alegações do Ministério Público são alicerçadas na visão de que a rua foi

(...) ‘concebida e construída para veículos’, como se algum espaço da cidade pudesse ter uma predestinação, uma espécie de ‘vocação’ inexorável para um determinado uso ou forma de circulação, independente e acima das dinâmicas sociais, econômicas e culturais que transformam permanentemente as cidades, gerando novos usos e sentidos.

Contudo e até o momento, a Avenida Paulista continua aberta aos domingos, com algumas exceções, para seus diversos usos e públicos e é sentida pelos idealizadores dessa pressão como uma vitória para cidade:

(...) Aos poucos, a São Paulo dos espaços fechados vai ficando pra trás. Estamos reivindicando os espaços públicos de volta às pessoas. Nossa cidade não precisa mais ser cinza, fria, poluída e feita somente para o trabalho. Podemos voltar a nos olhar nos olhos, nos reencontrar e acreditar que o sonho de uma cidade melhor é possível (PAULISTA ABERTA, s.d.).

Os exemplos citados tratam de coletivos que atuam sob comportamentos conscientes voltados a “(...) expressão de reivindicações internas que se exprimem na exigência radical de transparência, democracia real e de tomada coletivas das decisões no âmbito dos próprios movimentos (...)” (DI FELICE, 2013b, p.59). Parecem agregar cidadãos que sabem da urgência de ações nas grandes cidades voltadas a “(...) crescer para dentro e não mais se expandir. Reciclar o território é mais inteligente do que substituí-lo e é possível e desejável reestruturá-lo produtivamente no planejamento estratégico metropolitano” (LEITE, 2010, p. 120).

DOLATA e SCHRAPE (2016) identificam três tipos de comportamentos coletivos existentes atualmente em ações coletivas: (i) *Massa*, definido como agregações de indivíduos

reciprocamente anônimos, sem interação consciente que utilizam-se da infra-estrutura sócio-técnica para escolhas individuais e onde as influências existentes não são coletivas, mas seguem uma linha de ação individual; (ii) *Multidão*, sem estruturas de coordenação, compostos de um grande número de indivíduos on-line que atuam com ações temporárias e se diferenciam principalmente das “Massas” pela adoção de uma forma social mais permanente e organizada; e (iii) *Público*, que emerge de modo espontâneo, contempla participantes que se engajam ativamente em discussões ou tópicos apontando diferentes ideias e sugestões para soluções dos problemas existentes sobretudo por suas habilidades de co-determinar a definição de pautas nas agendas das esferas públicas e também na inserção de tópicos em redes sociais.

Ao estudar a forma de atuação dos coletivos analisados em São Paulo e em Roma, é possível argumentar que estão muito próximos do comportamento coletivo do tipo “Público”, pela forma e facilidade com que articulam em/na rede as pautas e penetram nas arenas de discussões formais com apontamentos que favoreçam seus objetivos coletivos para a cidade. A narrativa da entrevistada E20, integrante de coletivos de mobilidade a pé em São Paulo, evidencia esse argumento:

Quando precisamos tomar uma decisão e temos tempo, mandamos e-mail para todos os associados que se cadastraram no grupo de e-mail e também temos dois grupos de *WhatsApp* das pessoas que falam que querem botar a mão na massa. Nos reunimos sempre na última segunda-feira do mês, **fazemos as pautas antes construídas colaborativamente (...). Fazemos reunião em uma sala da Câmara dos vereadores e algumas vezes transmitimos reuniões on-line para outras pessoas** (*destaque da autora*).

Além disso, esta forma de ação destes movimentos se mostra muito próxima a ações de cunho net-ativistas em que não há mais um indivíduo isolado e racional da ação comunicativa (HABERMAS, 1985), mas um ator-rede (LATOUR, 1996) que promove sucessivas ações por meio de atos conectivos em rede (DI FELICE, 2013b).

A análise dessas experiências mostra que esses integrantes parecem não buscar uma democracia representativa, na perspectiva de que o poder político seja exercido de modo indireto através de representantes legitimados pela soberania popular nas eleições, mas uma democracia participativa (SOUZA, 2008; MIRAFTAB, 2016), como algo que realmente possibilite ao cidadão sua intervenção direta nos processos e procedimentos de tomada de decisão e exercício de poder, aproximando seu acesso aos representantes do poder e não somente e periodicamente nos momentos eleitorais. Demonstrem, assim, uma conexão direta com as reivindicações realizadas em nível global por outros movimentos, como aqueles que emergiram nos países árabes.

Vale aqui a reflexão de CASTELLS (2013, p. 27),

(...) para que as redes de contrapoder prevaleçam sobre as redes de poder embutidas na organização da sociedade, elas têm de reprogramar a organização política, a economia, a cultura ou qualquer dimensão que pretendam mudar, introduzindo nos programas das instituições, assim como em suas próprias vidas, outras instruções, incluindo, em algumas versões utópicas, a regra de não criar regras sobre coisa alguma.

O objetivo maior destes coletivos reflete a luta por uma mudança na lógica da cidade “(...) vivida enquanto perda e privação, estranhamento e caos (...)” (CARLOS, 2010, p. 186). Parece estar voltado à alteração no modelo de tomada de decisão na cidade que, mesmo sendo considerado democrático, ainda permanece, como no caso de São Paulo, em seus conselhos e instâncias participativas mais voltadas a métodos consultivos do que deliberativos, conforme relata o entrevistado E24 que atua no coletivo “Casinha”:

Quando se fala de gestão compartilhada tem um aspecto que diz respeito ao direito público que se relaciona com a ação do poder público. **Não há nenhum modelo ainda de instância deliberativa. Só tem modelo de instância consultiva.** Então são organizados em forma de conselhos (conselhos participativos) e essas pessoas têm poder de influência nas tomadas de decisão, mas elas não decidem nada, elas simplesmente opinam e representam a sociedade nas discussões de políticas públicas. (...) **A ideia é que tenham instituições deliberativas com poder de voto (esse é um aspecto). O segundo é a ampliação da participação pública na gestão –**

maior participação das pessoas na vida pública e no que está relacionado ao seu local (...) (destaque da autora).

Esse cenário vai ao encontro das ideias de DI FELICE (2009, 2013a, 2013b): estamos em uma época decisiva de passagem da uma arquitetura opinativa e política da participação para outros modelos de interações que emergem, como reconhecem GOMEZ-ROMAN e SABUCEDO (2016), num contexto de crise do modelo de democracia ocidental e consequentemente do modelo eleitoral opinativo e participação social limitada dos cidadãos apenas em processos eleitorais, além da falta de transparência por parte dos governos em suas ações. Um dos fatores principais para esta crise reside no advento das TIC em rede, já que estas tecnologias possibilitam acesso coletivo imediato às informações públicas promovendo transparência na cultura administrativa na relação Sociedade Civil – Estado.

O que a análise dos dados obtidos na pesquisa evidencia é que os coletivos, especialmente os de São Paulo, executam um ativismo muito mais focado no off-line do que no on-line, ou seja, suas ações de maior expressão podem até se iniciar no on-line, mas a prática no local de atuação, na rua ou instâncias de tomada de decisão é a prioridade. Este fato também foi identificado no estudo de DHAKAL (2011) e MILOSEVIC-DORDEVIC e ZEDELJ (2017) ao estudarem os níveis de engajamento de mais de mil jovens em cinco países da Península Balcânica. É evidenciado também nas reflexões recentes quanto aos atuais movimentos sociais deste século 21 por DOLATA e SCHRAPE (2016), ao afirmarem que

(...) ainda hoje existem movimentos sociais em seu mais clássico senso que, enquanto utilizam plataformas de comunicação baseadas na web para mobilizar participantes e coordenar suas atividades (...) mantém semelhanças significativas para suas contrapartes off-line em seus modos e estruturas organizacionais fundamentais (*tradução da autora*).

Logo e apesar do uso das TIC reconfigurar as práticas de participação e ativismo, as práticas tradicionais de debate e discussão política no local (*in situ*) permanecem, isto é, “(...) se as redes sociais se tornaram o principal meio para organização das ações públicas nas

grandes cidades, o espaço urbano mantém-se como o lugar da ação cívica” (BABO, 2017, p. 84).

Igualmente aos movimentos observados na Espanha, Grécia e Nova York (BENSKI et al., 2013), estes movimentos atuam de modo *glocal*, isto é, possuem visão global, com ações em esfera local ao realizarem composições múltiplas de redes de mobilização e resistência, criação de plataformas e articulações ao longo das ações realizadas e ocupações de espaços públicos (DI FELICE, 2013a). Como afirma FEIXA et al. (2009) em análise dos movimentos sociais que emergiram em Barcelona e Lisboa, “sua base espacial não é local ou nacional, mas está situada em um espaço globalmente em rede (...)”.

Neste contexto, usam sua capacidade de alcançar outros movimentos e aliados internacionais para exercerem pressão externa sobre o governo de seu país, semelhantes ao que KECK e SIKKINK (1998) definiram como padrão *boomerang*: se, por qualquer motivo, indivíduos (ou organizações) em um país não conseguem persuadir efetivamente esse governo a iniciar mudanças, podem, no entanto, ser capazes de ativar uma rede transnacional focada na questão e, esta rede, por sua vez, poderá influenciar outros estados e organizações internacionais - e esses outros atores poderão exercer pressão sobre o estado original a nível global.

RELAÇÃO COM OUTRAS INSTITUIÇÕES

A análise sobre possíveis relações dos movimentos/coletivos urbanos com o poder público/governo em São Paulo evidencia que há se não uma relação constituída, ao menos uma perspectiva de aproximação. Os termos mais mencionados pelos entrevistados dos coletivos ao serem questionados sobre essa relação foram: “diálogo”, “parceria” e “relação tensa, mas com canal aberto”. Em quase todas as entrevistas é possível observar que os

integrantes reconhecem a importância da relação com o governo e buscam o diálogo, mesmo quando esta aproximação não acontece como gostariam, conforme relatos destacados:

Entendo que é dever tanto do poder público como do cidadão buscar este diálogo e infelizmente isso **ainda é um processo novo, em amadurecimento** (relato do entrevistado E16 – *destaque da autora*).

Tem que ter relação, no fim em alguns momentos travamos batalhas porque o poder público fica muito receoso por plantar florestas na cidade, mas **quando percebem que é incrível e dá certo, a gente conquista o poder público** (relato do entrevistado E9 – *destaque da autora*).

(...) entendemos **a relação com o governo como um espaço que não tem poder de decisão final, mas de discussão e de iniciativas** (...) mas não temos nenhuma contrapartida de investimento, manutenção, nada, mas por outro lado **o diálogo foi sempre muito bom** (relato da entrevistada E25 – *destaque da autora*).

É uma relação boa, mas no qual precisamos pressionar (relato da entrevistada E23 – *destaque da autora*).

Não diria que existe uma co-gestão por que isso é um passo mais adiante que a administração pública não conseguiu chegar ainda (...) (relato do entrevistado E2 – *destaque da autora*).

(...) **Relação é muito fraca ainda**. O poder público não conseguiu se posicionar claramente em relação a políticas públicas voltadas as hortas urbanas (relato da entrevistada E3 – *destaque da autora*).

É uma **relação sempre tensa**. Relação de **conflito e depois de parceria** (relato da entrevistada E6 – *destaque da autora*).

Apesar de sinalizarem não se tratar de um processo de cogestão entre o coletivo e o governo, o fato de existir relacionamento constante dentro e fora das instâncias oficiais de tomadas de decisões do governo já propicia uma forma de relacionamento semelhante à cogestão através da capacidade da organização da sociedade civil de criar alianças entre si e com departamentos do governo.

No caso de São Paulo, uma análise mais detalhada de cada movimento mostra que os coletivos de mobilidade urbana parecem estar ainda em fase inicial no que tange a uma relação mais aberta e de diálogos com o governo. Já os de hortas urbanas e espaços públicos (praças) parecem estar em um estágio de diálogo mais próximo, mais “amigável” e “maduro”

junto ao governo, talvez por serem movimentos mais antigos em São Paulo e terem ações já estabelecidas há tempos e com resultados positivos que podem ser acompanhados pelo governo, conforme relatado pela entrevistada E22, integrante de um coletivo de espaço público (praça):

O que existe com a prefeitura é **um diálogo, uma parceria**. Tudo que fizemos até agora **levamos o pacote pronto**. Nunca fomos lá para reclamar, sempre fomos com algum projeto, **ideia pronta com anuência dos moradores (isso para eles é muito importante)** e eles aceitam super bem *(destaque da autora)*.

No caso específico dos coletivos de espaço público (praças) em São Paulo, eles parecem conhecer o funcionamento do governo e, por este motivo, conseguem estabelecer diálogo mais fluído e facilitado inclusive para a aprovação de seus projetos que, ao chegarem já discutidos pela sociedade ao governo, facilitam e aceleram o trabalho que deveria ser feito pela própria prefeitura regional, quebrando inclusive a burocracia existente neste local, como argumentam os entrevistados:

Tem gente lá (governo) que são facilitadores. Tem gente lá que é do contra. **Hoje o Estado está muito engessado ainda**, eles têm regras jurássicas que têm que ser alteradas. Estamos tentando montar cartilhas porque eles não sabem nem como podar uma árvore. Eles acham que as árvores só atrapalham. E é totalmente o contrário (...) **Algumas pessoas são facilitadoras e outras não** (relato do entrevistado E5 - *destaque da autora*).

(...) **ter espaço para fazer contato direto com poder público é importante para levar voz e demandas dos usuários e fazer equilíbrio de forças, e precisamos atualizar a burocracia**. Eles têm um jeito de trabalhar tão viciado e pensam ainda o sistema de mobilidade sem desenhar pessoas (...) Estamos então tensionando mudança de visão (...) É importante esse **diálogo em duas frentes: (...) Com o governo nosso diálogo é para pautar prioridades (...) e com burocracia é para influenciar em como as coisas serão executadas e pensadas (...)** (relato da entrevistada E20 - *destaque da autora*).

(...) é da natureza do poder público agir apenas por determinação legal que faz parte do pensamento jurídico da filosofia do direito (...) **o poder público só age pela legalidade**, não pode tomar nenhuma decisão que não está em lei e esse é nosso limite porque **quando chegamos com questões que extrapolam esta natureza, esbarramos nesta característica**, nesta função, mas ainda assim sempre que possível conseguimos flexibilização de atuação do poder público (relato do entrevistado E24 - *destaque da autora*).

O uso arbitrário do poder por funcionários públicos que aumentaria a burocracia existente para execução de decisões já aceitas por instâncias maiores de poder também é relatado como um medo existente e também uma barreira a ser transposta para a promoção harmônica de uma relação entre coletivos e governo, como relata a entrevistada E6, envolvida em coletivos de hortas urbanas:

É uma **relação sempre tensa, de conflito e depois de parceria**. Temos prefeitura favorável a isso, mas como a gente lida diretamente com a [prefeitura regional], é muito difícil porque **até certo ponto a postura política mais ampla da gestão funciona, mas acabamos esbarrando no poder do pequeno funcionário público** que está lá e pode tomar decisões arbitrárias (*destaque da autora*).

O que parece interferir nesta relação é o modelo de gestão praticado na cidade, caracterizado muitas vezes pelas discontinuidades, envolvendo a cada troca de gestores municipais também trocas de prefeitos regionais e outros técnicos, que podem se mostrar mais ou menos abertos a ouvirem demandas destes movimentos ou afastarem as possibilidades de abertura, conforme alguns relatos dos entrevistados de coletivos de espaço público (praças):

A gestão do Kassab era um coronelismo, mas ele era um executor, não tinha muita conversa. **Na gestão Haddad não tinha como fazer quase nada, mas podíamos conversar**, porém muita conversa e pouca ação (...) (relato da entrevistada E23 - *destaque da autora*).

Existe um diálogo franco, **toda conversa acontece no âmbito do CADES⁴⁴, mas existe uma via de acesso direto**, sempre que precisamos temos comunicação direta com a [prefeitura regional], **não sei como ficará agora com mudança de gestão (...)** (relato do entrevistado E24 - *destaque da autora*).

Um exemplo dessa preocupação sentido na prática e que se refere à mudança na gestão municipal em São Paulo foi o fechamento de muitas instâncias participativas, como o caso do encerramento das atividades antecipadamente do CADES de Pinheiros em Julho/Agosto de 2017 e que gerou “revolta” dos conselheiros atuais e chamados nas redes sociais para não abandono dos cargos, nem de projetos em andamento, conforme descrito no perfil do *Facebook* de alguns dos entrevistados:

⁴⁴ Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

O Conselho Regional CADES de Pinheiros e os seus grupos de trabalho (GTs) estão em um limbo existencial desde a última reunião (em Julho) **quando foi anunciado o seu encerramento prematuro sem apresentação ou aprovação do edital de novas eleições.** Até hoje não apareceu nenhuma outra informação oficial e quem era responsável por tirar as dúvidas gerais (...) foi recentemente exonerado (...) (relato do entrevistado E16 – *destaque da autora*).

(...) o mandato encerraria na última sexta-feira, mas **ainda não foram convocadas eleições** (...) Minha opinião é que seria interessante que os atuais conselheiros (...) se mantivessem em atividade até a realização das próximas eleições (relato da entrevistada E1 – *destaque da autora*).

Outro exemplo que “elevou os ânimos” na relação estabelecida entre coletivos e governo foi a retirada de modo arbitrário e sem consulta prévia, no segundo semestre de 2017, dos canteiros plantados e mantidos pelos moradores e pelo coletivo “Batatas Jardineiras” com produção agroecológica e o parquinho infantil existente no Largo da Batata em um espaço de 286 metros quadrados para diversão das crianças, este último escolhido por meio de um concurso chamado BatataLab⁴⁵. A justificativa da retirada de ambos pela prefeitura foi a de que a gestão do local teria sido passada a um shopping para gerir o espaço; contudo nem o empreendimento, nem a prefeitura se manifestaram quanto ao ocorrido, segundo reportagem da época na Folha de S. Paulo (FOLHA DE S. PAULO, 2017). Já no site do PORTAL APRENDIZ (2017) a justificativa da prefeitura argumentava que “(...) o coletivo que tinha assinado um contrato de manutenção do espaço não vinha realizando o serviço e que o mobiliário representava risco às crianças” (PORTAL APRENDIZ, 2017). Na contramão, moradores e coletivos envolvidos neste local expressavam que apenas um mutirão seria necessário para o conserto destes equipamentos e que a manutenção teria reparado os danos apontados pela prefeitura. Já no caso das árvores retiradas e canteiros, a justificativa foi de que o shopping plantaria no local 70 árvores nativas da Mata Atlântica a um custo de R\$ 205

⁴⁵ Concurso promovido pelo Instituto “A Cidade Precisa de Você” e o “Instituto de Pesquisa e Inovação em Urbanismos (IPIU) para eleição de propostas de mobiliários para o Largo da Batata.

mil (FOLHA DE S. PAULO, 2017). Outro exemplo de embate entre os coletivos e o governo local neste espaço público aconteceria meses depois, em dezembro de 2017, quando a prefeitura cercou o Largo da Batata com cercas de ferro, impedindo total ou parcialmente a entrada das pessoas no largo e a passagem de pedestres, numa ação contrária à gestão pelos coletivos e moradores deste espaço, como acontecia na gestão anterior.

Vale ressaltar que ao menos dois dos entrevistados de cada um dos coletivos de São Paulo de hortas e uso do espaço público integram, como conselheiros, o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES) da prefeitura regional mais próxima de sua atuação, sendo responsáveis inclusive por Grupos de Trabalho (GT) relacionados a suas atuações (por exemplo, “Arborização e Agricultura Urbana”, “Áreas Verdes”, “Ecobairro”). No caso dos coletivos de mobilidade urbana, alguns dos integrantes fazem parte também de conselhos como, por exemplo, a “Câmara Temática de Bicicleta” e a Comissão Técnica de Mobilidade a Pé e Acessibilidade da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) (a entrevistada E17 inclusive é presidente desta comissão). Todos foram eleitos legitimamente como representantes da sociedade civil e, neste tempo de atuação, realizaram diversas intervenções na cidade por meio de projetos propostos em parceria com a prefeitura regional e até na criação de grupos de trabalho junto ao governo, como relatam alguns entrevistados:

A horta das corujas foi fundada por uma pessoa que participava do conselho consultivo da [prefeitura regional] de Pinheiros, ela já tinha alguma relação com o governo. Sempre a relação foi com muito respeito, nunca foi fácil, mas hoje já temos um canal aberto com a prefeitura (relato da entrevistada E4 – destaque da autora).

Eu sou voluntária no CADES e faço parte de um grupo que chama arborização urbana e que estamos com um projeto que se chama ABRE A CAIXA que é para pessoas abrir a caixa das árvores, não cimentar, fazer calçada verde (...) já fizemos varias coisas (...) um trabalho com folhas secas que estão sendo reutilizadas nas praças e antes a [prefeitura regional] tinha que catar e levar embora e agora conseguimos que as folhas sejam mantidas no solo e vamos fazer duas composteiras que a prefeitura já topou. (...) Foi criado um Grupo de Trabalho (GT) dentro

do CADES chamado ECOBAIRRO para todas as atividades que fizemos serem expandidas para outros bairros. **Tivemos ajuda de dois vereadores:** um mora aqui (...) e outro não mora aqui, mas ajudou muito (...) **Eles fizeram uma emenda no projeto de zoneamento** que conseguimos com muita conversa e reuniões (relato da entrevistada E23 - *destaque da autora*).

Ao forçarem as instituições tradicionais de governo, sendo eleitos de modo legítimo em instâncias formais de participação da sociedade, estes coletivos discutem novas formas de tomadas de decisões, ao mesmo tempo que reforçam a eficácia do espaço público com suas vozes de representação por meio de uma pluralidade de atores coletivos capacitados pela tecnologia e conscientes de sua função política, utilizando de estratégias para enfraquecer o papel dos organismos tradicionais intermediários de decisão e monitoramento do espaço público e *accountability* dos decisores (ANTONUCCI e FIORENZA, 2016).

Deste modo e mesmo sendo conselhos que atuam consultivamente e não deliberadamente (em sua maioria), o fato de estarem presentes nestes locais provê a eles recursos importantes como informações e contatos com outros atores do governo que podem auxiliá-los a alterar as tomadas de decisões que, muitas vezes, desconsideram suas preferências; ao mesmo tempo que auxiliam na busca por uma cidade mais justa e inclusiva no que diz respeito ao direito de uso destes espaços. A criação de diálogos nas arenas de decisão se mostra como fator relevante para o sucesso destes movimentos, como identificado nos estudos de movimento ambientais urbanos por BARTHEL et al. (2013).

Vale ressaltar que os atores envolvidos nestes coletivos estão cientes dos seus limites de atuação nos espaços públicos, ou seja, sabem até onde podem realizar interferências no local sem autorização das autoridades e quando as autorizações são necessárias. Há um conhecimento coletivo e compartilhado pelos integrantes do funcionamento das estruturas do governo semelhante a outros movimentos ambientais urbanos no mundo (BARTHEL et al., 2013). Logo, se mostram como autônomos e pró-ativos na busca pelo relacionamento com o governo para abertura de um canal de diálogo apenas em casos extremos e necessários:

Acho que **nosso grupo é meio anarquista**. A gente não quer relação com o poder público, a gente até procura se afastar, a **gente não quer relacionamento, a gente só quer usar o espaço público à vontade. A gente já teve oportunidade de se aproximar do poder público, mas procuramos seguir por conta própria**, talvez por que queremos mostrar que **como pessoas nós e os participantes podem utilizar o espaço público sem precisar contar com alguma ajuda, ou vínculo do poder público (...)** (relato do entrevistado E15 – *destaque da autora*).

A análise desses movimentos mostra que há preocupações em se manterem apartidários, isentos de rótulos políticos e de realizarem aproximações com a prefeitura apenas para solicitações e aprovações específicas. Essas características não são exclusividade dos movimentos atuantes em São Paulo. Em Roma, os movimentos observados também permitem sinalizar que estes trazem em si esta apreensão, como relatam os entrevistados E1r, um dos fundadores do coletivo “Trastevere Attiva” que volta seu olhar para a melhoria do bairro de Trastevere, e o E7r:

(...) por força devemos falar com o governo porque **tudo que precisamos fazer necessitamos de uma autorização**, mas **nós não somos políticos, não queremos entrar na política**, estamos contentes pelo que fazemos, porque se não fazemos, ninguém faz nada (governo). E **sempre estamos atentos para não sermos rotulados como partidários** (*tradução e destaque da autora*).

(...) **Não dependemos do governo de forma alguma**, nem da administração da cidade, mas, obviamente, **as decisões do governo** (entendidas como governo central da nação - Itália) ou prefeitos ou municípios (no que diz respeito à realidade de Roma) **podem afetar nossa ação condicionando-a, colocando restrições ou vice-versa de facilidades para o que fazemos**. Obviamente, há diálogo. E, acima de tudo, fazemos pedidos contínuos para que o governo e a administração da cidade (e todas as instituições públicas e empresas da cidade) façam bem o seu dever e apontar situações que exigem a intervenção das instituições (*tradução e destaque da autora*).

Em comum, em São Paulo e em Roma, estes *actantes* sabem que são minorias em relação ao grupo que “dita” as ordens, no caso o governo. Por isso mesmo, se organizam e qualificam-se para colocar suas ações em prática, mesclando atos de pressão contra o Estado, mas também de parcerias e diálogos. A escolha de estratégias de confronto/resistência e de

participação/cooperação com o Estado também é relatado por NOVY e COLOMB (2012) ao estudarem os recentes movimentos sociais urbanos em Berlim e Hamburgo.

É possível argumentar ainda que estes *actantes* se vêem como mensageiros das demandas da sociedade, como por exemplo, a luta pela inserção de alimentos orgânicos na merenda das escolas públicas de São Paulo, relatado pelo entrevistado E2:

Existe uma **perspectiva de nós enquanto organizações de pautas da sociedade civil para pressão do poder público** (momento combativo) para **tentar garantir certos avanços na área de alimentação** (...) a exemplo da inserção de orgânicos na alimentação escolar (*destaque da autora*).

A reivindicação da questão de igualdade de gênero e maior número de participantes da sociedade civil nas decisões sobre mobilidade urbana em São Paulo evidencia também como estes coletivos atuam sensíveis às demandas que emergem da sociedade, conforme fala da entrevistada E20:

(...) quando falamos de mobilidade, esse é um tema que dentro do poder público ele está **muito mobilizado por “cabeças velhas”, como um grupo de pessoas de homens brancos, “velhos”, engenheiros e que estão há 40 anos com monopólio de determinar a mobilidade da cidade e os usuários têm pouquíssimo espaço para falar** (...) (relato da entrevistada E20 - *destaque da autora*).

Essa perspectiva é identificada tanto nas narrativas de mulheres integrantes destes grupos e, sobretudo, de homens atuantes neste movimento e que parecem perceber que a inserção de mulheres para discutir este tema trouxe avanços na busca por cidades mais inclusivas, caminháveis e usuais em igualdade para todos. A questão de gênero, por exemplo, ganhou evidência na página do Ciclocidade, coletivo convidado a participar de uma mesa de debate na 2ª edição do seminário de “Mobilidade Urbana” organizado pela Folha de S. Paulo no início de 2018. O coletivo não concordou com sua participação ao verificar a ausência de igualdade de gênero e paridade nas mesas de discussões do seminário.

As estratégias de ação desses coletivos são *dual*, isto é, focam tanto na sociedade civil como no governo, para criação de identidade coletiva envolvendo “(...) conflito social em torno das reinterpretações de normas, a criação de novos sentidos e o desafio da construção social das próprias fronteiras entre o privado e o público e os domínios de ação política” (COHEN e ARATO, 1992, p. 511), demonstrando que a transformação dos padrões e normas existentes em uma sociedade é dependente das relações existentes entre a sociedade civil e instituições de poder decisórias do Estado (MAIA, 2001).

Como identifica ALONSO (2009, p. 60-1),

Esses 'novos movimentos sociais' não se organizariam em combate ao Estado, nem com a finalidade de conquistá-lo (...) seriam agentes de pressão social, voltados para persuadir a sociedade civil (...) Os movimentos sociais aparecem, então, como o novo ator coletivo, portador de um projeto cultural. Em vez de demandar democratização política ao Estado, demandariam uma democratização social, a ser construída não no plano das leis, mas dos costumes; uma mudança cultural de longa duração gerida e sediada no âmbito da sociedade civil.

A análise da situação de ação destes coletivos mostra também que em alguns momentos buscam trazer mais próximo do movimento pessoas envolvidas no poder público para que possam acompanhar as ações realizadas, e entendê-las como positivas para a gestão da cidade. Essa aproximação busca também provocar esses indivíduos que ocupam cargos técnicos e/ou administrativos na gestão. A expectativa é que possam voltar para suas funções públicas com outro olhar sobre a atuação dos coletivos podendo até, a depender do cargo que exercem, mudar os rumos de decisões quanto a projetos e políticas públicas propostas por estes grupos. O entrevistado E9 explica este movimento com um exemplo prático desta “mudança nos rumos das decisões”:

Começamos a trazer **os vereadores para o nosso lado, prefeitos** (...) claro que isso demanda uma dose alta de teimosia e insistência, mas a partir do momento que flui, aí funciona sozinho. **Vou dar o exemplo (...): o secretário do Meio Ambiente participou do plantio e chamou depois a gente para uma conversa que quer participar destas ações e ofereceu**

outros parques para plantarmos (...) eles têm visto vantagem de plantios e verde na cidade (relato do entrevistado E9 – *destaque da autora*)

Em Roma a proximidade com o governo e a realização de ações conjuntas também tem proporcionado maior confiança do poder quanto às ações e atuações dos coletivos na cidade, como sinalizam as entrevistas:

Temos uma **relação estreita com o conselheiro para o ambiente do 1º Município** e temos **contatos frequentes** com o Superintendente de Patrimônio Cultural (para problemas de mobiliário artístico) e com o Serviço de Jardins da Cidade de Roma (para limpeza e verde) (relato do entrevistado Er5 - *tradução e destaque da autora*).

(...) como resultado de nossa ação, **desenvolvemos uma forma de comunicação e informações constantes** das quais todas as intervenções visando à proteção da Villa Doria Pamphilj não podem objetivamente ser desprezadas (relato do entrevistado Er4 - *tradução e destaque da autora*).

Ao que parece, a relação entre estes coletivos e o governo não se mostra como um ato de barganha, isto é, como ações de mediação entre preferências diferentes e muitas vezes conflitantes, entendido à semelhança do que postula HABERMAS (1997). Ao contrário, mostra-se como um ato de argumentação, discussão por meio de diálogo e que tem por fim não estabelecer compromissos fixos ou alterações severas em regimes políticos, mas mostrar posições de valores, estilos de vida e identidades conflitantes existentes, que, numa perspectiva de mais longo prazo, poderá mudar a forma de tomada de decisões do governo.

Concordando com a reflexão de MAIA (2009, p. 100-101), observa-se que “(...) o sucesso dos movimentos sociais não pode ser equacionado com o sucesso da inclusão na esfera política, para a maximização dos benefícios no sentido estrito”, até porque e conforme análise das entrevistas e publicações via *Facebook*, “(...) eles não chegam a desenvolver um modelo político capaz de integrar as arenas informais da sociedade civil com aquelas arenas formais do sistema político (...)”, considerando “(...) políticas mais amplas do Estado Constitucional, a divisão de poderes e suas respectivas funções”. Contudo e sob uma perspectiva *bottom up*, conseguem penetrar nas esferas formais de decisão e mudar as

decisões por meios legais, ou seja, sendo instituídos como conselheiros legítimos e representantes da sociedade e fazendo pressão nos momentos certos.

Este fato pode estar conectado ao elevado nível de formação dos integrantes desses movimentos e em áreas diversas (conforme será apresentado no Capítulo 5) ou às suas atuações profissionais, já que a maioria trabalha em órgãos públicos que exigem como pré-requisitos conhecimentos básicos de legislações relacionadas aos temas em questão para tomadas de decisões na cidade.

De fato, essa aproximação com a gestão pública e a demonstração em loco de suas ações possibilitou maior o contato com a prefeitura, mudando inclusive o rumo de algumas ações de alteração do espaço urbano, como pode ser visto no desfecho da intervenção dos mobiliários no Largo da Batata, relatado pela entrevistada E26, integrante de um coletivo de espaços públicos (praças):

(...) pessoas começaram a criar coisas no espaço (...) isso gerou maior diálogo com o poder público. Neste diálogo foram consideradas as experiências para a Fase 3 da operação Largo da Batata (...) e depois surgiu o Instituto A Cidade Precisa de Você e pelo instituto foram feitos mobiliários permanentes frutos do concurso do Batata Lab (pessoas podiam sugerir designer de mobiliários) e três mobiliários foram colocados lá e deixados para a prefeitura” (...) *(destaque da autora)*.

A aproximação da prefeitura pós-intervenções autônomas realizadas nos locais de atuação destes coletivos também é verificada na fala da entrevistada E21, envolvida no coletivo “Ocupe & Abrace” que tem como atuação a Praça das Nascentes:

(...) no começo não pedimos permissão para nada nem ajuda (...) a partir do momento que mostramos que sabíamos o que estávamos fazendo eles se mantiveram mais tranquilos (...) por exemplo, o lago não tem perigo de foco de dengue porque colocamos peixes, sapos que atraíram libélulas e todos são predadores do mosquito (...) **e agora depois destes anos a [prefeitura regional] que vem perguntar o que nós precisamos (...)** *(destaque da autora)*.

Esses coletivos, ou ainda as redes de cidadãos formadas, evidenciam que apenas reclamar ou realizar “controle social direto” junto ao governo, não surtem efeitos esperados e mudanças na arena decisória. É necessário arregaçar as mangas e partir para a execução dentro da lei, com a união dos seus “iguais”, conforme relato do entrevistado E24: “Temos um diálogo e conversas com outros movimentos quando temos objetivos comuns”. Na prática, essa relação se estende também a outros coletivos focados em outras temáticas. Isso é observado tanto em São Paulo como em Roma:

Não são parcerias explícitas, se conhecem, **sempre tem um nó da rede** que participam em mais de um dos grupos. O fato de eu estar presente em mais de um grupo faz com que eu faça o papel de articulação às vezes. Não tem parcerias assinadas entre movimentos. **Têm encontros, articulações que ocorrem conforme a vontade das pessoas** (relato do entrevistado E12- *destaque da autora*).

Cada um tem suas responsabilidades e **quando precisamos nos acionamos** (relato do entrevistado E5- *destaque da autora*).

Existe muita parceria. Sinto até falta de articulação política mais intensa entre a gente. Às vezes **é difícil estabelecer fronteiras entre uns e outros** (relato da entrevistada E6 - *destaque da autora*).

(...) especialmente com **associações que lidam com problemas semelhantes à Retake Rome**, ou aqueles que têm valor territorial no território em que estamos ativos. Há muitos **eventos que fazemos juntos com outras associações**, movimentos, grupos e comitês (...) (relato do entrevistado Er7 - *tradução e destaque da autora*).

Sim, com alguns movimentos e associações da área, em particular com **aqueles que operam, de forma transparente e sem segundas intenções, dentro da mesma "missão"**: grupos de retomada urbana, associações que defendem outras moradias históricas, associações culturais e esportivas, comitês de vizinhança (relato do entrevistado Er4 - *tradução e destaque da autora*).

Um dos exemplos recentes desta parceria foi a discussão para a criação de um grupo que unisse todas as hortas urbanas e orgânicas ativas da cidade de São Paulo. A discussão foi iniciada em um grupo fechado no *Facebook* no segundo semestre de 2017 e teve seu lançamento oficial no mês de março de 2018 em um passeio ciclístico (que contou com a participação de alguns coletivos urbanos de mobilidade da cidade) pelas hortas urbanas da

cidade. O grupo formado foi eleito com o nome de “União de Hortas Comunitárias de São Paulo”.

Neste sentido, estes coletivos envolvem-se em estratégias de parceria e competição formando redes *ad hoc* em torno de projetos específicos (CASTELLS, 2013, p. 16), ao se relacionarem com o governo e outros movimentos urbanos que possuem níveis hierárquicos, regras e diferentes recursos para apoiar as suas causas (MATTONI e TRERÉ, 2014). Ao fazerem isso, constroem o poder na sociedade em rede por meio da alternância de poder, isto é, conectam-se duas ou mais redes fornecendo poder para cada uma delas em seus respectivos campos de atuação. Logo, a coalizão de diferentes movimentos oferece a possibilidade de construir pontes entre movimentos sociais com diferentes origens, temas e agendas (BOER e VRIES, 2009) na luta pelo direito à cidade (HARVEY, 2008; 2014; LEFEBVRE, 1996, 1999, 2014). Além disso, e como afirma BARTHEL et al. (2013, p. 15),

A habilidade dos movimentos sociais de preservar e revitalizar as paisagens urbanas depende tanto da estrutura de rede de suas associações quanto da capacidade de elaborar quadros interpretativos e significativos que possam ser popularizados para mobilizar o capital social, cultural e econômico para sustentar a ação coletiva (*traduzido pela autora*).

5. NATUREZA DA PARTICIPAÇÃO

Neste capítulo, os resultados, análises e discussões apresentados buscam responder a outras duas questões norteadoras da pesquisa realizada, a saber: É possível estabelecer um perfil destes indivíduos que fazem uso desses dispositivos virtuais e que participam dos coletivos? Quais são as motivações que levam os indivíduos a utilizarem as TICs como forma de repensar a qualidade de vida nas cidades e melhorar a apropriação do espaço público? Deste modo e agora com um olhar micro e focado nos indivíduos atuantes nos grupos analisados, este capítulo busca identificar quem são os cidadãos envolvidos nos movimentos sociais urbanos recentes, estabelecer possíveis relações de seu perfil socioeconômico com sua inserção e atuação nestes movimentos e entender o que os motiva a buscar nas TIC uma oportunidade para modificar um cenário de descontentamentos de longo prazo, relacionados, sobretudo à não resolução de problemas relativos à administração pública e que afetam diretamente o seu modo de vida.

PERFIL DOS INDIVÍDUOS

Compreender as relações existentes entre pessoas (cidadãos) e TIC, em como se constroem e estabelecem essas relações de uso e apropriação é uma tarefa complexa, principalmente, por conta da versatilidade natural da tecnologia, pluralidade de ferramentas existentes e variedade de atores inseridos neste processo (AL-DALOU e ABU-SHANAB, 2013). Nesta tentativa, podemos citar os estudos pioneiros de ROSENSTONE e HANSEN (1993) na identificação dos motivos e contextos que levam as pessoas a participarem mais de

eleições, a criação de um modelo voluntarista cívico por VERBA et al. (1995) e a possibilidade de um autogoverno proposto por PATEMAN (1970).

Mais recentemente as discussões focam mais na crise da democracia e nos seus possíveis fatores, como desigualdades sociais e econômicas, tidas como centrais para limitar ou facilitar o acesso de grupos as diferentes esferas de participação, sejam elas presenciais ou virtuais (LAVALLE, s.d.). Há uma tentativa de categorizar a participação no ciberespaço e que muitas vezes engloba descrições que dialogam com a abordagem da escada de ARNSTEIN (1969), mas que incluem a questão da “*e-participation*”, como por exemplo a descrição mencionada no estudo de AL-DALOU e ABU-SHANAB (2013) sobre níveis de participação, a qual começa com a divulgação de informações (“*e-informing*”) pelo governo ou cidadãos em canal unidirecional, depois passa por um processo de consulta (“*e-consulting*”) dos *stakeholders* com suas opiniões em instituições públicas ou privadas numa lógica de canal bidirecional, para posteriormente envolver uma colaboração (“*e-colaboration*”), em que a decisão final é do órgão oficial com os *stakeholders* que desempenham papel ativo na elaboração de suas propostas políticas em um canal de duas vias. Por fim, há o empoderamento (“*e-empowering*”), em que o controle e a elaboração da políticas são transferidas ao público participante, inclusive a decisão final.

Para DAGNINO (2004) e baseando-se num cenário dos anos 1990 que, em partes ainda permanece nos dias de hoje, o Estado Mínimo, isto é, aquele em que as obrigações do Estado são transferidas para a sociedade, trouxe uma reflexão por parte do cidadão, mas também do Estado, acerca do papel dos cidadãos nas instâncias participativas, motivando-os a lutarem mais fortemente pelos seus direitos à cidade. Porém, “(...) se haverá ou não o processo de debate é algo que não pode ser decidido *a priori*, pois o debate depende da livre motivação e da ação dos próprios concernidos, que é contingencial e imprevisível” (MAIA, 2001, p. 8).

Nos últimos anos, tem havido uma reavaliação dos processos de participação pública em países democráticos, principalmente em um momento em que países como o Brasil demonstram estagnação em formas de participação direta pelo voto e a credibilidade política é colocada em xeque (DI FELICE, 2017). A noção de “direito a ter direitos” (GOHN, 2014) não vinculada a nenhuma classe dominante e que tem como estratégia reunir cidadãos antes excluídos de processos decisórios e de provisão de serviços pelo Estado, buscando uma nova sociabilidade, entra em jogo com força.

Em um contexto de amplo uso e acesso da internet, provisão de múltiplas formas de conectividade e diversos movimentos sociais espalhados pelo mundo, fica evidente a possibilidade de uma nova forma de participação (DI FELICE, 2013b, DI FELICE et al., 2017), que se mostrou em ação na Primavera Árabe, Movimento dos Indignados, *Occupy Wall Street*, *Anonnymous* e manifestações de junho de 2013 no Brasil. Esta nova forma de participação estaria presente também nos movimentos e coletivos analisados nesta pesquisa? Como afirma LAZZARINI (2015, p. 352),

(...) o espaço urbano é antes um local privilegiado para a participação da sociedade civil organizada em rede de associações e movimentos das mais diversas histórias e identidades. Tal participação, todavia, não pode ser sozinha interpretada como forma de democracia alargada. Para compreender o potencial democrático (o elemento constituinte) é necessário levar em consideração o perfil dos sujeitos, a natureza da reivindicação e ação, bem como as representações que são objeto no discurso público (*traduzido pela autora*).

Mas será possível estabelecer um perfil destes indivíduos que participam desses movimentos? Quais são as motivações que levam estes indivíduos a utilizarem as TICs como forma de repensar a qualidade de vida nas cidades e melhorar o espaço público no contexto das cidades?

Se voltarmos o olhar para os coletivos identificados neste estudo, uma aproximação analítica nos permite entender que são formados por pessoas com perfis socioeconômicos e

educacionais diferentes, que compartilham afinidades e identidade coletivas, e buscam mudar a ocupação do espaço público das cidades promovendo ações voluntárias que visam, sobretudo, o bem-estar coletivo.

No caso dos coletivos urbanos estudados em São Paulo, algumas predominâncias baseadas nas entrevistas realizadas com seus integrantes chamam a atenção, como: predominância de mulheres, adultas⁴⁶, casadas, com formação acadêmica em universidade pública, em cursos de Jornalismo/Publicidade, Arquitetura e Urbanismo, Administração de Empresas, Gestão Ambiental e Medicina, com renda familiar entre cinco a dez salários e sem filhos, se assemelhando muito ao perfil identificado por ALONSO (2009) e BENSKI et al. (2013) de cidadãos atuantes nos movimentos sociais destes últimos anos: jovens, mulheres, estudantes, profissionais liberais, sobretudo de classe média.

Em Roma não houve informações suficientes que pudessem ajudar a traçar um perfil comparativo aos integrantes de coletivos urbanos analisados em São Paulo. Contudo, as informações concedidas nas entrevistas permitiram descrever um perfil majoritariamente de homens, adultos (entre 50 e 59 anos), casados, com formação superior em cursos de Letras, Linguística, Medicina e Direito e sem filhos.

NOVY e COLOMB (2013) também descrevem perfil semelhante dos cidadãos envolvidos em movimentos sociais na busca por cidades mais criativas (artísticas e culturais) em Berlim e Hamburgo:

(...) altamente educados, articulados e engajados nas discussões com o conselho da cidade (...) com condição de trabalho e inserção em contextos comerciais e rentáveis tem em comum um alto nível de capital cultural (...) e preferência por certos tipos de estilos de vida e espaços urbanos – (...) socialmente e culturalmente mistos, vibrantes, não totalmente gentrificados, comercializados ou fechados (NOVY e COLOMB, 2013, p. 1830 – *traduzido pela autora*).

⁴⁶ A divisão etária da população adotada aqui segue a classificação do IBGE: 0-14 anos para crianças; 15 – 24 anos para jovens; 25 a 59 anos para adultos e; a partir de 60 anos para idosos (IBGE, 2010).

Ao analisar o perfil dos cidadãos nos protestos que ocorreram no Chile no ano de 2011 (“Inverno controverso”⁴⁷), VALENZUELA (2013, p. 29) identificou que membros de grupos dominantes (por exemplo, homens com formação universitária) são mais propensos a participarem de atividades políticas porque têm mais tempo e alcançam maiores habilidades comunicacionais e organizacionais. Tais características também são observadas nos cidadãos atuantes nos coletivos de São Paulo e de Roma que apresentam como idade predominante 40 anos ou mais, com formação acadêmica de nível superior completa. Em sua maioria são profissionais liberais ou aposentados (com rendas suficientes para sua sobrevivência) e com tempo disponível para se envolverem nas atividades dos movimentos.

Contudo, nesta tentativa de estabelecer um perfil desses indivíduos, vale a ressalva de BERNI (2009) que, ao observar experiências de “*guerrilha garden*” pelo mundo, concluiu que o perfil de cidadãos envolvidos nestes movimentos voltados à agricultura é heterogêneo tanto na estrutura organizativa como na tipologia da intervenção, sofrendo mudanças em suas identidades e ações a depender do contexto em questão.

No caso de São Paulo, é possível pensar que o fato da renda se mostrar elevada, de cinco a dez salários mínimos, pode estar atrelado à localização e residências destes cidadãos na cidade de São Paulo, em sua maioria moradores da zona Oeste seguidos da zona Sul, Central e Norte. Segundo o último levantamento da REDE NOSSA SÃO PAULO (2017), a média de salário em bairros destas três zonas gira em torno de quatro a dez salários mínimos, em comparação aos bairros da zona Leste, cuja média salarial chega a no máximo a dois a três salários mínimos.

Cabe destacar que não houve nesta amostra da pesquisa nenhum representante da zona leste, o que pode ser explicado por se tratar de um estudo qualitativo e pela metodologia

⁴⁷ Movimento de estudantes, trabalhadores e cidadãos comuns de modo geral que saíram as ruas reivindicando uma educação gratuita e de qualidade (VALENZUELA, 2013).

adotada (*snowball*) que tem como uma de suas limitações exatamente a questão de traçar grupos próximos sem muita ampliação do horizonte de atuação (HANNEMAN e RIDDLE, 2005)⁴⁸. Ainda que integrantes de movimentos da zona Leste não tenham sido entrevistados no âmbito deste trabalho, vale ressaltar que em boa parte das entrevistas realizadas especialmente com os integrantes dos movimentos sociais de hortas urbanas, esta região aparece citada como sendo o “(...) o coração da agroecologia urbana em São Paulo, onde estão os verdadeiros agricultores urbanos (...)” (fala da entrevistada E8, integrante de um coletivo de hortas urbanas). A região também abrigaria desde o ano 2000 organizações e associações relevantes para a preservação ambiental e promoção de educação e conscientização dos moradores e produtores locais. Uma delas é a “Associação dos Agricultores da Zona Leste – AAZL” que contempla grupos de agricultores urbanos da região de São Miguel Paulista, Cidade Tiradentes e Guaianazes e é vista, pela própria associação, como “(...) mais uma conquista dos movimentos ambientais da Zona Leste que lutaram contra lixões e buscaram manter sua área natural no Parque do Carmo (...)” e hoje agregam “(...) 10 hortas, com 29 associados, sendo que mais de 41 agricultores trabalham pequenos grupos nos terrenos” (AAZL, s.d.).

Ainda sobre o perfil dos integrantes de coletivos entrevistados no âmbito da pesquisa, em relação à renda, estudiosos defendem que este fator pode estar relacionado a níveis mais baixo ou elevados de participação. HOUTZAGER et al. (2004), por exemplo em seu estudo sobre os fatores que aumentam a participação de indivíduos nas tomadas de decisões em São Paulo concordam com esta prerrogativa, ao afirmarem que grupos com rendas mais altas participam mais do que aqueles com rendas mais baixas. WALLACE e PICHLER (2009) também chegam a conclusão semelhante, apontando que as classes sociais mais elevadas seriam mais propensas a se engajarem na sociedade civil e sua participação junto a questões

⁴⁸ Conforme relatado na Parte II: Procedimentos Metodológicos.

voluntárias poderia ser explicada pelo certo nível de segurança sócio-econômica existente. Porém e, como ressalva VERBA et al. (1995), elevados níveis de status socioeconômicos não produzem participação política, mas sim culturas participativas (existentes em espaços não-políticos) e muitas vezes a busca de interesses pessoais e não coletivos.

No caso de São Paulo, o que se verifica é que, ao possuírem renda elevada, esses indivíduos parecem possuir mais facilidades para dedicação e tempo disponível para a atuação junto a estes coletivos, com maior tempo livre para as ações, já que na maior parte das vezes, suas fontes de renda vêm de trabalhos autônomos ou gerenciados por eles próprios, ou vinculados ao próprio coletivo, como associações e instituições parceiras na promoção de projetos, o que parece se mostrar como características facilitadoras à participação nos movimentos estudados nesta cidade.

Vale lembrar que a maioria dos indivíduos atuantes nos coletivos de São Paulo, Roma e de outros movimentos sociais e coletivos no mundo é voluntária, isto é, atuam por sua vontade e sem nenhum vínculo empregatício ou econômico. A exceção está em alguns grupos de mobilidade urbana que figuram como associações ou ONGs e, portanto, possuem renda advinda dessas inserções e ocupações. O fato de serem voluntários não faz deles participantes ocasionais (esporádicos), mas se mostram altamente participativos tanto atuando no *Facebook* e na rede on-line, como em suas ações nos locais de tomada de decisões e espaços públicos de atuação.

Além disso, a análise das entrevistas e das observações dos perfis individuais no *Facebook* mostra que existem alguns atores centrais nesta rede de movimentos sociais em São Paulo. Ou seja, são atores que se posicionam nas redes sociais, propositalmente ou não, como uma espécie de “hubs”: pontos de conexão entre dois movimentos de temáticas diferentes, como por exemplo, hortas urbanas e mobilidade. Ao se posicionarem intencionalmente ou não

desta forma, se mostram úteis na obtenção de novas informações junto à rede, uma vez que acessam diferentes *actantes* ao mesmo tempo.

Talvez por conta de suas formações majoritariamente em áreas de comunicação, gestão e saúde, os cidadãos se mostrem mais engajados na obtenção de informações quanto aos seus direitos cívicos na cidade e, desta forma, podem ser considerados, como identifica POLLETTA e JASPER (2001), como indivíduos que desfrutam da maioria ou de todos os direitos legais existentes para o cidadão, incluindo a habilidade de mobilizar legalmente e pressionar decisões políticas.

MOTIVAÇÕES

Entender como e por que um ou centenas de indivíduos decidem individualmente fazer parte destes movimentos é crucial, como argumenta CASTELLS (2013):

(...) temos de entender a motivação de cada indivíduo: como esses indivíduos constituem uma rede conectando-se mentalmente com outros indivíduos e por que são capazes de fazê-lo, num processo de comunicação que, em última instância, leva a ação coletiva; como essas redes negociam a diversidade de interesses e valores presente em cada uma delas para se concentrar num conjunto de objetivos comuns; como essas redes se relacionam com a sociedade em geral e com muitos outros indivíduos; e como e por que essa conexão funciona em grande número de casos, estimulando indivíduos a ampliar as redes formadas na resistência a dominação e a se envolver num ataque multimodal a uma ordem injusta (CASTELLS, 2013, p. 23).

Concordando com esse autor, a análise dos dados revela que os movimentos sociais trazem embutidos um caráter emocional e seu surgimento não se dá através ou somente por meio de estratégias políticas, mas e especialmente quando a emoção é transformada em ação. A maioria dos movimentos sociais tem como motivações principais questões morais, de identidade e sentido de (in) justiça, como aponta FRANK e FUENTES (1989, p. 25):

O pertencimento individual ou a participação e motivação em toda classe de movimentos sociais possui um forte componente moral e uma preocupação defensiva com a justiça na ordem social do mundial (...). A moralidade e a justiça/injustiça, tanto no passado como no presente, foram as forças motivacionais e sustentadoras dos movimentos sociais, talvez num maior grau que a privação da subsistência e/ou a identidade, produtos da exploração e da opressão por meio da qual a moralidade e a (in) justiça se manifestam (...)

Semelhante a outros movimentos sociais que emergiram no mundo recentemente com a pauta de lutar contra os sistemas político-econômicos vigentes (como no caso da Espanha, Grécia e Nova York), no caso de São Paulo, os cidadãos atuantes estão imersos em um contexto de crise do Estado com provisão deficiente de serviços básicos e dentro de uma gestão mais centralizadora e *top-down* dos espaços públicos. Romper com esse paradigma requer colocar a “mão-na-massa” e utilizar estratégias que possam favorecer sua inserção nos locais oficiais de tomadas de decisões junto ao governo.

Conforme o recente relatório da pesquisa “Viver em São Paulo” (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2018b), 41% dos cidadãos entrevistados consideraram como “média” a qualidade de vida na cidade, apontando a inclusão e cidadania, atividades culturais e de lazer, locomoção, atividade econômica/emprego/carreira e urbanização e meio ambiente como suas principais insatisfações. Os dados mais específicos sobre estas insatisfações e que se referem às temáticas estudadas neste trabalho são a questão de presença/ausência/falta de manutenção adequada de espaços e equipamentos públicos para atividades de lazer, prática de esportes e recreação (uso de espaços públicos); trânsito, tempo e dinheiro gastos para deslocamento e sinalização e faixa para pedestres (mobilidade urbana); e controle da poluição do ar, sonora, das águas e visuais e arborização da cidade (hortas urbanas). Estes principais descontentamentos apontados pelos cidadãos de São Paulo coincidem com os identificados nas entrevistas realizadas junto aos integrantes dos coletivos analisados neste estudo. Em comum estes coletivos e cidadãos inseridos neles partilham insatisfações e sentimento de

injustiça que são fortalecidos por suas motivações individuais. Aliás, é baseado nestes descontentamentos que as ações destes coletivos são realizadas, buscando ampliação e manutenção de áreas verdes e espaços urbanos e melhoria na mobilidade na cidade, apoiando-se em políticas públicas inclusivas, realistas com as condições da megacidade e que possam diminuir os impactos existentes e ampliar a qualidade de vida.

Ao fazer um diálogo com a literatura internacional consultada, é possível argumentar que os participantes destes movimentos sociais emergentes têm como objetivo a busca pelo direito ao uso e apropriação de espaços públicos nas cidades e, como motivação, o descontentamento quanto ao “lobby” existente em sua cidade. Cabe aqui a reflexão de HARVEY (2014, p. 10) que resgata uma luta semelhante ocorrida na cidade de Paris na década de 1970 em resposta à crise urbana vivida naquele momento, mas que muito se assemelha a existente hoje em São Paulo: “A antiga não podia mais permanecer como era, mas a nova parecia demasiada horrível, sem alma e vazia de significado”.

Por esse motivo e sem pretensão de esperarem que algo seja feito pelo governo, é possível argumentar que estes indivíduos buscam soluções junto aos seus pares, ou seja, aqueles que compartilham da mesma percepção, do tipo “*Do-It-Yourself (DIY)*” (IVENSON, 2013). Como afirma GOMEZ-ROMAN e SABUCEDO (2016, p. 34), “as pessoas não iriam para as ruas protestar se não acreditassem que poderiam mudar algo” (*tradução da autora*).

É possível argumentar que estes indivíduos, em sua maioria, não acreditam mais na efetividade e eficácia da gestão da cidade realizada pelos governos. Por este motivo, em vez de protestarem nas ruas ou realizarem passeatas, preferem atuar de um modo diferenciado, utilizando as TIC para pressão e mobilização em rede para, posteriormente e já articulados, penetrar e alterar as decisões a serem tomadas na cidade de modo legítimo.

Para WALLACE e PICHLER (2009), que se perguntaram em seu estudo se mais participação faria a sociedade mais feliz, as pessoas participam por conta de um entusiasmo

particular importante para elas (como por exemplo, um esporte), ou porque sentem que podem contribuir com a sociedade e talvez melhorar o mundo. Há um desejo forte de mudanças nos indivíduos envolvidos nestes coletivos, como pode ser visto em um trecho retirado de um *post* no *Facebook* pessoal do entrevistado E2: “Fazemos isso de forma voluntária (atrasando contas, dormindo tarde, faltando em compromissos diversos), mas é **o desejo por mudança que faz a gente ir adiante e não parar nunca** (*destaque da autora*)”.

Uma reportagem publicada em 2017 em um jornal de grande circulação na cidade de São Paulo estampou a descrença no governo para mudar o cenário da cidade e a vontade da sociedade de se mobilizar e revitalizar espaços públicos e urbanos da cidade com a seguinte chamada: “Cansadas de esperar solução do poder público, associações e escolas mapeiam demandas comuns e fazem vaquinhas para transformar o entorno; ‘Fazemos isso porque é um espaço nosso, que queremos ver bem cuidado’, conta um morador”⁴⁹.

Neste contexto, estes atores poder ser considerados *actantes* (LATOUR, 1999; LEMOS, 2013) que, em sinergia e sentindo-se co-responsáveis pela gestão das cidades, tentam proporcionar uma “nova” concepção de gestão pública territorial e democrática, avançando com suas reivindicações de modo *glocal*, isto é, com visão global, mas ações especificamente locais (DI FELICE, 2013a), podendo ser considerados agentes modeladores do espaço urbano, pertencentes a grupos específicos definidos e organizados de acordo com seus objetivos e critérios locais, étnicos, afinidade etc.

Como destaca MAIA (2001, p. 7), “(...) não é irreal, contudo, supor que as pessoas estarão (e já estão) envolvidas em questões que afetam mais diretamente as suas vidas, e que se engajam em debates específicos, considerados relevantes ou significativos para uma ação comum efetiva”. HE et al. (2017) também identificam uma maior motivação pessoal do que coletiva em seu estudo. Como afirma CASTELLS (2013, p. 23-4),

⁴⁹ Reportagem disponível em: < <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,vizinhos-se-mobilizam-para-dar-nova-vida-a-pracas-e-bairros-paulistanos,70001873589>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Os indivíduos entusiasmam-se quando são mobilizados para um objetivo que apreciam. É por isso que o entusiasmo está diretamente relacionado à outra emoção positiva: a esperança. A esperança projeta o comportamento no futuro.

Embora no estudo de São Paulo a pergunta contemplada nas entrevistas realizadas, “*O que o levou a participar deste movimento(s)/coletivo(s) urbano(s)?*”, não tenha trazido muitas “pistas” das motivações destes integrantes para integrarem os coletivos, é possível categorizar e pontuar as palavras-chave/termos mais citados, como “amigos”, “infância”, “proximidade com o local”, “vivência em outro país”, “família” e “frustração profissional”, na ordem decrescente de frequência.

Foram os amigos os principais responsáveis pelas indicações e engajamento destes integrantes a participarem destes coletivos, mas a existência anterior a estas indicações de um ativismo, interesse pelas questões da cidade e uso dos espaços urbanos e participação em outros movimentos, associações ou ações no bairro também foram mencionados em relatos dos entrevistados:

Conversando com alguns amigos vi em comum esse desejo de mudança e muitas pessoas começaram a participar de muitas coisas nesta época. **Eu sempre tive um ativismo latente** (...) Eu acho que estes coletivos e mesmo cada um tendo suas propostas, **existe uma raiz comum de uma ressignificação da experiência da cidadania** (relato do entrevistado E6 – grifos da autora – *destaque da autora*).

Eu já trabalhava com ela antes e ela me chamou para trabalhar aqui (...) eu **sempre me interessei por temas da cidade e de urbanismo** e vim pelo convite dela (relato da entrevistada E16 – *destaque da autora*).

(...) **a bicicleta sempre foi na minha infância o único meio de locomoção** (...) aí abandono isso e começo a usar o carro nos primeiros anos de carta de motorista. (...) No final dos anos 2000 eu enxergo de novo que eu podia usar a bicicleta como meio de locomoção e não depender de meios motorizados (...) **a partir do uso individual, eu acabo encontrando um grupo que tava em torno da bicicletada ou Massa Crítica de SP** (...) conheço todas as pessoas fisicamente, encontro elas na última sexta-feira do mês e começo a me aproximar, participar da bicicletada e de passeios com estas pessoas (...) (relato do entrevistado E19 – *destaque da autora*).

Eu já era voluntária da Horta das Corujas então já estava ligada nestes movimentos de ocupação do espaço público, horta comunitária, aí eu fui por

acaso na Praça Homero Silva por que minha filha estava organizando um dos primeiros cursos de agricultura urbana da cidade e era lá (...) eu fui lá para ver o que estava acontecendo e **cruzei com um grupo de pessoas, tinha dois amigos lá** e estava nascendo ali o coletivo (relato da entrevistada E21 – *destaque da autora*).

Nem sou ativista não, sou cidadão e só quero melhorar a comunidade. **Eu organizo vários grupos**, como de futebol na escola (participo em tudo na escola dos meus filhos), tenho grupo de corrida com amigos (...) **Sempre ajudei desde pequeno as pessoas** (relato do entrevistado E21 – *grifos da autora*).

Conforme demonstram os grifos destas narrativas, outras questões pré-existentes e que permeariam a vida familiar e infância destes integrantes interferiram na motivação para a ação junto a estes coletivos. O modo, o local e a intensidade cívica com que alguns destes integrantes foram criados e educados parecem ter interferido na formação de adultos engajados e interessados na gestão da cidade, como revelam as narrativas a seguir:

(...) **eu sou ligada nas questões ambientais desde criança** (...) **Eu já estava no movimento bandeirante** que é a forma brasileira e feminina do escotismo e já era ligada em questões ambientais (...) tanto é que vários ativistas foram escoteiros e bandeirantes quando crianças (...) (relato da entrevistada E1 – *destaque da autora*).

(...) Eu planto desde pequeno e desde que comecei a morar em apartamento nos meus 14 anos e comecei a usar a varanda para plantar mudas de árvores (...) **Eu cresci num bairro bem verde** que se chama Riviera perto da Guarapiranga. Desde que eu nasci eu sempre fui maluco por árvores e bichos. **Meus pais incentivaram**, mas, por exemplo, minha irmã não é fã como eu. Tem uma coisa, **uma particularidade minha e óbvio que morar neste bairro ajudou bastante**. Até a questão da cidadania e uso do espaço público isso contribui bastante. **Para mim é normal usar o espaço fora da nossa casa, porque eu morava numa casa sem muro, rua de terra e atravessava casa das outras pessoa para chegar em outros lugares** e isso contribuiu a vivência na Riviera (relato do entrevistado E9 – *destaque da autora*).

Antes da horta, **sempre fui engajado politicamente, sempre apoiei coletivos, ou movimentos sociais, tenho participação política desde adolescente**, mas não em relação à agricultura urbana (...) me lembro de criança fazer discursos políticos no bairro e pedir para meus amigos ficarem me olhando. **Sempre me envolvi muito com as questões locais. Acho que isso tem a ver com a minha personalidade e tem a ver com a educação que eu recebi dos meus pais que não são envolvidos com movimentos sociais, mas sempre tiveram posicionamento claro político e muito engajados politicamente não de forma partidária**, mas sempre participando de discussões políticas e de certa forma, **acompanhando**

grupos políticos mesmo que não façam parte deles (relato do entrevistado E11 – *destaque da autora*).

O SOS Abelhas sem Ferrão começou por meio da minha filha caçula que numa discussão na escola voltou querendo uma abelha sem ferrão. Fui pesquisar e me deparei com um universo que não conhecia (...) Quando eu descobri fiquei espantando por que sempre que falamos de abelha lembramos de mel e medo de ferrão. Está tudo errado, estes valores estão equivocados (relato do entrevistado E10 – *destaque da autora*).

Eu sou uma pessoa ativista, minha família é de esquerda, meu pai sempre foi ativista e eu entrei no mundo da política quando eu tinha 17 anos. Fui a primeira a pintar a cara contra o Collor. **Saí nas revistas e isso me colocou num lugar de responsabilidade.** Quando eu tinha 20 anos eu fundei uma instituição que é o Instituto Kairos, que fala de consumo sustentável. (...) **Ai tive filhos e comecei a ver o quanto que o consumismo estava dentro da minha vida como mãe** (...) (relato da entrevistada E23 – *destaque da autora*).

Essas observações vão ao encontro do que afirma DIANI (2002, p. 12), “(...) ativistas de movimento social e simpatizantes estão ligados através de laços privados e públicos bem antes da ação coletiva se desenvolver”, ou seja, “(...) amigos pessoais, parentes, colegas, vizinhos, podem afetar as decisões individuais para se envolver com o movimento (...)” (*traduzido pela autora*).

A proximidade com o local também foi uma das motivações para este ativismo nos coletivos, seja por curiosidade sobre a situação do local, seja por sua degradação, como mostram as narrativas:

(...) em 2013 eu vim morar em Pinheiros e **conheci a Horta das Corujas, e aí comecei a atuar na horta porque era perto de casa** e já estava há 10 anos morando em apartamento e isso me fez mudar (...). **Aí foi com uma pessoa que conheci lá** que montamos o coletivo Guerrilha Verde (...) **também por estar atuando perto da horta eu também conheci o movimento da Casinha** (...) e nos reunimos e estou dentro desde a primeira vez que abrimos a Casinha e começou a negociação com a prefeitura (relato da entrevistada E23 – *destaque da autora*).

(...) **sou morador do bairro e passava todo dia ali**, conheço todo o bairro e a praça onde fica a horta e **conheci a horta das corujas por ser o morador do bairro** (...) (relato do entrevistado E21 – *destaque da autora*).

Em Roma e, analisando as respostas que foram dadas pelos entrevistados, a questão de “proximidade com o local” e “dar o exemplo” foram as principais motivações apresentadas nos relatos. O local novamente aqui aparece para estes integrantes como fator-chave para o engajamento, demonstrando uma ligação forte com o território em que vivem: “Sou um ambientalista, amo a minha cidade, quero contribuir para a criação de uma sociedade mais justa e vivível (Relato do entrevistado E4r – *traduzido pela autora*).” O vínculo entre os cidadãos romanos e sua cidade parece estar relacionado à própria história da cidade, em que a valorização do território sempre esteve presente nas batalhas e a arte e a cultura fazem parte diária de suas vidas. Este sentimento dos romanos pelo território acompanhado é notório em alguns trechos de entrevistas, como:

Participo desta associação para ajudar a combater a degradação de Roma e **permitir que os cidadãos do bairro, especialmente os idosos e os filhos, desfrutem de um parque público cheio de história, belezas naturais e artísticas, mas também dar o exemplo da importância da participação ativa dos cidadãos no cuidado com os bens comuns** (relato do entrevistado E5r – *tradução e destaque da autora*).

Gostaria de **dar um bom exemplo e coordenar as pessoas de ‘boa vontade’** (relato da entrevistada E7r – *tradução e destaque da autora*).

(...) porque **acredito firmemente que o contributo e o exemplo, embora mínimo, que cada um pode dar, pode ser decisivo para melhorar a qualidade de vida nossa e especialmente dos nossos filhos** (relato da entrevistada E6r – *tradução e destaque da autora*).

No caso de São Paulo, é possível pensar que a vivência internacional de alguns destes integrantes também pode estar na raiz da motivação para o engajamento em ações de mudança no uso dos espaços públicos. Ao viverem fora do país e especialmente em países desenvolvidos, estes integrantes puderam vivenciar experiências cotidianas de mobilidade urbana inclusiva, disponibilidade e qualidade de alimentos orgânicos muitas vezes oriundos do plantio dos próprios moradores locais e uso livre e com segurança de espaços urbanos e áreas verdes. Alguns relatos ilustram essa perspectiva:

Eu morei na Inglaterra de 2005 a 2009 e lá eu acompanhei alguns grupos como o Massa Crítica Cicloativista que me deixou muito interessado em poder fazer a diferença, trabalho voluntário (...) **esse foi um dos motivos do qual eu voltei ao Brasil** com minha esposa porque na Inglaterra tinha muita coisa acontecendo, mas **no Brasil tinham muitas possibilidades de coisas para fazer uma diferença maior** (relato do entrevistado E16 – *destaque da autora*).

No final de 2012 existe um declínio da bicicletada e começa a virar um passeio noturno (e rumos menos políticos) no Brasil aí **em 2013 vou morar fora** (...) **No final de 2014 e começo de 2015 volto para São Paulo e volto a me aproximar do movimento ciclista com outro olhar** e é o momento que está acontecendo **a ascensão de novos grupos na cidade viabilizados pela mudança da condução política da cidade** entendo eu e **facilitados por toda a convergência que a tecnologia da informação permitiu** (relato do entrevistado E19 – *destaque da autora*).

A última motivação citada pelos integrantes dos coletivos de São Paulo foi a questão da “frustração profissional”, isto é, a desilusão que alguns tiveram com suas carreiras profissionais ou mesmo com as instituições ambientalistas na promoção de qualidade de vida nas cidades. Os relatos abaixo destacam esse descontentamento:

Depois de trabalhar muitos anos na iniciativa privada eu não queria mais ser presidente da empresa (...) **you começa a buscar outras coisas que façam sentido no seu bairro, para melhoria da cidade, para a comunidade.** Acho que as pessoas de faixa etária maior começam a buscar estas melhorias. Foi assim que eu percebi que podia ajudar o entorno de onde eu moro (...) (relato da entrevistada E4 – *destaque da autora*).

(...) **resolvi abrir uma empresa de comunicação corporativa porque era a única coisa que eu podia fazer sem me afastar muito da minha casa porque eu queria cuidar dos meus filhos** (...) Quando eu estava na [empresa onde trabalhava] ainda, eu tentei buscar estes movimentos pelos que eu conhecia (...) mas foram pouco receptivos (...) eu fui financiadora [desses movimentos] durante anos, **mas eu percebi que estes movimentos são muito abertos ao dinheiro da doação mas não querem saber de ativistas**, de ninguém por perto e eu acho que isso é um problema muito sério (...) **o ambientalismo ficou restrito a pouco grupos** que são muito restritos entre si porque competem pelos mesmos patrocinadores, financiadores e então um ajuda o outro e fica aquela coisa da torre de marfim. **Muito da minha atuação se pautou por esta situação de recusa**, de perceber que o problema é muito maior e que vamos precisar de todo mundo (...) **minhas estratégias pessoais e talvez essa minha vontade de não institucionalizar as coisas tem a ver com esta minha crítica deste movimentos tradicional ambientalista de não penetrarem na sociedade** (relato da entrevistada E1 – *destaque da autora*).

Buscando atender as suas motivações individuais, mas, sobretudo coletivas, estes cidadãos em São Paulo atuam na construção de espaços públicos de uso coletivos, criando comunidades livres no espaço urbano, conforme aponta CASTELLS (2013, p.19)

Uma vez que o espaço público institucional, o espaço constitucionalmente designado para a deliberação, está ocupado pelos interesses das elites dominantes e suas redes, os movimentos sociais precisam abrir um novo espaço público que não se limite à internet, mas se torne visível nos lugares da vida social. É por isso que ocupam o espaço urbano e os prédios simbólicos.

Além disso, há uma identificação entre cidadãos promovida pelo compartilhamento de sentimentos comuns/identidades coletivas (DOLATA e SCHRAPE, 2016) que posteriormente se transformarão em ações para modificar a gestão das cidades na busca ao atendimento das necessidades básicas/fisiológicas e de segurança alcançando os níveis postulados por MASLOW (1943) em sua Teoria Motivacional. Entendida como uma teoria multidisciplinar, esta abordagem defende que todo comportamento motivacional é fruto da busca do atendimento de necessidades humanas que variam entre básicas até níveis mais superiores como de auto-realização e, sempre que uma destas necessidades é atendida, a busca pelo próximo nível é automaticamente iniciada pelos seres humanos, caracterizando-se em um ciclo motivacional. Ainda para Maslow, toda ação e reação é fruto de estímulos que podem ser externos ou próprios do organismo humano e estão voltados ao atendimento de cinco níveis principais de necessidades humanas demonstrados no formato de uma pirâmide e descritos a seguir: i) *básicas ou fisiológicas* (alimentação, sono, abrigo); ii) *segurança* (ameaças, fuga, perigo); iii) *sociais ou de associações* (aceitação por parte de companheiros, participação, troca de amizade, afeto, amor); iv) *status ou auto-estima* (auto-apreciação, auto-confiança, necessidade de aprovação social, prestígio, confiança perante o mundo); e v) *auto-realização* (realização pessoal e individual de seu próprio potencial continuamente) (MASLOW, 1943).

Assim e concordando com NEKMAT et al. (2015), as diferentes influências para a participação individual destes integrantes em ações coletivas permanecem apoiadas nas convicções pessoais que se conectam com as dos coletivos e têm como base fatores psicossociais, o envolvimento anterior com outras formas de ativismo, a percepção de auto-eficácia tanto individual como do grupo e a certeza da eficácia da tecnologia para afetar pessoas.

6. USO DAS TIC

A partir de informações em nível macro e micro da atuação destes movimentos/coletivos urbanos e do perfil e motivações dos indivíduos envolvidos nestes grupos, cabe agora, neste capítulo, responder às perguntas principais desta pesquisa: Como os indivíduos se apropriam desses dispositivos virtuais para influenciar as decisões tomadas, no âmbito das cidades, e que afetam diretamente suas vidas? Estaria na utilização destas TICs uma das saídas para a efetivação de uma governança, isto é, um processo de tomada de decisão compartilhada entre governo e sociedade no planejamento e gerenciamento da cidade?

TIPOS DE TIC E OBJETIVOS DO USO

A literatura descreve as diversas vantagens do uso das TIC por movimentos sociais e do quanto esta utilização possibilita benefícios como atração de novos participantes que não são representados no sistema político, contribuições para a transformação e interação entre políticos e cidadãos, provisão do acesso de informações e estímulo ao engajamento político-social em escala global (COLEMAN et al. 2008; CASTELLS, 2004, 2009; ANDUIZA et al., 2009) e com repertórios que abrangem a busca pelo direito à cidade em seu sentido mais amplo (HARVEY, 2008, 2014; LEFEBVRE, 1996, 1999, 2014). Como aponta DI FELICE (2013b, p. 52) e em se tratando de uma sociedade em rede como a atual,

(...) o desenvolvimento tecnológico promove uma maior acumulação de conhecimentos e informações e uma maior complexidade de processamento

dessas informações que, por sua vez, leva a um maior desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TICs), requerendo a ampliação e a ação do conhecimento sobre o conhecimento, num círculo virtuoso constante de geração e circulação do saber e dos símbolos, de produtividade e de possível empoderamento das sociedades e dos indivíduos.

Mas identificar quais são as TIC mais utilizadas, para quais finalidades e que resultados têm sido alcançados com esta utilização ainda é um desafio para os estudiosos de movimentos sociais deste século (GOHN e BRINGEL, 2014).

Dentre os tipos existentes de TIC disponíveis hoje, os movimentos analisados em São Paulo e Roma utilizam majoritariamente as redes sociais (sobretudo o *Facebook*) e aplicativos de mensagens instantâneas como *WhatsApp*, *Messenger* e *Hangouts*, como primeira opção, e nos casos de ações ou demandas que não tem pressa para serem resolvidas, o e-mail.

Mais de um integrante dos coletivos ressaltou a utilização de aplicativos de mensagens instantâneas como sendo predominante quando se busca acessar grupos pequenos (entre eles) e de modo rápido, conforme relato da entrevistada E8: “O Messenger mais para comunicação entre nós e para postagem geral ou eventos usamos o *Facebook*”. Isso também se repete em alguns movimentos sociais em Roma:

Para comunicação imediata com um grupo pequeno de pessoas usamos o *WhatsApp* (comunicação veloz) e depois página no *Facebook* que é um instrumento importante que usamos para colocar as fotos e vídeos das ações realizadas, a história e documentos (relato do entrevistado E1r – *destaque da autora*).

Esse resultado e a predominância no uso de redes sociais como o *Facebook* são semelhantes aos identificados nos principais movimentos sociais globais que emergiram recentemente (BRENSKI et al., 2013). Uma justificativa para o uso da tecnologia está na possibilidade de conectar diversos públicos ao mesmo tempo, conforme relato do entrevistado E27: “Usamos a tecnologia porque a visibilidade é muito maior, principalmente no *Facebook* (...)”. A entrevistada E26 ainda completa a importância do *Facebook* para articulação e formas de engajar e chamar as pessoas para atuarem nos locais de ação: “*Facebook* serve para

pessoas se articularem e *Facebook* leva as pessoas para o presencial como foi o caso do Largo da Batata (...). A utilização de plataformas digitais facilita a formação de coletivos, reduz custos de transações, acelera a velocidade de troca de informações e amplia a gama de ações (DOLATA e SCHRAPE, 2016).

Para compreender o impacto do uso das tecnologias por movimentos sociais na sociedade e modos de vida, há que se atentar não só para a intervenção tecnológica (infraestrutura, velocidade, custos reduzidos), mas principalmente para a sociologia do fenômeno porque as mídias sociais estão mais próximas de questões sociológicas e menos das tecnológicas (KUMAR e THAPA, 2015). Mais do que quantificar o uso destas tecnologias ou quais os principais dispositivos ou redes mais acessados, o olhar deve estar voltado para os comportamentos, ações e situações observadas sobre o uso das TIC pelos movimentos sociais.

No caso da relação existente entre o uso de mídias sociais e processos políticos, VALENZUELA (2013) identifica três cenários desta relação, a saber: i) uso das mídias sociais como fonte de notícias; ii) uso das mídias sociais como espaço de expressão política; e iii) uso das mídias sociais como ferramenta de união de causas e informações. No primeiro cenário, as mídias seriam utilizadas como fonte de informações e notícias o que, na visão do autor, não se mostra como utilização relevante e que leve à formação de protestos políticos. Já o segundo e terceiro cenários ganham destaque uma vez que as discussões políticas geradas nestas plataformas podem reduzir o custo de aprendizagem política e motivar os cidadãos a participarem com mais frequência e intensidade a causas sociais, tanto on-line como off-line.

Diferentemente do que CALVO (2015) identifica como “ativismo preguiçoso”, isto é, aquele ativismo de sofá, com manifestações apenas nas redes digitais que pouco ou nada alteram o mundo real, o uso das TIC pelos movimentos analisados em São Paulo se mostra ativo, com resultados interessantes que promoveram melhorias tanto aos cidadãos envolvidos nestes coletivos, como para a sociedade em geral e para a cidade em si.

As estratégias utilizadas pelos coletivos de São Paulo e de Roma estão voltadas para ações on-line e off-line ao mesmo tempo, isto é, ativismo virtual e físico como meio de ampliar a mobilização de recursos necessários em todos os contextos. Este fato vai ao encontro do que foi relatado pela entrevistada da ONG “Minha Sampa” em São Paulo:

Fazemos mix de estratégias on-line e off-line. Oferecemos diferentes formas de participação. Escolhemos os assuntos por critérios: o Minha Sampa tem uma visão de cidade abrangente e orienta campanhas que vamos fazer (...) **alguns assuntos vêm de pauta de massa e outros de critérios que balizam a visão de cidade do Minha Sampa** (relato da entrevistada da ONG “Minha Sampa”, *destaque da autora*).

A análise dos dados da pesquisa sinaliza que, de modo geral, as TIC são utilizadas por esses coletivos e seus integrantes como meio facilitador para a mobilização⁵⁰ de recursos fundamentais às ações: materiais (financeiros e infraestrutura), semelhante a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR) (ALONSO, 2009); capital social (interações e relacionamentos); e poder, analisado no contexto da ação comunicativa em rede (CASTELLS, 2009).

Esse modelo de mobilização de recursos vai ao encontro do que GARRETT (2006) apontou como as três principais estruturas dentro dos movimentos sociais: mobilização (mecanismos que permitem a organização, como as TIC); socialização (ciclos de amizade e redes de ativismo, como o *Facebook*); e oportunidades (condições favoráveis para a atuação, como a atual crise da democracia ocidental). Além disso, esses recursos são mobilizados para influenciar processos de tomada de decisão (RENN, 1992), sobretudo na perspectiva de obter suporte e atenção do público em geral para as causas defendidas. Como aponta MAIA (2009, p. 110), “(...) é preciso assumir que os atores cívicos, para terem sucesso na argumentação,

⁵⁰ Mobilização aqui é entendida como um caminho desenhado pelos movimentos sociais para que possam adquirir recursos suficientes para tornar suas ações coletivas passíveis de execução (TILLY, 1978).

precisam ser capazes de empregar e apelar para as regras de publicidade, de razoabilidade e de generalidade, em seus esforços de convencer públicos mais amplos”.

No caso de recursos materiais, e sobretudo a redução de custos da ação (MAIA, 2001; LÉVY, 2017), a mobilização é mais visível nas ações dos grupos envolvidos em hortas urbanas e espaços públicos que, por vezes, necessitam de produtos e processos para sua manutenção, envolvendo a realização de mutirões que contam com ajuda de integrantes do coletivo e de outros indivíduos, inclusive membros do poder público, sensibilizados pela causa, como relata o entrevistado E5, integrante da Horta da Saúde: “(...) A [prefeitura regional] fornece água em época de estiagem (...) pessoas vizinhas trazem podas de jardinagem no prédio para a gente picar e jogar na horta”. Só no ano de 2016, foram realizados em torno de 50 mutirões nessas hortas. Também no Largo da Batata houve a construção de mobiliários urbanos de modo coletivo por integrantes do movimento “A Batata Precisa de Você!”, o que gerou mais visibilidade para o coletivo, conforme relata a entrevistada E26:

(...) Começamos a fazer mobiliários temporários com material descartável. O mobiliário ficou durante toda a semana: as pessoas usavam para bater papo, mas também vimos pessoas quebrando e roubando os mobiliários e íamos lá e fazíamos de novo (...) depois disso, pessoas começaram a realizar intervenções no espaço e isso gerou maior diálogo com o poder público que inclusive considerou estas experiências de intervenção para a realização da Fase 3 da operação Largo da Batata (destaque da autora).

Por outro lado, conversas que se referem apenas ao grupo ou informações trocadas para novas ações (planejamento delas) e pautas de reuniões são, na maioria das vezes, realizadas via grupos fechados/privados e que só o coletivo pode acessar no *Facebook*, conforme relato do entrevistado E2, atuante em um coletivo de hortas urbanas: “Discutimos no *WhatsApp* e e-mail e na reunião já estamos com assunto prontos para discutir”. Mas vale ressaltar que estes movimentos valorizam muito o contato local e não somente o virtual e

possuem um forte vínculo com o espaço em que atuam, especialmente os movimentos de hortas urbanas e praças públicas, conforme relato do entrevistado E5: “O contato inicial é pessoal e a partir daí você cutuca com as tecnologias, perguntando como estão aí, vai ter, não vai ter plantio, reuniões (...)”. Eles até utilizam as TIC para comunicação e articulação para ampliar seu poder de participação juntos as tomadas de decisões (CASTELLS, 2009) e, conseqüentemente, as oportunidades de influenciar a governança da cidade (KARAMAGIOLI et al., 2010; FREY 2000), mas programam com certa frequência semanal/mensal reuniões presenciais no local de atuação e contatos presenciais com novos integrantes da sociedade civil ou representantes do poder público, conforme relatam as entrevistados abaixo:

Utilizo o Messenger mais para comunicação entre nós (...) para postagem geral ou eventos usamos o Facebook (...) **mas fazemos reuniões e encontros e nossas ações são nos locais físicos** (relato da entrevistada E6 – *destaque da autora*).

Utilizo *Facebook, WhatsApp, Messenger* (...) mas **o contato inicial é pessoal e a partir daí você cutuca com as tecnologia** “como estão aí, vai ter plantio, não vai ter (...)”? (relato do entrevistado E5 - *destaque da autora*).

Essa constatação quanto ao uso das TIC parece se repetir também em alguns movimentos em Roma: “O contato acontece frequentemente via *WhatsApp* e e-mail e mais de uma vez ao dia, mas nos encontramos também ao menos uma vez a cada dois meses no parque (...)” (relato do entrevistado E5r – *tradução da autora*).

Na prática, este fenômeno é identificado na atuação destes coletivos quando precisam de ajuda para aprovação de um projeto ou para votações de um cidadão envolvido no grupo para ocupar uma cadeira nas instâncias de tomadas de decisões locais como os Conselhos, lançando mão das TIC, sobretudo o *Facebook*, para o envolvimento e mobilização de outros cidadãos inseridos em outras sub-redes e inclusive de temáticas diferentes para juntar esforços no alcance destes objetivos, seja por meio do conhecimento particular ou profissional que estes indivíduos possuem, pela sua posição de influência em outros movimentos ou junto ao governo, por meio de relações de amizade ou trabalho.

Um exemplo disso, no caso de São Paulo, foi a abertura de eleições para o CADES da prefeitura regional de Pinheiros no segundo semestre de 2017. Muitos dos integrantes começaram a mobilizar os cidadãos para votos em integrantes dos coletivos que já faziam parte do CADES e queriam se reeleger ou amigos envolvidos no coletivo, mas sem formalidades junto a este conselho. Mesmo sabendo ser este um conselho consultivo e não deliberativo (inclusive ressaltando isso nos *post* que fizeram), a publicação no *Facebook* do que fizeram na gestão que estiveram atuando com conselheiros ou o que pretendiam fazer se eleitos foi uma das formas de tentar dar continuidade à participação mais efetiva desses coletivos neste conselho, uma vez que a nova gestão da cidade já havia dado indícios de um possível fechamento destas instâncias de decisões. Alguns trechos de *post* retirados da página pessoal de alguns integrantes destes coletivos em São Paulo demonstram esta solicitação de votos, como por exemplo:

As eleições do CADES (Conselho de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz) na região de Pinheiros está chegando. **Este é um conselho apenas consultivo e não deliberativo**, importante este esclarecimento. **Mas que consegue propor e faz brotar muitas ações pelas poucas frestas que encontra (...)** As ideias são muitas e as ações são vivas, continuaremos atuando mesmo sem tanto espaço e brotaremos com mais força em 2018. **Vamos manter o conselho vivo, ativo, criativo e atuante** (trecho retirado de *post* em página pessoal no *Facebook* em 03/11/2017 de um integrante dos coletivos de hortas mas que não foi entrevistado em *destaque da autora*).

Logo após esta mobilização, houve o cancelamento da eleição no conselho por falta de inscrições de candidatos, o que gerou um número ainda maior de *posts* por parte dos integrantes dos coletivos que se candidataram como forma de encorajar outros cidadãos a se candidatarem e ter um quórum suficiente para a votação acontecer, mantendo este espaço democrático de decisões no bairro com participação ativa da sociedade. O *post* realizado em 07/11/2017 pela entrevistada E1 em sua página pessoal do *Facebook* relata este descontentamento:

ELEIÇÕES DO CADES PINHEIROS ADIADAS. INSCRIÇÕES PARA CANDIDATOS ABERTAS. Vejam o que eu soube agora. **Precisamos de mais candidatos! Se abrem inscrições para um conselho e a população não se interessa, quem pisa na bola somos nós, sociedade civil** (trecho retirado de post em página pessoal no *Facebook* da entrevistada E1 em 07/11/2017 – *destaque da autora*).

Não foi possível identificar se o uso da tecnologia para esta finalidade é intencional ou não, mas o que pôde ser inferido, e que usualmente tem sido defendido em estudos sobre uso das tecnologias para a participação política e ações coletivas, é que o uso das TIC atrai novos participantes para a arena de decisões, sobretudo aqueles que não estão inseridos e muito menos representados pelo sistema político atual (COLEMAN et al. 2008; CASTELL, 2009).

Em Roma chama a atenção o uso das TIC por alguns movimentos, sobretudo o *Facebook*, para tomada de decisões de futuras ações a serem realizadas na cidade, conforme explica o entrevistado E7r:

As decisões operacionais e os eventos de vizinhança a serem implementados são tomados ao nível do grupo do bairro no Facebook (...) A ‘realização’ das decisões tomadas é feita comunicando-a nas mídias sociais e depois **colocando-as em ação sempre de modo voluntário**” (*destaque e tradução da autora*).

No caso de São Paulo, importantes conquistas políticas são associadas à atuação destes coletivos, como reconhece a narrativa da precursora do movimento de uso de espaços públicos (praças) na cidade, ao explicar a dupla conquista deste grupo: criação da Lei das Praças e Plano de Ecobairro:

(...) Começamos a participar de um grupo mais amplo para fazer um plano de bairro da Vila Jataí (...) e **chegamos no Ecobairro que é a convergência local onde todos querem chegar** (...). Fizemos propostas para o zoneamento urbano junto à prefeitura (...) **criamos uma Lei sobre Gestão Participativa de Praças (Lei Nº 16.212)** (...) **virei conselheira do CADES de Pinheiros** e venho tentando fazer estas mobilizações no território (relato da entrevistada E22 - *destaque da autora*).

Os grupos de mobilidade urbana também alcançaram resultados significativos em relação à elaboração/(re) avaliação de políticas públicas de mobilidade urbana em São Paulo e criação de espaços de diálogo e discussão desta temática em esfera municipal mas com foco nas bicicletas e mobilidade a pé, esta última a principal luta destes coletivos nos últimos anos:

Em 2012 fizemos com que candidatos a prefeito em São Paulo assinassem uma carta compromisso com a mobilidade na cidade por bicicleta (...) isso se concretizou dentro do plano de metas do Haddad de se construir 400 km de vias cicláveis. Depois teve a criação da Câmara Temática de Bicicleta para discutir qualidade das ciclovias e traçados e a vitória da Paulista Aberta e, como consequência disso e no âmbito da CET, conseguimos que fosse criada uma Câmara Temática para a Mobilidade a Pé (...) (relato do entrevistado E19 – *destaque da autora*).

A abertura da Avenida Paulista (que é uma das principais vias de acesso e marco histórico da cidade) para uso dos cidadãos aos domingos talvez seja um dos marcos principais da vitória destes coletivos em São Paulo. Vale lembrar que esta vitória é fruto da união de diversos coletivos em São Paulo de mobilidade urbana principalmente, mas também de outros que lutam pelo uso de espaços públicos na cidade e que seguem avaliando e monitorando o “Programa Ruas Abertas” (que deu origem a esta abertura) por meio do Comitê Paulista Aberta criado por eles e que contam com a participação dos coletivos como “Cidade Ativa”, “Bike Anjo” e a “Rede Minha Sampa”.

Outro exemplo relevante de conquista destes grupos e inovador em sua forma de execução foi a criação da campanha “Calçada Cilada”. Idealizada pelo Instituto Corrida Amiga com apoio de outras organizações e movimentos sociais, tem como objetivo engajar a população em favor de cidades caminháveis e acessíveis, fiscalizando calçadas por meio da utilização de um aplicativo digital, conforme relata a entrevistada E14 e idealizadora dessa campanha: “(...) Neste ano de 2016 já conseguimos denúncias de mais de 80 municípios do Brasil e se não fosse o recurso tecnológico ia ser bem mais difícil para termos abrangência tão grande em território nacional” (CORRIDA AMIGA, 2017).

Ainda referente às conquistas de cunho políticas, as hortas urbanas também apresentam exemplos significativos como a inserção do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana de São Paulo (PROAURP), o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN) e o Plano de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável (PDRSS) na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do município de São Paulo. Isso representa um ganho para estes coletivos e toda a cidade de São Paulo ao obrigar, a partir desta inserção, destinações de verbas específicas para a questão de agroecologia na cidade. O relato do entrevistado E2 em seu perfil pessoal do *Facebook* traz a notícia deste feito e demonstra o quanto estes *actantes*, possuem conhecimentos significativos quanto aos trâmites existentes para aprovações e funcionamento das políticas públicas no município e sobre como agem fazendo pressão junto ao governo por meio dos conselhos e também utilizando as TIC, sobretudo o *Facebook*, para mostrar seus resultados, continuar “nutrindo” o movimento e “chamar” novos integrantes para esta luta da agroecologia em São Paulo:

Nunca antes essas leis foram contempladas no orçamento do município dessa forma (...) Agora temos que continuar a pressão para que sejam destinados recursos na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Plano Plurianual (PPA) para garantir que tenha verba para a agricultura na cidade. Estamos bem longe do ideal, **trabalhando duro nos conselhos para conseguir avanços** na estruturação da Zona Rural (...) (trecho retirado de *post* no *Facebook*, 04/07/2017 – *destaque da autora*).

Em Roma, as conquistas que puderam ser identificadas nas entrevistas estão relacionadas à realização de eventos/mutirões, tanto para adultos como crianças, de plantios na cidade, limpezas de ruas, praças e monumentos históricos, ações educacionais e criação de projetos que promovam segurança e mobilidade na cidade como relata a entrevistada E6r:

(...) Fundação do serviço de Pedibus (acompanhando as crianças à escola a pé); remodelação e atendimento de algumas partes de áreas verdes; festival da primavera / eventos culturais que estimulam o senso de pertencimento na comunidade (Relato da entrevistada E6r – *traduzido pela autora*).

Outro efeito promovido pelo uso das TIC pelos movimentos sociais atuais (em rede) é o desenvolvimento e/ou ampliação de habilidades e competências dos cidadãos ao propiciar apoio para ampliação de habilidades e capacidades para buscar informações, formular opiniões e ampliar sua cidadania com desenvolvimento de valores cívicos. Como afirma GRAVANTE (2012, p. 5), “as demandas que surgem do movimento ao longo do conflito são transformadas ao longo do desenvolvimento das relações sociais em valores que se manifestam de maneira adequada para ver o mundo, em um imaginário coletivo” (*tradução da autora*).

Também vale mencionar a importância destes movimentos na formação da opinião pública da sociedade e construção de capital social, cultural inclusive com o fortalecimento de vínculos afetivos e emoções como solidariedade (GRAVANTE, 2012). O estudo de HE et al. (2017, p. 198) aponta este fato ao afirmar que o uso das TIC tem tornado os cidadãos “(...) cada vez mais conscientes de problemas ambientais que afetam sua autonomia (*tradução da autora*)”.

Ao mesmo tempo vale ressaltar o uso das TIC para ampliar e estreitar o relacionamento com o poder público na busca de recursos importantes para o movimento, como relata o entrevistado E5: “Utilizo para me comunicar inclusive com facilitadores do poder público, vereadores, chefes de gabinete”. Em Roma isso também foi relatado por um dos coletivos estudados como sendo uma vantagem na utilização de TIC:

Tivemos excelentes comentários com a imprensa local e as principais estações de televisão jornalísticas italianas. Também tivemos numerosos contatos com a Administração: o Município de Roma, o XII Município de Roma, o Carabinieri e a Polícia de Roma Capitale (relato da entrevistada E3r – *tradução e destaque da autora*).

Através de um trabalho capilar, uma presença constante no território, uma capacidade de documentação atenta aos detalhes, conseguimos resultados importantes, **catalisando a atenção dos meios de comunicação nacionais e**

locais, aplicação da lei e diferentes níveis de administração, nacionais e locais (...) (relato do entrevistado E4r – *tradução e destaque da autora*).

São amplas as ações focadas na divulgação de ações dos movimentos e de informações relacionadas e divulgadas pelas mídias de massa, incluindo, por exemplo, situação do consumo e qualidade da água e alimentação saudável (hortas urbanas); benefícios de áreas verdes para a qualidade de vida e uso do espaço público para recreação e lazer (praças); além de projetos de mobilidade urbana inclusiva (mobilidade urbana) (GIARETTA e DI GIULIO, 2018). Nesse sentido, as notícias veiculadas não se restringem à esfera nacional, mas abarcam principalmente acontecimentos e descobertas de outros países, afirmando mais uma vez a atuação *glocal* desses movimentos (DI FELICE, 2013a) e que pode estar relacionada com a formação educacional de seus integrantes.

Quando se trata de divulgação de informações específicas quanto ao coletivo ou temáticas relacionadas, eventos e cursos a serem realizados e de compartilhamento de assuntos/problemas de outros movimentos, o uso do perfil individual de cada um dos integrantes é acionado e é por ele que a comunicação principal acontece e não por meio dos grupos existentes dos movimentos nesta rede social, provavelmente por poderem, em seu perfil individual, atingir um número maior de usuários da rede que ainda não fazem parte do movimento. É possível observar que, a maior parte desses posts é compartilhada pelo próprio integrante na página do coletivo no *Facebook*, demonstrando a busca por um público maior para ciência do que é compartilhado sob a lógica e vivência de uma cultura do conhecimento e aprendizagem social postulada por LÉVY (2010, 2017). Ao compartilharem suas memórias coletivas de modo informal ou formal via TIC e munir a sociedade de informações relevantes sobre a questão do uso do espaço público na cidade, abrem caminho para um diálogo com o governo e a busca por uma governança (BARTHEL et al., 2013).

No caso de São Paulo, como resultado deste processo, no ano de 2016, por exemplo, esses grupos em conjunto realizaram na cidade mais de 200 eventos, alguns deles com

parcerias, participação e até execução em locais do poder público, demonstrando , a relação existente entre estes coletivos e o governo, mesmo que ora esta relação seja conflituosa e ora se mostre amigável.

Os grupos destes coletivos existentes no *Facebook* na maior parte, são utilizados para divulgação de fotos de ações realizadas no local por eles ou por pessoas externas (comunidade, prefeitura) e que podem ser positivas ou negativas em relação ao uso do espaço, necessidade e/ou disponibilidade de materiais para utilização/doação, datas de eventos, reuniões, assinatura de abaixo-assinados ou projetos propostos junto à prefeitura e chamadas para voluntariado para manutenção no local, conforme trecho de *post* transcritos da própria página no *Facebook* dos grupos e imagem postada:

A Ciclocidade convoca todas as suas associadas e seus associados para uma Reunião Geral Extraordinária nesta quinta-feira, 14/9. É importante a presença do maior número de pessoas associadas devido à relevância do tema a ser discutido e para que possamos construir conjuntamente os próximos passos (Grupo “Ciclocidade”, 14/9/2017 – *destaque da autora*).
Amigos, **vamos ASSINAR e COMPARTILHAR, para ajudar nesta causa.** Uma feira orgânica a mais, que ainda são poucas, significa alimentação saudável, livre de agrotóxicos e mais ainda, estaremos ajudando vários produtores a cuidar bem do nosso solo e da nossa água, além de muitos outros benefícios para a natureza e para as pessoas (grupo “Horta Comunitária da Saúde”, 10/11/2017 - *destaque da autora*).

Galera, hoje vamos construir uma cerquinha para proteger mais um canteiro. **Quem puder, venha ajudar!** (grupo “A Batata Precisa de Você!”, 29/11/2017 – *destaque da autora*).

O que está acontecendo na frente do terreno adquirido pela Exto, onde existem duas nascentes reconhecidas pelo Instituto Geográfico Cartográfico -igc ? **Gostaríamos de explicações por parte da Sabesp e Prefeitura Regional da Lapa.** Estamos de olho e nossos guardiões também! **Não podemos permitir que mais nenhuma nascente seja prejudicada na cidade.** E não podemos aceitar que se reproduza aqui o que já ocorreu com as nascentes do Parque da Água Branca depois da construção do edifício "Reserve du Parc" (grupo “Festival da Praça da Nascente, 29/11/2017 – *destaque da autora*).

Uma das ações desses indivíduos foi criar um grupo no *Facebook* com o mesmo nome do coletivo (“A Batata Precisa de Você!”), que hoje conta com mais de 6 mil participantes. O

resultado das ações realizadas pelo movimento pode ser observado na prática: o Largo da Batata passou a ser uma praça mais arborizada, com infraestrutura para utilização social e realização de eventos culturais, recebendo recentemente ao seu redor (um canteiro abandonado) o plantio de aproximadamente 400 árvores, fruto de um mutirão de pessoas envolvidas em questões de agroecologia urbana e que tomaram conhecimento desse plantio pela divulgação no *Facebook*.

Os coletivos de hortas seguido de espaço público são os que detêm a maior quantidade de indivíduos atuantes nas redes sociais para diferentes finalidades que vão desde a divulgação de eventos e informações sobre os cuidados com os locais (horta/prança) até reivindicações quanto a ações das prefeituras regionais contra os interesses da sociedade e divulgação de petições on-line.

Além disso, existem ações diretas para atrair integrantes, sensibilizá-los e persuadi-los a agir pela causa, com postagens nos grupos do *Facebook* buscando novos voluntários para a manutenção do local, conforme relato encontrado na página da “Horta da FMUSP”:

Estamos precisando de mais voluntários na Horta da FMUSP. **Caso você queira ajudar e não sabe como, venha nos ajudar a regar as plantas.** Com o tempo, você vai aprendendo o nome das plantas, vai observar seu crescimento, o aparecimento das flores e frutos (...). Não tem como não gostar! (...) (*destaque da autora*).

Mas valem também parcerias destes coletivos com aplicativos digitais para alcance de seus objetivos, abrangendo um número amplo de cidadãos, com facilidade e gratuidade de acesso (para quem tem domínio no uso de TIC) e publicação em tempo real das informações. A prefeitura de São Paulo, por exemplo, também tem se valido das vantagens oferecidas pelas TIC e, no final de 2017, firmou parceria com um aplicativo digital para planejar operações de fiscalização do trânsito na cidade⁵¹. Na maior parte, estas parcerias são ou para estimular a

⁵¹ Reportagem disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,dados-de-aplicativos-serao-usados-para-fiscalizar-transito-de-sp,70002108606>>. Acesso em: 27 de fev 2018.

publicação dos cidadãos de algo que não está adequado na cidade ou para assinaturas de petições e abaixo-assinados, voltados à abertura de novos canais e formas de participação pela sociedade (MAIA, 2001; DI FELICE et al., 2017).

Um dos diferenciais apresentados pelos movimentos sociais atuais (em rede) é a capacidade de produzir, de modo autônomo, uma comunicação livre de mediações e controles daqueles que detêm o poder institucional (CASTELLS, 2013; LÉVY, 2017). Este fato pode ser identificado na prática dos coletivos analisados em São Paulo, conforme relata a entrevistada E1:

Para mim, a rede social não tem muito uso social, mas uso político. Se você for no meu perfil, praticamente, não tem nenhum post pessoal (...) **uso o Facebook como um meio de comunicação** (...). É uma plataforma que hoje em dia eu não preciso mais estar vinculada a um proprietário dos meios de produção (...) *(destaque da autora)*.

Para CASTELL (2009) a questão em jogo é, particularmente, a discussão e reivindicação das relações de poder existentes atualmente, em que os detentores do poder (como o Estado) estruturam instituições conforme seus valores e interesses muitas vezes particulares e não coletivos, deixando de lado os valores e interesses da sociedade de modo geral. Quanto mais forte e poderoso for o movimento social, melhor e maior serão suas chances de influenciar o Estado para suas decisões (GEROMETTA et al., 2005). Além disso, exercem o poder por meio de coerção e/ou construção de significados na mente dos indivíduos através de mecanismos de manipulação simbólica (como os meios de comunicação de massa) resultando em um quadro de apatia e descrença política e até cegueira moral (BAUMAN, 2014).

Vale aqui a ressalva de MAIA (2009, p. 110-11),

Dependendo do tipo de problema em questão, os atores cívicos precisam ter capacidade para engajar-se em interações comunicativas que têm como base o poder, isto é, as relações em que os agentes buscam controlar os outros,

fazendo-os agir segundo a própria vontade; para tanto, devem reconhecer quando e como estabelecer compromissos e ter ciência de ocasiões em que se está sendo manipulado, pressionado ou ameaçado.

Um dos exemplos interessantes e que emergem a partir do uso severo de TIC e hoje se mostra influente não só em Roma, mas, sobretudo na Itália é o “*Movimento Cinque Stelle – M5S*” (“Movimento 5 estrelas”). Fundado em 2009 pelo comediante popular no país Beppe Grillo e o empreendedor Gianroberto Casaleggio, o movimento se iniciou em um blog 2005 e já em 2008 possuía uma estrutura com grupos locais pequenos que usaram a plataforma “Meetup.com” (uma rede social que possibilita reuniões off-line de grupos em várias localidades diferentes) para se organizarem nas esferas locais e nacionais sob a coordenação de Grillo. Em 2009 o número de participantes nestes grupos cresceu rapidamente de 40 para 1482 pessoas envolvendo 1191 cidades em 21 países, mostrando mais uma vez o poder do uso de TIC para emergência e construção de movimentos sociais neste último século (FEDERICI et al., 2015). Tendo como pauta uma crítica severa à democracia representativa e prometendo mudanças com uma democracia direta a partir de referendos permanentes por via eletrônica, o movimento era um dos mais cogitados a ganhar as eleições nacionais que ocorreriam em marcos de 2018 na Itália.

É neste cenário que os processos comunicativos e utilização das TIC pelos cidadãos se mostram relevante para compreensão da ação na busca e compartilhamento de poderes. Onde há poder também há contrapoder, isto é, reivindicações do modelo de execução do poder das instituições sem considerar sua legítima representação de seus valores e interesses, resultando em processos de negociação, conflito e barganha (CASTELLS, 2009). Deste modo e, uma vez que a comunicação é o ato de produzir e compartilhar significados pelas trocas de informações, a formação de redes sociais digitais parece mudar os significados individuais e promover a quebra da hegemonia de poder existente em países, Estados, cidades e bairros.

Ao analisar a participação on-line voltada à sustentabilidade do ambiente em algumas cidades da China, HE et al. (2017) reforçam o que a literatura aponta sobre como o uso das tecnologia pode ter vários impactos na participação pública com a mudança de valores ambientais públicos/coletivos, promoção de transparência nas decisões, empoderamento da participação e redução nos custos de comunicação e ação.

Assim e ao usarem as TIC com objetivos de conscientização e informação, organização e mobilização e ações em rede, estes movimentos analisados se assemelham muito às ações net-ativistas (SANTAELLA, 2017) e proporcionam o desenvolvimento dos cidadãos apoiando e ampliando suas capacidades, ampliando a esfera pública ao contribuírem para a formação de opiniões e sustentação de condições institucionais para expressão e autonomia individual e coletiva (WARREN, 2001; MAIA, 2009).

PARTE V

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim pode transformá-lo com seu trabalho, pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias”.

(Paulo Freire – Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa, 1996, p. 30).

Este trabalho teve como desafio principal compreender as essências dos movimentos sociais urbanos que têm emergido recentemente e que se apoiam no uso e apropriação das TIC para buscar o direito à cidade. Nesta perspectiva, ao analisar a situação de ação de alguns desses movimentos em São Paulo, foco principal do estudo, e de modo complementar em Roma, este trabalho discutiu mobilização de recursos, motivações desses coletivos e seus integrantes, suas conquistas e, particularmente, se (e como) reconfiguram a participação social no processo de tomada de decisão e na gestão das cidades. Mesmo com as limitações existentes na pesquisa realizada em Roma, vale destacar que os dados coletados e observações sobre alguns dos movimentos da capital italiana ampliaram e auxiliaram sobremaneira a identificação e análise do fenômeno dos movimentos sociais urbanos em São Paulo, trazendo elementos que ajudaram a pensar as questões estabelecidas.

Por se tratar de um fenômeno novo, contemporâneo, global, complexo e de rápida transformação, o olhar qualitativo e apoiado pela *Grounded Theory* (Teoria Fundamentada nos Dados – TFD) possibilitou a construção de um referencial teórico, num movimento de ir-e-vir, costurando conceitos e reflexões apoiados em estudos que buscam compreender as sinergias e interfaces entre o ambiente urbano no século 21, caracterizado por suas grandes e megacidades, e o uso das TIC, marca desse tempo social que vivemos.

A opção pela utilização da técnica Bola de Neve (*Snowball*) para identificação dos entrevistados, bem como a realização de entrevistas e observações participantes se mostraram adequadas para a realização e cumprimento dos objetivos propostos, trazendo uma amostra dos coletivos urbanos que, embora pequena, é significativa em sua essência. Do mesmo modo, a análise de conteúdo temática expôs os principais núcleos de sentidos trazidos nas falas dos entrevistados, que ajudaram a trazer respostas e aproximações às questões norteadoras da pesquisa realizada.

Compreender o contexto atual do ambiente urbano do século 21 evidencia a necessidade de se refletir sobre processos mais eficazes de governança, que podem ser aprimorados com os usos e apropriações que indivíduos, coletivos e até mesmo governos fazem das TIC. A frustração pelo não cumprimento das promessas democráticas e necessidade de reforma nos mecanismos institucionais democráticos representativos, embasados em um discurso de justiça social e busca da felicidade, têm atuado como forças iniciais de formação dos movimentos, como os analisados neste trabalho.

Os resultados alcançados jogam luz não apenas sobre o papel das TIC na ação destes movimentos, mas também sobre o poder do uso dessas tecnologias para ampliação da busca da governança, favorecendo a transposição de barreiras para alcance em menor tempo, custo e distância geográfica de informações, recursos, engajamento e articulação com esferas nacionais e internacionais, propiciando novas formas de pensar a cidade neste século 21. Além disso, as TIC proporcionam uma atuação mais colaborativa e integrada destes movimentos, geração de saberes, acumulação de conhecimentos, ampliação de habilidades e competências com desenvolvimento de valores cívicos e engajamento para tomadas de decisões que afetam a vivência dos seus integrantes (cidadãos) nas cidades.

Não há como negar as discussões e estudos mais recentes sobre o uso das TIC de modo perverso e manipulador por empresas e indivíduos, por exemplo, com o uso de algoritmos e “roubo” de informações pessoais e de interesse econômico que trazem à tona uma discussão necessária sobre os impactos das tecnologias digitais nos próximos anos. Contudo, a aposta deste estudo está debruçada fortemente no uso da tecnologia para melhorar a vida nas cidades e dos seus cidadãos, na sua utilização para ampliar o uso dos espaços públicos e como uma possibilidade de promover maior inserção da sociedade nas tomadas de decisões.

Independentemente da temática de atuação, os coletivos urbanos analisados se mostraram como formas peculiares de expressão do que se almeja como cidade neste momento, provocando reflexões, tanto por parte da sociedade como do governo, de novas maneiras para o uso e consumo sustentável dos espaços urbanos e recursos naturais. Podem ser considerados como movimentos sociais em rede não apenas por serem construídos em/na rede, sobretudo nas redes sociais, mas por promoverem formas de atuação e diálogo criativo, interativo, dinâmico e inovador nunca antes vistas. Esses movimentos estudados evidenciam ações e características muito semelhantes aos movimentos globais que têm surgido nos últimos anos e aos movimentos net-ativistas, uma vez que não há mais um só indivíduo isolado na ação mas um ator-rede que promove sucessivas ações através de atos conectivos em rede.

Ainda que a pesquisa realizada não tenha buscado uma perspectiva comparativa entre as experiências estudadas em São Paulo e Roma, vale destacar as características semelhantes entre estes movimentos nas duas cidades, como compartilhamento de sentimentos comuns/identidades coletivas; organização em torno de ações estratégicas que unam custo-benefício; reconhecimento da importância do diálogo com o governo; ausência de identidade política; e atuação atópica e glocal. Já como pontos diferenciais de atuação de cada cidade, São Paulo apresenta movimentos que atuam sob uma única temática, ausente de hierarquias e mais fortemente na luta por uma governança eficaz que assegure mais atores nas arenas de decisões; por isso mesmo utilizam estratégias mais amplas com inserções de outros movimentos e pessoas envolvidas no poder público. Já Roma possui movimentos que atuam em diversas temáticas ao mesmo tempo (olhar holístico da cidade) com certa hierarquia por parte de alguns movimentos e com enfoque em uso dos espaços públicos com apostas em ações e estratégias não focadas na inserção ampla na arena de decisões, mas de revitalização e uso do espaço público desejado.

Embora não tenha alcançado uma análise mais acurada das motivações que levam estes cidadãos a se integrarem aos movimentos e a utilizarem as TIC, dada à limitação dos dados obtidos, a pesquisa realizada permite identificar motivações diferentes entre os movimentos de São Paulo e de Roma: na capital paulista, as motivações estão mais relacionadas a questões morais, identidade e sentimento de (in) justiça; em Roma, elas estão mais ligadas à proximidade com o local e ações que possam servir como exemplos para outros cidadãos. O perfil dos integrantes e a forma como se apropriam das TIC para mobilizar recursos que, ao mesmo tempo, reduzam o custo de aprendizagem político e mobilizem outros cidadãos a participarem nas tomadas de decisões evidenciam outras especificidades desses movimentos.

Em se tratando de participação pública, parece não haver dúvidas de como a forma de utilização das TIC por estes movimentos tem alterado e ressignificado este conceito. Há uma aposta de que as novas tecnologias podem, de fato, abrir novas possibilidades para a efetivação de uma governança ampla e participativa, com mais diálogo entre os atores e estreitamento de laços para a melhoria da cidade. A análise das situações de ações destes movimentos e das entrevistas de seus participantes revela também modificações que o uso das TIC propicia quanto ao sentido de lugar. Em consonância com os argumentos de Di Felice (2009), as TICs reverberam numa transformação radical das relações entre sujeito, território e informação, levando ao surgimento de uma forma atópica de habitar, em que cada um dos envolvidos nas redes passa a experimentar novos tipos de ações, práticas e relações. Esses processos de transformação tecnológicos demandam, como destaca o autor, substituir paradigmas e saberes. Os resultados desse trabalho ainda que tragam luz a esse desafio também apontam a necessidade de mais pesquisas que possam desvelar na sua complexidade esses fenômenos em curso.

Neste sentido, como vias futuras de pesquisas persistem o desafio de tornar o arcabouço teórico-analítico construído neste trabalho ainda mais robusto, e de ampliar o escopo de estudo para outras cidades/megacidades com objetivos de comparação quanto às características definidas aqui e apontadas na literatura destes movimentos sociais em rede deste século 21. Também há necessidade de se compreender as relações estabelecidas entre os indivíduos que atuam nos coletivos urbanos e como estes padrões afetam comportamentos e influenciam na mudança social, isto é, analisá-los em relação às suas conexões, fluxos de informações e padrões de relacionamento nas redes sociais, lançando mão, por exemplo, da metodologia quali-quantitativa de Análise de Redes Sociais (ARS ou SNA, da expressão em inglês “*Social Network Analysis*”).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AAZL - Associação dos Agricultores Urbanos da Zona Leste. **Quem Somos**. s.d. Disponível em: < <http://agricultoreszonaleste.org.br/sobre/>>. Acesso em: 29 dez. 2017.
- AHVENNIEMI, H.; HUOVILA, A.; PINTO-SEPPÄ; AIRAKSINEN, M. What are the differences between sustainable and smart cities?. 2017. **Cities** 60, Amsterdam, n. 60, p. 234-245. Disponível em: < <http://daneshyari.com/article/preview/6481282.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2018.
- ALBUQUERQUE, E. M. **Avaliação da Técnica de Amostragem “Respondent-Driven Sampling” na Estimação de Prevalências de Doenças Transmissíveis em Populações Organizadas em Redes Complexas**. 2009. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2009.
- AL-DALOU, R.; ABU-SHANAB, E. E-participation levels and technologies. **ICIT 2013 – The 6th International Conference on Information Technology**, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/273632293_E-participation_levels_and_technologies>. Acesso em: 19 mar. 2016.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ANDERSSON, E.; BARTHEL, S.; BORGSTRÖM, S.; COLDING, J.; ELMQVIST, T.; FOLKE, C.; GREN, A. Reconnecting cities to the biosphere: stewardship of green infrastructure and urban ecosystem services. **Ambio**, Washington, v. 43, n. 4, p. 445-453, 2014.
- ANDUIZA, E.; CANTIJOCH, M.; GALLEGÓ, A. Political participation and the Internet. **Information, Communication and Society**, UK, v. 12, n. 6, p. 860–878, 2009.
- ANTONUCCI, M. C.; FIORENZA, A. **Democrazia dal basso: cittadini organizzati a Roma e nel Lazio**. Roma: Gangemi, 2016.
- AOURAGH, M. Everyday resistance on the Internet: the Palestinian context. **Journal of Arab and Muslim Media Research**, London, v. 1, n 2, p. 109–130, 2008.
- ARNSTEIN, S.R. A Ladder of citizen participation. **Journal of the American Planning Association**, Chicago, v. 35, n. 4, p. 216-224, 1969.
- ATKINSON, R.; FLINT, J. Accessing hidden and hard-to-reach populations: snowball research strategies. **Social Research Update**, UK, n. 33, 2001.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. s.d. **São Paulo, SP**. Disponível em: < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-paulo_sp>. Acesso em: 27 fev. 2018.
- BABO, I. Redes e ativismo. In: DI FELICE, M. PEREIRE, E.; ROZA, E. **Net-ativismo: redes digitais e novas práticas de participação**. Campinas, SP: Papirus, 2017, p. 77 – 88.
- BANDEIRA-DE-MELO, R.; CUNHA, C. J. C. A. Grounded Theory. In: SILVA, A.B. GODOL. C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 241-266.
- BARBER, B. R. ¿Hasta qué punto son democráticas las nuevas tecnologías de telecomunicación? **Revista de los Estudios de Derecho y Ciencia Política de la UOC**, Catalunya, n.3, p. 17-27, 2006.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008.

BARTHEL, S.; PARKER, J.; ERNSTON, H. Food and Green space in cities: a resilience lens on gardens and urban environmental movements. **Urban Studies**, Edinburgh, v. 52, n. 7, p. 1-8, 2013.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Babel: entre a incerteza e a esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

_____. **Cegueira Moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida**. Zahar: 2014.

BECK, U. **La sociedad del riesgo global**. Madrid: Siglo XXI España Editores, 2002.

_____. A política na sociedade de risco. **Revista Idéias**, Campinas, v. 2, n. 1 (nova série), p. 230-252, 2010.

BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. Réplicas e críticas. p. 207-254. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Unesp, 1996.

BENSKI, T.; LANGMAN, L.; PERUGORRÍA, I.; TEJERINA, B. From the streets and squares to social movement studies: what have new learned? **Current Sociology**, London, v. 61, n. 4, p. 541-361, 2013.

BERNI, F. uma resistenza “verde” control Il degrado urbano: Il guerrilla gardening. **Ricerche per La Progettazione Del Paesaggio**, Firenze, p. 79-84, 2009.

BOER, R.W.J.; VRIES, J. de. The right to the city as a tool for urban social movements: the case of Barcelona. **The 4th International Conference of The International Forum on Urbanismo (IFoU)**, Amsterdam/Delf, The New Urban Question – Urbanism beyond Neo-Liberalism, 2009.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. (Comp.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. New York: Greenwood, 1985. p. 241-258.

BRAGA, A. Técnica etnográfica aplicada à comunicação online: uma discussão metodológica. **UNirevista**, v. 1, n. 3, julho 2006.

BRADLEY, J. Methodological issues and practices in qualitative research. **The Library Quarterly**, College Park, v. 63, n. 4, p. 431-449, 1993.

BRUNDTLAND, G. H. **Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future**. 1987. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

BUSTAMANTE, J. Poder comunicativo, ecossistemas digitais e cidadania digital In: SILVEIRA, S. A. **Cidadania e redes digitais: citizenship and digital networks**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil/Maracá, 2010, p. 9-34.

CALVO, J. **Quando as redes sociais favorecem um “ativismo preguiçoso”**: são meios eficientes quando não se requer mais do que o compromisso dos usuários. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/31/internacional/1433106323_876086.html>. Acesso em: 27 jan. 2018.

CARLOS, A. F. A. São Paulo: dinâmica urbana e metropolização. **Rev. Território**, Rio de Janeiro, n. 11, 12 e 13, p. 77 – 90, 2003.

_____. Dinâmicas urbanas na metrópole de São Paulo. In: América Latina: cidade, campo e turismo. LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. **CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, São Paulo, dez./2006. Disponível em:

<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/04alessand.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade.** São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. Sobre a gestão democrática da cidade: questões para o debate. **GeoTextos**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 179-189, 2010.

CARVALHO, M. Cidade global: anotações críticas sobre um conceito. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, n. 14, v. 4, p. 70 – 82, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n4/9753.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

CASCINO, C. Guerrilla gardening e paesaggio urbano: piccole azioni di bellezza clandestina. **Quaderni della Ri-vista – Ricerche per La Progettazione Del Paesaggio**, Firenze, n. 3, p. 80-86, 2014.

CASTELLS, M. **The Power of identity.** Oxford University: UK, 1997.

_____. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. Internet e Sociedade em Rede. In: MORAES, D. de (Org). **Por uma outra comunicação.** Mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 256 – 287.

_____. **Communication Power.** UK: Oxford University, 2009.

_____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

CENTER FOR ACTIVE DESIGN. **Active Design Guidelines. s.d.** Disponível em: <<https://centerforactivedesign.org/guidelines/>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

CETIC - CENTRO DE ESTUDOS SOBRE AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO. **TIC domicílios 2015: pesquisa sobre o uso das tecnologias de comunicação e informação nos domicílios brasileiros.** 2016. Disponível em: <http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Dom_2015_LIVRO_ELETRONICO.pdf>. Acesso em: 6 set. 2017.

CHARMAZ, K. **A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

CHOURABI, H.; GIL-GARCIA, J. R.; PARDO, T. A.; NAM, T.; MELLOULI, S.; SCHOLL, H. J.; WALKER, S.; NAHON, K. Understanding smart cities: na integrativa framework. **45th Hawaii International Conference on System Scienze**, Hawai, p. 2289-2287, 2012.

Disponível em: <https://www.ctg.albany.edu/publications/journals/hicss_2012_smartcities/hicss_2012_smartcities.pdf>. Acesso em: 10 maio 2015.

COHEN, J. L.; ARATO, A. **Civil society and political theory.** Cambridge: MIT Press, 1992.

COLDING, J.; BARTHEL, S. The potential of ‘Urban Green Commons’ in the resilience building of cities. **Ecological Economics**, Amsterdam, v. 86, p. 156-166, 2013.

COLEMAN, R.; LIEBER, P.; MENDELSON, A. L.; KURIUS, D. D. Public life and the internet: IF you build a better website, Will citizens become engaged? **New Media & Society**, Chicago, v. 10, n. 2, p. 179-201, 2008.

- COMUNE DE ROMA. **I numeri di Roma Capitale**. s.d. Disponível em: <<http://www.comune.roma.it/web/it/i-numeri-di-roma-capitale.page#>>. Acesso em: 27 fev. 2018.
- CORRIDA AMIGA. **Campanha calçada cilada 2017: vem aí...** 2017. Disponível em: <<http://corridaamiga.org/2017/03/28/campanha-calcada-cilada-2017/>>. Acesso em: 07 out. 2017.
- CREMASCO, M. P. **Manifesto do Sim**. 2014. Disponível em: <<http://espacohumus.com/manifesto-sim/>>. Acesso em: 10 mar. 2016.
- DAGNINO, E. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (Coord). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110. 2004. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/Publicaciones/3909.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2016.
- DAGNINO, E.; OLIVEIRA, A. J. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, E.; OLIVEIRA, A. J.; PANFICHI, A. (Orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006, p. 13-96.
- DANN, G. E.; HADDOW, N. Just doing business, or doing just business: Google, Microsoft, Yahoo!, and the business of censoring China's Internet. **Journal of Business Ethics**, New York, v. 79, n. 3, p. 219-234, 2008.
- DANTAS, C. C.; LEITE, J. L.; LIMA, S. B. S.; STIPP, M. A.C. Teoria fundamentada nos dados - aspectos conceituais e operacionais: metodologia possível de ser aplicada na pesquisa em enfermagem. **Rev. Latino-americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 4, p. 573-579, 2009.
- DHAKAL, P. S. Can Environmental Governance Benefit from ICT-Social Capital Nexus in Civil Society? **Triple C**, London, v. 9, n. 2, p. 551-565, 2011. Disponível em: <<https://www.triple-c.at/index.php/tripleC/issue/view/22>> . Acesso em: 24 dez. 2017.
- DIAMOND, J. Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- DIANI, M. Social movement networks virtual and real. **Paper for the Conference "A New Politics?"**, CCSS, University of Birmingham, P. 16-17, Set. 1999.
- _____. Introduction: Social movements, contentious actions, and social networks: 'from metaphor to substance'?" An overview. Distinguishes networks of individuals, organizations, and events. In: DIANI, M.; MACADAM, D. **Social movement analysis: the network perspective**. Oxford University Press, 2002, capítulo 1.
- DIANI, M.; MCADAM, D. **Social movement analysis: the network perspective**. Oxford University Press, 2002.
- DIAS, N. X.; FERREIRA, T. D. C.; VASCONCELLOS, M. P.; RIBEIRO, H. A construção do campo de conhecimento da Saúde Global e Sustentabilidade da Universidade de São Paulo no contexto da América Latina. **Rev. Brasileira de Pós-Graduação (RBPG)**, v. 14, p. 1-16, 2017. Disponível em: <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/1451/pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2017.
- DIAS, N. X.; CANELAS, T.; VASCONCELLOS, M. P.; RIBEIRO, H. A construção do campo de conhecimento da Saúde Global e Sustentabilidade da Universidade de São Paulo no contexto da América Latina, **Rev. Brasileira de Pós-Graduação (RBPG)**, Brasília, v.

14, p. 1 – 16, 2017. Disponível em: <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/1451/pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

DI FELICE, M. **Do público para as redes**: a comunicação digital e as novas formas de participação social. São Caetano do Sul: Difusão, 2008.

_____. **Paisagens pós-urbanas**: o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. Net-ativismo e ecologia da ação em contextos reticulares. Trabalho apresentado no GP Cíbercultura, XIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVI**. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Manaus, 2013a.

_____. Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas. **MATRIZES**, São Paulo, ano 7, n. 2, p. 49-71, jul/dez. 2013b.

_____. Net-ativismo e ecologia da ação em contextos reticulares. In: DI FELICE, M. PEREIRE, E.; ROZA, E. **Net-ativismo**: redes digitais e novas práticas de participação. Campinas, SP: Papirus, 2017, p. 13 – 28.

DI FELICE, M. PEREIRE, E.; ROZA, E. **Net-ativismo**: redes digitais e novas práticas de participação. Campinas, SP: Papirus, 2017.

DI FELICE, M.; TORRES, J. C.; YANAZE, L. K. H. **Redes digitais e sustentabilidade**: as interações com o meio ambiente na era da informação. São Paulo: Annablume, 2012.

DI GIULIO, G. M.; MARTINS, A. M. B. B. ; VASCONCELLOS, M. P. ; RIBEIRO, W. C. Mudanças climáticas, riscos e adaptação na megacidade de São Paulo, Brasil. **Sustentabilidade m Debate**, Brasília, v. 8, p. 75-87, 2017.

DOLATA, U.; SCHRAPE, J. F. Masses, crowds, communities, movements: collective action in the age. **Social Movement Studies**, Abingdon, v. 15, n. 1, p. 1 – 18, 2016.

ELKINGTON, J. **Cannibals with fork's**: the Triple Bottom Line of 21st century business. Capstone Publishing Ltda: Oxford, 1997.

EMPLASA - EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO S/A. **Região Metropolitana de São Paulo**. s.d. Disponível em: <<https://www.emplasa.sp.gov.br/RMSP>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

ESTANQUE, E; COSTA, H. A.; SOEIRO, J. The New Global Cycle of Protest and the Portuguese Case. **Journal of Social Science Education**, Bielefeld, v. 12, n. 1, p. 31 – 40, 2013.

FEDERICI, T.; BRACCINI, A. M.; SAEBO, O. ‘Gentlemen, all aboard!’ ICT and party politics: reflections from a Mass-eParticipation experience. **Government Information Quarterly**, Greenwich, v. 32, n. 3, p. 287 – 298, 2015.

FEIXA, C.; PEREIRA, I.; JURIS, J. S. Global citizenship and the ‘new, new’ social movements: Iberian connections. **Young – Nordic Journal of Youth Research**, Oslo, v. 17, n.4, p. 421-442, 2009.

FENTON, N. Mediating hope: new media, politics, and resistance. **International Journal of Cultural Studies**, Wisconsin, v. 11, n. 2, p. 230–248, 2008.

FOLHA DE S. PAULO. **Internet já tem quase 3 bilhões de usuários no mundo, diz ONU.** 2014. Disponível em: <<http://hashtag.blogfolha.uol.com.br/2014/08/01/site-colaborativo-mostra-onde-ja-faltou-agua-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

_____. **Gestão Doria retira parquinho para crianças e árvores do Largo da Batata.** 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1912191-gestao-doria-retira-parquinho-para-criancas-e-arvores-do-largo-da-batata.shtml>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

FORNO, F.; GRAZIANO, P. R. Sustainable community movement organisations. **Journal of Consumer Culture**, UK, v. 14, n. 2, p. 139 – 157, 2014.

FORUM ECONÔMICO MUNDIAL. **This map shows the incredible growth of megacities.** 2016. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2016/07/this-map-shows-the-incredible-growth-of-megacities/>>. Acesso em: 31 dez. 2017.

FRANK, A. G.; FUENTES, M. Dez teses acerca dos movimentos sociais. **Lua Nova**, s~]AO Paulo, n. 17, p. 19-48, 1989.

FREY, K. Governança Eletrônica: experiências de cidades européias e algumas lições para países em desenvolvimento. **Revista de Informática Pública**, Belo Horizonte, n. 1, p. 31-48, 2000. Disponível em: <http://www.ip.pbh.gov.br/ANO3_N1_PDF/ip0301frey.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2014.

FUNG, A. **Empowered participation: reinventing urban democracy.** Princeton: Princeton University Press, 2004.

_____. Varieties of participation in complex governance. **Public Administration Review**, Washington, v. 66, special issue: Collaborative Public Management, p. 66-75, 2006.

FUNG, A.; WRIGHT, E. O. Thinking about empowered participatory governance. In: FUNG, A. and WRIGHT, E. O. (Ed.), **Deeping democracy: institutional innovations in empowered participatory governance.** London: Verso, 2003.

FUNVERDE. **Iniciativa parisiense convida os cidadãos a se tornarem jardineiros de seus bairros.** 2016. Disponível em: <<http://www.funverde.org.br/blog/iniciativa-parisiense-convida-os-cidadaos-a-se-tornarem-jardineiros-de-seus-bairros/>>. Acesso em: 27 set. 2017.

GARRETT, K. Protest in an information society: A review of literature on social movements and new ICTs. **Information, Communication and Society**, Abingdon, v. 9, n. 2, p. 202-224, 2006.

GAUDIN, J. P. A governança moderna, ontem e hoje: alguns esclarecimentos a partir das políticas públicas francesas. In: **Curso de Gestão Urbana das Cidades.** 14 a 26 de maio de 2001. Belo Horizonte/MG: EG/FJP, WBI, LILP, ESAF, IPEA.

GAVENTA, J. **Deepening democracy debate.** Brighton: IDS, Working Papers, Series 264, 2006.

GEROMETTA, J.; HAUSSERMANN, H.; LONGO, G. Social innovation and civil society in urban governance: strategies for an inclusive city. **Urban Studies**, Edinburgh, v. 42, n. 11, p. 2007–2021, 2005.

GIARETTA, J. B. Z. Participação social e gestão ambiental municipal no Brasil: desafios e condicionantes. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (**Dissertação de Mestrado**), 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-24052011-161139/pt-br.php>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

- GIARETTA, J. B. Z.; DI GIULIO, G. M. O papel das tecnologias de comunicação e informação (TIC) no urbano do século XXI e na emergência dos novos movimentos sociais: reflexões a partir de experiências na Megacidade de São Paulo. **Rev. Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 20, n.1, p. 161 - 179. Disponível: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5535/pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2018.
- GIDDENS, A. Risk and Responsibility. **The Modern Law Review Limited**, n. 1, v. 62, p. 1 – 10, 1999.
- GILLAN, K. The UK anti-war movement on-line: uses and limitations of Internet technologies for contemporary activism. **Information, Communication & Society**, UK, v. 12, n. 1, p. 25–43, 2009.
- GLOBO RURAL. **Cultivo de horta em espaços urbanos atrai cada vez mais adeptos**. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2015/10/cultivo-de-horta-em-espacos-urbanos-atrai-cada-vez-mais-adeptos.html>>. Acesso em: 10 Set. 2015.
- GOHN, M. G. Teoria dos movimentos sociais na contemporaneidade. In: GOHN, M. G.; BRINGEL, B. M. **Movimentos sociais na era global**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014, p. 19-36.
- GOHN, M. G.; BRINGEL, B. M. **Movimentos sociais na era global**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- GOMEZ-ROMAN, C.; SABUCEDO, J. M. The occupy and idignados movement and the importance of political context: differences between occasionals and regulars in Spain and the UK. **European Journal of Government and Economics**, Coruña, v. 5, n. 1, p. 29 – 46, Jun. 2016.
- GRAU-SOLÉS, M.; ÍÑIGUEZ-RUEDA, L.; SUBIRATS, J. ¿Como gobernar la complejidad? Invitación a uma gobernanza urbana híbrida y relacional. **Athenea Digital**, Bellaterra, n. 11, v.1, p.63-84, 2011.
- GRAVANTE, T. Las prácticas de apropiación, las nuevas tecnologías y el cambio social. Un studio de caso: la insurgencia del popular Oaxaca. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, São Carlos, v. 19, n. 3, p. 1 – 18, 2012.
- GUIMARÃES, N. A.; MARTIN, S. **Competitividade e desenvolvimento: Atores e instituições locais**. São Paulo: Senac, 2001.
- HABERMAS, J. **The theory of communicative action**. Vol. 2. Cambridge, MA: Beacon Press, 1985.
- _____. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro (vol. I e II), 1997.
- HANNEMAN, R. A.; RIDDLE, M. **Introduction to Social Network Methods**. Riverside: University of Califórnia, 2005. Disponível em: <<http://faculty.ucr.edu/~hanneman/nettext/index.html>>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- HARVEY, D. The Right to the city. **New Left Review**, Londres, n. 53, 2008. Disponível em: <<https://newleftreview.org/II/53/david-harvey-the-right-to-the-city>>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- _____. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

- HE, G.; BOAS, I.; MOL, A. P. J.; LU, Y. E-participation for environmental sustainability in transitional urban China. **Sustainability Science**, Tokyo, v. 12, n. 2, p. 187 – 202, 2017.
- HINE, C. **Virtual Ethnography**. London: SAGE Publications, 2000.
- HIRST, P. **Associative Democracy: New Forms of Economic and Social Governance**. Cambridge: Polity Press, 1994.
- HOUTZAGER, P.; LAVALLE, G. A.; ACHARYA, A. Atores da sociedade civil e atores políticos: participação nas novas políticas democráticas em São Paulo. In: AVRITZER, L. **A participação em São Paulo**. São Paulo, Unesp, 2004, p. 1 – 47.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@ - São Paulo**. s.d. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=355030> >. Acesso em: 27 jan. 2018.
- _____. SINOPSE DO CENSO DEMOGRÁFICO 2010, SÃO PAULO. **Tabela 2.6 - População residente, por grupos de idade, segundo os municípios e o sexo**. 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=35&dados=26>>. Acesso em: 27 fev. 2018.
- IVESON, K. Cities within city: do-it-yourself urbanism and the right to the city. **International Journal of Urban and Regional Research**, Medford, v. 37, n. 3, p. 941-956, 2013.
- JACOBI, P.R.; SINISGALLI, P.A.A. Governança ambiental e economia verde. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 17, n. 6, p. 1469-1478, 2012.
- JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.
- JENKINS, H.; GREEN, J.; SAM, T. **Cultura da conexão**. Ed: Aleph, 2014.
- KARAMAGIOLI, E.; HREBICEK, J.; LEGAT, R.; SCHLEIDT, K. Environmental democracy via ICT: public participation via ICT towards a sustainable environment. In: LEITNER, C.; MAKOLM, M. H. J.; TRAUNMÜLLER, R. (Eds.). **Eastern European eGov Days 2010**. Unleashing the Potential of e-Government: Beyond Simple Patterns of Electronic Service Delivery, p. 177 – 194, 2010.
- KECK, M., SIKKINK, K. **Activists Beyond Borders**. Cornell University Press, New York, 1998.
- KOZINETTS, R. **Netnography: Doing Ethnographic Research Online**. London: Sage, 2010.
- KUMAR, R.; THAPA, D. Social media as a catalyst for civil society movements in India: A study in Dehradun city. **New Media & Society**, London, v. 17, n. 8, p. 1299-1316, 2014.
- LATOUR, B. On Actor-Network Theory: A Few Clarifications Plus More Than A Few Complications. **Soziale Welt**, Nürnberg, n. 47, p. 369-381, 1996.
- _____. On recalling ANT. In: LAW, J.; HASSARD, J. (Ed.). **Actor network theory and after**. Oxford: Blackwell Publishers / The Sociological Review, 1999.
- LAVALLE, A. G. Participação, (des)igualdade política e democracia. In: MIGUEL, L.F.; BIROLI, F. **Teorias políticas, democracia e desigualdade**. São Paulo: UNESP, *no prelo*.
- LAZZARINI, A. Transizioni globali nella città. Tra nuove cittadinanze e spazi di democrazia. **Scienza & Politica**, Bolonha, v. 27, n. 53, p. 337 – 355, 2015.
- LEFEBVRE, H. The right to the city. In: KOFMAN, E.; LEBAS, E. (Eds.). **Writings on cities**. Oxford: Blackwell Publishers/ The Sociological Review, 1996, p. 147 – 159.

_____. Da cidade à sociedade urbana. In: LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 15-32.

_____. Dissolving city, planetary metamorphosis. **Environment and Planning D: Society and Space**, Montreal, v. 32, p. 203 – 205, 2014.

LEITE, C. São Paulo, megacidade e redesenvolvimento sustentável: uma estratégia propositiva. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 117-126, 2010. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/urbe?dd99=pdf&dd1=3628>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

LEITE, C.; AWAD, J. D. C. M. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

LEMOS, A. **A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura**. São Paulo: Annablume, 2013.

LEMOS, A.; LÉVY, P. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010.

LEMOS, R.; DI FELICE, M. **A vida em rede**. São Paulo: Papirus 7 Mares, 2014.

LÉVY, P. **Inteligência coletiva: para uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 2010.

_____. A esfera pública do século XXI. In: DI FELICE, M. PEREIRE, E.; ROZA, E. **Net-ativismo: redes digitais e novas práticas de participação**. Campinas, SP: Papirus, 2017, cap. 2, p. 29-38.

LIRA, J.; FERNANDES, A. C. Editorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, São Paulo**, v. 17, n. 3, 2015.

MAIA, R. C. M. Democracia e internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação (completo). In: **X Encontro Anual da Compós**, 2001, Brasília. X Encontro Anual da Compós. Brasília/DF: COMPOS, 2001. v. 1. p. 46-60.

_____. Atores da sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa. **Lua Nova**, São Paulo, v. 76, p. 87-118, 2009.

MARCONI, M. M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARICATO, E.; COLOSSO, P. **Da cidade segregada à cidade insurgente**. 2017. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/destaques/da-cidade-segregada-a-cidade-insurgente/>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

MASLOW, A. H. A theory of human motivation. **Psychological Review**, Washington, n. 50, v. 4, p. 370 – 396, 1943.

MATIAS, E. F. P. **A humanidade contra as cordas: a luta da sociedade global pela sustentabilidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

MATTONI, A. L.; TRERÉ, E. Media practices, mediation processes, and mediatization in the study of social movements. **Communication Theory**, Medford, v. 24, n. 3, p. 252-271, 2014.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 1998.

MELUCCI, A. Um objeto para os movimentos sociais. **Lua Nova**, São Paulo, n.17, 1989.

_____. **Challenging codes: collective action in the information age.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MILOSEVIC-DORDEVIC, J. S.; ZESELJ, I. L. Civic activism on-line: making Young people dormant or more active in real life? **Computers in Human Behavior**, New York, v. 70, p. 113-118, 2017.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MIRAFETAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 363-377, 2016.

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Acordo de Paris.** Brasília, s.d. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris>. Acesso em: 26 fev. 2018.

MORIN, E. **Os sete Saberes Necessários à Educação do Futuro.** São Paulo: Cortez, 2001.

MOVIMENTO BOA PRAÇA. **Quem somos.** s.d. Disponível em: <http://movimentoboapraça.com.br/sobre-nos-2/quem-somos/>. Acesso em: 26 jul. 2017.

NAGIB, G. Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (**Dissertação de Mestrado**), 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18082016-124530/pt-br.php>. Acesso em: 27 fev. 2018.

NEKMAT, E.; GOWER, K. K.; GONZENBACH, W. J.; FLANAGIN, A. J. Source effects in the micro-mobilization of collective action via social media. **Information, Communication & Society**, UK, v. 18, n. 9, p. 1076-1091, 2015.

NEXO. **O que foram, afinal, as Jornadas de Junho de 2013.** E no que elas deram. 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/06/17/O-que-foram-afinal-as-Jornadas-de-Junho-de-2013.-E-no-que-elas-deram>. Acesso em: 8 jan. 2018.

NOBRE, C. A. et al. **Vulnerabilidades das Megacidades Brasileiras às Mudanças Climáticas:** Região Metropolitana de São Paulo. Sumário Executivo - junho de 2010. INPE, IPT, UNICAMP, USP, UNESP- Rio Claro. Disponível em: http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/publicacoes/2010/SumarioExecutivo_megacidades.pdf. Acesso em: 27 jan. 2018.

NOVY, J.; COLOMB, C. Struggling for the right to the (creative) city in Berlin and Hamburg: new urban social movements, new 'space of hope'? **International Journal of Urban Regional Research**, Medford, v. 37, n. 5, 2013.

OLORUNNISOLA, A. A.; MARTIN, B. L. Influences of media on social movements: Problematizing hyperbolic inferences about impacts. **Telematics and Informatics**, Sheffield, v. 30, p. 275-288, 2013.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transforming our world: the agenda 2030 for sustainable development.** 2015. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>. Acesso em: 6 set. 2017.

ONU-HABITAT - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS. **The World Cities in 2016**. 2016. Disponível em: <http://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/urbanization/the_worlds_cities_in_2016_data_booklet.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2017.

OPAS - ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Municipios y comunidades saludables Guía de los alcaldes para promover calidad de vida**. Washington, Estados Unidos - 27 de julio de 2004. Disponível em: <http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd63/MCS_Guiaesp/MCS_Guiaesp.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2018.

OSTROM, E. **Governing the commons**. The evolution of institutions for collective action. New York: Cambridge University Press, 1990.

PADAWANGI, R., MAROLT, P.; DOUGLASS, M. Introduction to the Special Issue: Insurgencies, social media and the public city in Asia. **International Development Planning Review**, Liverpool, v. 36, n. 1, p. 3–13, 2014.

PAHL-WOSTL, C. A conceptual framework for analysing adaptive capacity and multi-level learning processes in resource governance regimes. *Global Environmental Change*, v. 19, p. 354-365, 2009. PATEMAN, C. **Participation and democratic theory**. London: Cambridge University Press, 1993 [1970].

PATEMAN, C. **Participation and democratic theory**. London: Cambridge University Press, 1993 [1970].

PAULISTA ABERTA. **Paulista aberta**: por uma São Paulo mais humana. s.d. Disponível em: <<https://www.paulistaaberta.minhasampa.org.br/>>. Acesso em: 8 jan. 2018.

PBMC - PAINEL BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. **Mudanças Climáticas e Cidades**. Relatório Especial do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. RIBEIRO, S.K.; SANTOS, A.S. (Eds.). PBMC, COPPE – UFRJ: 2016.

PEREIRA, M. A. Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital. In: **IV Encontro da Compólitica**, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UERJ, 2011, p. 1 -26.

PESQUISA FAPESP. **Perigo no céu de São Paulo**: Poluição do ar diminuiu nos últimos 30 anos, mas os níveis de alguns compostos ainda são superiores ao aceitável. 2017. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2017/09/22/perigo-no-ceu-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

PINTO, C. R. J. Movimentos sociais 2011: estamos frente a uma nova forma de fazer política? In: GOHN, M. G.; BRINGEL, B. M. **Movimentos sociais na era global**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014, p.129-145.

PNUD BRASIL - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **O que é o IDHM**. s.d. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

POLLETTA, F.; JASPER, J. M. Collective identity and social movements. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, n. 27, p. 283-305, 2001.

PORTAL APRENDIZ. **Em São Paulo, ocupação do Largo da Batata vive novo impasse**. 2017. Disponível em: <<http://portal.aprendiz.uol.com.br/2017/09/06/em-sao-paulo-ocupacao-largo-da-batata-vive-novo-impasse/>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Processo de revisão participativa do Plano Diretor Estratégico de São Paulo**. s.d. Disponível em:

<<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/plano-diretor/processo-participativo/>>. Acesso em: 6 set. 2017.

_____. **Inventário de emissões e remoções antrópicas de gases de efeito estufa do município de São Paulo**. 2014. Disponível em: <

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/menu/index.php?p=167735>. Acesso em: 27 jan. 2018.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Apresentação**. s.d. Disponível em: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

PURCELL, M. **Recapturing Democracy: Neoliberalization and the Struggle for Alternative Urban Futures**. London: Routledge, 2008.

PUTNAM, R. D. **Bowling alone: the collapse and revival of american community**. New York: Simon and Schuster, 2002.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais**. 5ª edição. Portugal: Gradiva, 2008.

RECUERO, R. Comunidades virtuais em redes sociais na internet: uma proposta de estudo. **Ecompos**, v. 4, 2005. Disponível em: < <http://www.raquelrecuero.com/seminario2005.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da desigualdade 2017**. 2017. Disponível em: < <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/mapa-da-desigualdade-2017.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

_____. **Cidade de SP registra 883 mortes no trânsito em 2017, redução de 7%; pedestres lideram o ranking de vítimas**. 2018a. Disponível em: < <http://www.nossasaopaulo.org.br/noticias/cidade-de-sp-registra-883-mortes-no-transito-em-2017-reducao-de-7-pedestres-lideram-o>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

_____. **Pesquisa de percepção “Viver em São Paulo”**. 2018b. Disponível em: < <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/node/180>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

RENN, O. The social arena concept of risk debates. In: KRIMSKY, S. (Ed.). **Social theories of risk**. Westport: Greenwood Publishing Group, 1992. p. 179-196.

REZENDE, D. A.; FREY, K.; BETINI, R. C. Governança e democracia eletrônica na gestão urbana. **Seminário Internacional em Gestão Urbana**, Curitiba, 2003. Disponível em: < <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/29555-29571-1-PB.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

ROLNIK, R. **Paulista Aberta: símbolo de novos tempos na cidade**. 2015. Disponível em: < <https://raquelrolnik.wordpress.com/2015/10/22/paulista-aberta-simbolo-de-novos-tempos-na-cidade/>>. Acesso em: 8 jan. 2018.

ROSENSTONE, S. J.; HANSEN, J. M. **Mobilization, participation, and democracy in America**. New York: Longman, p. 1-37 (capítulo 1 e 2), 1993.

SALDIVA, P. Áreas verdes garante saúde e qualidade de vida à população. **Entrevista realizada pela Rádio USP em 17/4/2017**. Disponível em: <

<http://jornal.usp.br/atualidades/areas-verdes-garantem-saude-e-qualidade-de-vida-a-populacao/>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

SALDIVA, P. **Vida urbana e saúde: os desafios dos habitantes das metrópoles**. São Paulo: Ed. Contexto, 2018.

SAMPAIO, R. C.; MAIA, R. C. M.; MARQUES, F. P. J. A. Participação e deliberação na internet: Um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 2, Novembro, p.446-477, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v16n2/a07v16n2>>. Acesso em: 6 set. 2017.

SANTAELLA, L. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 22, p. 23-32, 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/viewFile/229/174>>. Acesso em 18 abr. 2015.

_____. Política nas redes e nas ruas. DI FELICE, M. PEREIRE, E.; ROZA, E. **Net-ativismo: redes digitais e novas práticas de participação**. Campinas, SP: Papirus, 2017, p. 89 – 101.

SANTAELLA, L.; LEMOS, R. **Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter**. São Paulo: Paulus, 2010.

SANTOS JÚNIOR, O. A. Urban common space, heterotopia and the right to the city: Reflections on the ideas of Henri Lefebvre and David Harvey. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 6, n. 2, p. 146-157, 2014.

SASSEN, S. The Global City: introducing a Concept. **The Brown Journal of World Affairs**, Providence, n. 2, v. 11, p. 27 – 43, 2005. Disponível em: <<http://www.saskiasassen.com/pdfs/publications/the-global-city-brown.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

_____. **Espaços urbanos**. 2017. Filme (3:54 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ic0uQWcv-E0&app=desktop>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

SCHERER-WARREN, I. Metodologia de redes no estudo das ações coletivas e movimentos sociais. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR**, Brasília. Anais... Brasília: ANPUR, 1995. p. 1045-1052.

SCHMIDT, E.; COHEN, J. **A nova era digital: como será o futuro das pessoas, das nações e dos negócios**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.

SETO, K. C; SÁNCHEZ-RODRÍGUEZ, R.; FRAGKIAS, M. The new geography of contemporary urbanization and the environment. **Annual Review of Environment and Resources**, Palo Alto, v. 35, p. 167-194, 2010.

SLOW FOOD BRASIL. **Movimento Slow Food**. 2007. Disponível em: <<http://www.slowfoodbrasil.com/slowfood/o-movimento>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

SMITH, G. **Power beyond the ballot: 57 democratic innovations from around the World**. London: Power Inquiry, 2005. Disponível em: <<http://www.soton.ac.uk/ccd/events/SuppMat/Beyond%20the%20Ballot.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2008.

STERN, P. C.; YOUNG, O. R.; DRUCKMAN, D. Global Environmental Change: Understanding the Human Dimensions. **Washington: Committee on the Human**

Dimensions of Global Change Commission on the Behavioral and Social Sciences and Education National Research Council, 1992.

TECHTUDO. **O que é Anonymous?** 2012. Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/artigos/noticia/2012/01/o-que-e-anonymous.html>>. Acesso em: 3 jan. 2018.

TILLY, C. **From mobilization to revolution**. Londres: Addison-Wesley, 1978.

TORRES, J.C. Cyborgracia: entre a gestão digital dos territórios e as redes sociais digitais. In: DI FELICE, M (Org.). **Do público para as redes: a comunicação digital e as novas formas de participação social**. São Caetano do Sul: Difusão, 2008, p. 227 – 206.

TOURAINE, A. **Crítica da modernidade**. Paris: Fayard: 1994.

TRIVINHO, E. **Glocal: Visibilidade Mediática, Imaginário Bunker e Existência Em Tempo Real**. São Paulo: AnnaBlume, 2013.

VALENZUELA, S. Unpacking the Use of Social Media for Protest Behavior: The Roles of Information, Opinion Expression, and Activism. **American Behavior Scientist**, Sedona, v.57, n.7, p. 920 – 942, 2013.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ibama, 2002.

VERA, E. I; LAVALLE, A. G. Arquitetura da participação e controles democráticos no Brasil e no México. **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 92, p. 105-121, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000100007&lng=en&nrm=iso> . Acesso em: 28 out. 2015.

VERBA, S., SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H. E. **Voice and equality: Civic voluntarism in American politics**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.

WALLACE, C.; PICHLER, F. More participation, happier society? A comparative study of civil society and the quality of life. **Social Indicators Research**, Boston, v. 93, n. 2, p. 225-274, 2009.

WARREN, M. E. **Democracy and association**. Princeton: Princeton University Press, 2001. _____ . What can democratic: participation mean today? **Political Theory**, Virginia, v. 30, n.5, p. 667-701, 2002.

WE ARE SOCIAL AND HOOTSUITE. DIGITAL IN 2017: SERIES OF REPORTS. **The global state of the internet in April 2017**. 2017. Disponível em: <https://thenextweb.com/marketing-seo/2017/04/11/current-global-state-internet/#.tnw_CigN3DU0>. Acesso em: 10 dez. 2017.

WE ARE SOCIAL AND HOOTSUITE. DIGITAL IN 2018: SERIES OF REPORTS. **World's internet users pass the 4 billion Mark**. 2018. Disponível em: <https://thenextweb.com/marketing-seo/2017/04/11/current-global-state-internet/#.tnw_CigN3DU0>. Acesso em: 22 fev. 2018.

WESTPHAL, M. F. O Movimento Cidades/Municípios Saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 5, v. 1, p. 39-51, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/csc/v5n1/7078.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

WESTPHAL, M. F.; OLIVEIRA, S. C. Cidades Saudáveis: uma forma de abordagem ou uma estratégia de ação em saúde urbana? **Revista USP**, São Paulo, n. 107, p. 91-102, 2015.

Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/115117/112821>>.
Acesso em: 24 fev. 2018.

WWF. **Pegada ecológica? O que é isso?** s.d. Disponível em:
<https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/pegada_ecologica/o_que_e_pegada_e_cologica/>. Acesso em: 26 fev. 2018.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Roteiro prévio (pesquisa exploratória) utilizado nas entrevistas com integrantes de Coletivos/Movimentos Sociais da Cidade de São Paulo

1. Qual o seu nome completo?
2. Qual a sua idade?
3. Qual a sua formação?
4. Como o coletivo surgiu (data e ideias iniciais)?
5. Qual o objetivo/ação principal do coletivo?
6. Quantas pessoas fazem parte dele?
7. Quais ferramentas usam para se comunicar (E-mail, *Facebook*, *WhatsApp*...) ?
8. Como os assuntos discutidos são escolhidos?
9. Onde discutem estes assuntos (lugar físico – sede; internet)?
10. Quais as formas de participação existentes no coletivo?
11. Quais os resultados já conquistados?
12. Há parceria com o governo? Se sim, de que modo ou com quem?
13. Existem parcerias com outros coletivos? Se sim, quais?

Apêndice 2 – Roteiro definitivo utilizado nas entrevistas com integrantes dos Coletivos/Movimentos Sociais da Cidade de São Paulo.

1. Qual o seu nome completo?
2. Qual a sua idade?
3. Qual seu estado civil?
4. Tem filho(s)?
5. Qual(is) a(s) sua(s) formação(ões)?
6. Qual sua ocupação atual?
7. Qual a sua renda mensal (em salários mínimos – atual está em R\$ 880,00)?
8. Onde você reside (bairro/região)?
9. Como você chama/define o movimento que integra?
10. O que o levou a participar deste movimento(s)/coletivo(s) urbano(s)?
11. Como e porque o movimento/coletivo urbano surgiu?
12. Quais são as TICs utilizadas por você para se comunicar com os demais integrantes do movimento/coletivo urbano?
13. Como os assuntos discutidos são escolhidos e posteriormente colocados em prática no movimento/coletivo urbano?
14. Onde (lugar físico – sede; internet) vocês discutem estes assuntos e com que frequência?
15. Quais os resultados já conquistados por este movimento/coletivo urbano?
16. Você esteve envolvido nestas conquistas?
17. Há uma relação do movimento/coletivo urbano com o poder público/governo? Se sim, de que modo ou com quem especificamente?
18. Existem parcerias deste movimento/coletivo urbano com outros coletivos?
19. Que pessoas você indicaria para participar desta pesquisa como entrevistados?

Apêndice 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em Português.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Saúde Pública
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISAS DA FACULDADE DE
SAÚDE PÚBLICA

Av. Dr. Arnaldo, 715 - CEP: 01246-904 – São Paulo – SP
Fone: 3061-7779

e-mail: coep@fsp.usp.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Projeto de Pesquisa: Usos e Apropriações das TIC: Participação Social, Governança e Revitalização de Espaços Públicos

Este projeto, em linhas gerais, tem o objetivo de compreender e discutir usos e apropriações das TIC e dos dispositivos virtuais e como eles podem reconfigurar a participação pública, seja na busca pela governança, seja nos processos decisórios locais, seja ainda na revitalização de espaços públicos.

Para tanto, além de utilizar uma ampla gama de dados secundários disponíveis, esta pesquisa inclui a realização de entrevistas individuais, seguindo um roteiro de perguntas estruturado a partir do modelo de entrevistas semiestruturadas em formato livre, tendo como eixos condutores questões relacionadas à participação social, usos e apropriações de TIC e dispositivos virtuais, governança e revitalização de espaços públicos.

Com relação à participação e andamento do projeto:

- a. A pesquisa oferece **riscos mínimos, inerentes a algum desconforto** no fornecimento de informações, contudo, salienta-se que a qualquer momento o(a) sr.(a) poderá recusar-se a participar da pesquisa ou retirar seu consentimento de uso das informações coletadas sem que ocorra qualquer tipo de prejuízo a sua pessoa, familiares ou quaisquer pessoas próximas. Todas as informações coletadas serão sigilosas.
- b. O envolvimento dos participantes no processo de pesquisa contribuirá oferecendo **benefícios**, como o acesso aos produtos do projeto (artigos publicados, eventos promovidos).
- c. Informações: Durante todo o período de estudo o(a) sr.(a) será acompanhado(a) pela pesquisadora que **ficará à sua disposição para quaisquer tipos de esclarecimentos** que o(a) sr.(a) necessite envolvendo informações mais aprofundadas do que está sendo estudado e do modo (metodologia) de como está sendo feito o estudo. Para informações, esclarecimentos e quaisquer outras demandas, pode-se entrar em contato

diretamente com o responsável pela pesquisa: Juliana Barbosa Zuquer Giaretta, telefone: **11 – 99844-4909**, e-mail: jzuquer@usp.br ou jzuquer@gmail.com.

d. Aspecto legal: Este consentimento foi elaborado de acordo com as diretrizes e normas regulamentadas de pesquisa envolvendo seres humanos. Atende a Resolução 196 de 10 de outubro de 1996 e a Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde – Brasília / DF, e suas complementares.

e. Confiabilidade: O sr.(a) terá **direito à privacidade**. Sua **identidade** (nome e sobrenome) **não será divulgada, caso faça esta opção**. Porém, o(a) sr.(a) assinará o termo de consentimento para que os resultados obtidos possam ser utilizados nesta pesquisa e apresentados em congressos e publicações.

ATENÇÃO: A participação nesta pesquisa é voluntária, e não será oferecida qualquer tipo de gratificação em dinheiro ou em outra espécie pelas informações fornecidas.

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa, e ter meus direitos de:

1. receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa;
2. retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo;
3. não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade.
4. procurar esclarecimentos com o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, no telefone 11 3061-7779 ou Av. Dr. Arnaldo, 715 – Cerqueira César, São Paulo – SP ou por e-mail: coep@fsp.usp.br em caso de dúvidas ou notificação de acontecimentos não previstos.

Declaro estar ciente do exposto e desejar participar deste projeto de pesquisa.

São Paulo, ____ de _____ de ____ .

Nome do sujeito: _____

Assinatura: _____

Eu, Juliana Barbosa Zuquer Giaretta declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto ao participante e/ou responsável.

_____ Data: ____/____/____.

Apêndice 4 – Roteiro definitivo utilizado nas entrevistas com integrantes dos Coletivos/Movimentos Sociais da Cidade de Roma.

1. Qual'è Il tuo nome e cognome?
2. Quanti anni hai?
3. Qual Il tuo stato civile?
4. Hai figli? Quanti?
5. Qual è tuo titolo di Studio?
6. Che lavoro fai?
7. Qual è tuo reddito mensile?
8. Dove abiti?
9. Come è nato Il movimento/associazione?
10. Dove è iniziato?
11. Per qual'e motivo Lei partecipa (motivazioni) a questo movimento/associazione?
12. Quali tecnologie usi per contattare altre persone del movimento/associazione o Il pubblico in generale ?
13. Come e dove (su internet o in qualche spazio fisico) decidete i temi di discussione/problemi da risolvere (in movimento/ associazione)? I come li realizzati?
14. Quali sono Il risultati (cite almeno tre risultati ottenuti)? Sei coinvolto?
15. C'è una relazione tra il movimento/associazione e il governo? Che tipo?
16. C'è una relazione tra il movimento e altri movimenti?
17. Potrebbe indicare Il nome di un'altra persona/associazione che Il possa fare contatto?

Apêndice 5 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em Italiano. **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO****Faculdade de Saúde Pública****COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISAS DA FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA**

Av. Dr. Arnaldo, 715 - CEP: 01246-904 – São Paulo – SP

Fone: 3061-7779

e-mail: coep@fsp.usp.br**MODULO DI CONSENSO LIBERO E TRASPARENTE**

Progetto di ricerca: Stanziamenti Usi e ICT: partecipazione sociale, la governance e rivitalizzazione dei Comuni

Questo progetto, in generale, mira a comprendere e discutere usi e stanziamenti di ICT e dispositivi virtuali e come possono riconfigurare la partecipazione del pubblico, sia nel perseguimento della governance, sia nel processo decisionale locale, è ancora in rivitalizzare gli spazi pubblico.

Pertanto, oltre a utilizzare una vasta gamma di dati secondari disponibili, questa ricerca comprende lo svolgimento di colloqui individuali, seguendo un copione di domande strutturate sul modello di interviste semi-strutturate in formato libero, con i problemi di driver assi relativi alla partecipazione sociale, usi e stanziamenti di ICT e dispositivi virtuali, la governance e la rivitalizzazione degli spazi pubblici.

Per quanto riguarda la partecipazione e il progresso del progetto:

- a. La ricerca offre il minimo rischio insiti in un certo disagio nel fornire informazioni, tuttavia, si segnala che, in qualsiasi momento (a) il signor (A) può rifiutare di prendere o revocare il consenso ad utilizzare le informazioni raccolte parte ma senza alcun danno alla sua persona, famiglia o qualsiasi persone vicine. Tutte le informazioni raccolte saranno riservate.
- b. Il coinvolgimento dei partecipanti al processo di ricerca sarà offrendo vantaggi come l'accesso ai risultati del progetto (articoli pubblicati, gli eventi promossi).
- c. Informazioni: Durante tutto il periodo di studio, il (la) il signor (a), devono essere accompagnati dal ricercatore, che sarà a vostra disposizione per ogni tipo di chiarimento che il (la) signor (a) richiede che coinvolge più informazioni approfondite in fase di studio e il modo (metodo) in cui lo studio è stato fatto. Per informazioni, chiarimenti ed eventuali altre richieste, si può contattare direttamente con il capo della ricerca: Juliana Barbosa Zuquer Giaretta, telefono: 11 - 99.844-4909, e-mail: jzuquer@usp.br o jzuquer@gmail.com

d. Aspetto legale: Tale consenso è stato redatto in conformità con le linee guida e gli standard di ricerca regolato che coinvolge soggetti umani. Serve Risoluzione 196 del 10 ottobre 1996 e la delibera n 466, del 12 dicembre 2012, il Consiglio Nazionale della Sanità, il Ministero della Salute - Brasília / DF, e il suo complementare.

e. Affidabilità: (La) Il signore (a) ha il diritto alla privacy. La sua identità (nome e cognome) non saranno comunicati, se si effettua questa scelta. Tuttavia, il(la) signor (a) firmerà il modulo di consenso così che i risultati ottenuti possano essere utilizzati in questa ricerca e presentati in occasione di conferenze e pubblicazioni.

ATTENZIONE: La **partecipazione a questo sondaggio è volontaria e non sarà offerto alcun tipo di bonus** in contanti o in un'altra specie per le informazioni fornite.

Dopo aver letto e ricevuto spiegazioni sulla ricerca, e avere i miei diritti:

1. ricevere risposta a qualsiasi domanda e chiarimento sulle procedure, i rischi, i benefici e altre ricerche correlate;
2. ritirare il consenso in qualsiasi momento e smettere di partecipare allo studio;
3. non essere identificati e mantenere la riservatezza delle informazioni relative alla privacy.
4. chiedere chiarimenti con il Comitato Etico della Scuola Sanità Pubblica dell'Università di San Paolo, al telefono 11 3061-7779 o Av Dr. Arnaldo, 715 - Cerqueira Cesar, São Paulo - SP oppure via e-mail: coep@fsp.usp.br con domande o notifiche di eventi

Dichiaro di essere a conoscenza di quanto sopra e desidero partecipare a questo progetto di ricerca.

Roma, ____ 2017.

Nome del soggetto: _____.

Firma: _____

Io, Juliana Barbosa Zuquer Giaretta dichiaro che ho fornito tutte le informazioni relative al progetto al partecipante e / o di un tutore.

Giorno: ____/____/2017.

CURRÍCULOS LATTES

Juliana Barbosa Zuquer Giaretta

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4218546739401718>
Última atualização do currículo em 07/03/2018

É Bióloga, Especialista em Saúde Ambiental, Mestre em Política, Planejamento e Gestão Ambiental pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP-USP) e aluna de Doutorado nesta mesma instituição junto ao Programa de Saúde Global e Sustentabilidade. Realizou estágio de pesquisa no exterior em 2010 (Argentina, Uruguai e Paraguai) e estágio de doutorado sanduíche em 2017 na Università degli Studi Roma Tre (Roma/Itália). Atua como professora em cursos de graduação e pós-graduação em universidades particulares de São Paulo. É pesquisadora da Rede SIADES - Sistema de Informações Ambientais para o Desenvolvimento Sustentável. Áreas de interesse: Sustentabilidade, Planejamento Urbano, Governança, Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para engajamento cívico e movimentos sociais urbanos. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome Juliana Barbosa Zuquer Giaretta
Nome em citações bibliográficas GIARETTA, Juliana Barbosa Zuquer; GIARETTA, J.B.Z.; ZUQUER, J.B.; ZUQUER, Juliana Barbosa

Endereço

Endereço Profissional Universidade Metodista de São Paulo,
Rua Alfeu Tavares (VI América)
Rudge Ramos
09641000 - São Bernardo do Campo, SP - Brasil
URL da Homepage: www.metodista.br

Formação acadêmica/titulação

2014 Doutorado em andamento em Saúde Global e Sustentabilidade, Faculdade de Saúde Pública, FSP, Brasil.
com **período sanduíche** em Università degli Studi Roma Tre (Orientador: Mario Pireddu).
Título: Uso e Apropriação das Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC) por Movimentos Sociais em Megacidades: a Busca pelo Direito à Cidade em São Paulo.
Orientador: Gabriela Marques Di Giulio.
Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.
2009 - 2011 Mestrado em Saúde Pública (Conceito CAPES 6).
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Título: Gestão Ambiental Municipal Participativa: Desafios e Condicionantes, Ano de Obtenção: 2011.
Orientador: Artindo Philippi Jr..
Bolsista do(a): CAPES / CEPEMA, INCT EMA, Brasil.
Palavras-chave: Políticas Públicas Ambientais; Gestão Ambiental Municipal; Participação Social.
Grande área: Ciências da Saúde
Grande Área: Ciências da Saúde / **Área:** Saúde Coletiva / **Subárea:** Saúde Pública / **Especialidade:** Saúde Ambiental.
2006 - 2007 Grande Área: Ciências da Saúde / **Área:** Saúde Coletiva / **Subárea:** Saúde Pública / **Especialidade:** Política, Planejamento e Gestão Ambiental.
Especialização em Saúde Ambiental. (Carga Horária: 530h).
Faculdade de Saúde Pública, FSP, Brasil.
Título: Avaliação da disposição final de baterias de celulares, disquetes e cd-rom na Faculdade de Saúde Pública, São Paulo - 2006..
Orientador: Wanda Maria Rizzo Günther e Maria da Penha Costa Vasconcello.
2002 - 2005 Graduação em Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura).
Centro Universitário São Camilo, SÃO CAMILO, Brasil.
Título: Utilização de Nicotiana tabacum L. Bel W3 como Biondicador de Ozônio para o Monitoramento de Qualidade do Ar.
Orientador: Mariana de Melo Rocha..

Formação Complementar

2016 - 2016 O Novo PPC de Adm. e seus Indicadores de Desempenho e de Sustentação, (Carga horária: 4h).
Universidade Metodista de São Paulo, UMESP, Brasil.
2016 - 2016 Inovação no Novo PPC de Adm. - Novos Percursos Pedagógicos, (Carga horária: 3h).
Universidade Metodista de São Paulo, UMESP, Brasil.
2014 - 2014 CAPDOC TV - Avançado, (Carga horária: 4h).
Universidade Metodista de São Paulo, UMESP, Brasil.
2013 - 2013 CAPDOC TV - Básico, (Carga horária: 16h).
Universidade Metodista de São Paulo, UMESP, Brasil.
2012 - 2012 Construção Sustentável AQUA. (Carga horária: 12h).
Fundação Carlos Alberto Vanzolini, FCAV, Brasil.
2009 - 2009 Extensão universitária em Redação de Trabalhos Científicos, (Carga horária: 8h).
Academia de Ciências do Estado de São Paulo, ACIESP, Brasil.
2009 - 2009 Sustentabilidade e Compromisso Ambiental na Univ.. (Carga horária: 4h).
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
2009 - 2009 DEDALUS e SIBINet -USP, (Carga horária: 2h).

Atuação Profissional

Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Vínculo institucional 2009 - 2011
Atividades 02/2009 - 05/2011
Vínculo: Bolsista - Mestrado, Enquadramento Funcional: Pesquisadora - Mestranda, Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva.
Pesquisa e desenvolvimento, Faculdade de Saúde Pública, .
Linhas de pesquisa
Política, Planejamento e Gestão Ambiental
Universidade Metodista de São Paulo, UMESP, Brasil.

Faculdade das Américas, FAM, Brasil.

Vínculo institucional

2017 - Atual Vínculo: Formal labor contract, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 20

Outras informações Atuação no curso de Ciências Biológicas e unidades curriculares comuns a todos os cursos.

Gabriela Marques Di Giulio

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1660099902680680>
Última atualização do currículo em 02/02/2018

É professora doutora do Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). Tem doutorado em Ambiente e Sociedade pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp-2010), mestrado em Política Científica e Tecnológica pelo Instituto de Geociências da Unicamp (2006), especialização em Jornalismo Científico pela Unicamp (2004) e graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp-2001). Realizou estágio de pós-doutoramento no Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM - Unicamp) entre 2011 e 2013. Realizou estágio de doutorado sanduíche em 2009 no Institute of Hazard, Risk and Resilience (Durham University, Inglaterra) e estágio de pesquisa no exterior na Stuttgart University, Alemanha, em 2012. Integra o Grupo de Pesquisa Meio Ambiente e Sociedade do Instituto de Estudos Avançados da USP, é pesquisadora permanente do Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Ciências Sociais e Sustentabilidade (NIECSS) e da Rede Ibero-americana de Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Áreas de interesse: Ambiente e Sociedade; Ciência e Comunicação; Riscos e Incertezas; Comunicação, Percepção e Governança do Risco; Processos Decisórios; Dimensões Humanas das Mudanças Climáticas, **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Gabriela Marques Di Giulio
Nome em citações bibliográficas	DI GIULIO, G.M.;GIULIO, G.M.;DI GIULIO, GABRIELA MARQUES;DI GIULIO, GABRIELA M.;DI GIULIO, G.;GIULIO, GABRIELA DI;GIULIO, GABRIELA MARQUES DI;DI GIULIO, GABRIELA
2005 - 2006	<p>Palavras-chave: comunicação de risco; governança; saúde pública; risco; chumbo - aspectos ambientais.</p> <p>Grande área: Ciências Sociais Aplicadas</p> <p>Grande Área: Ciências Humanas / Área: Sociologia / Subárea: Outras Sociologias Específicas / Especialidade: Sociologia Ambiental.</p> <p>Mestrado em Política Científica e Tecnológica (Conceito CAPES 6).</p> <p>Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil.</p> <p>Título: Divulgação Científica e Comunicação de Risco - um olhar sobre Adrianópolis, Vale do Ribeira, Ano de Obtenção: 2006.</p> <p>Orientador: Newton Müller Pereira.</p> <p>Bolsista do(a): Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, Brasil.</p> <p>Palavras-chave: comunicação de risco; divulgação científica; meio ambiente; saúde pública.</p> <p>Grande área: Ciências Sociais Aplicadas</p> <p>Especialização em Jornalismo Científico, (Carga Horária: 360h).</p> <p>Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil.</p> <p>Bolsista do(a): Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, Brasil.</p> <p>Graduação em comunicação social - jornalismo.</p> <p>Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil.</p>
2003 - 2004	
1998 - 2001	

Pós-doutorado

2011 - 2013	<p>Pós-Doutorado.</p> <p>Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil.</p> <p>Bolsista do(a): Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, Brasil.</p> <p>Grande área: Ciências Humanas</p> <p>Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Comunicação.</p>
--------------------	--

Formação Complementar

2014 - 2014	Saúde Global 2014, (Carga horária: 32h),
2011 - 2011	Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
2001 - 2001	Summer School Climate Change in cities,
1998 - 1998	HafenCity University Hamburg, HCU, Alemanha.
	Extensão universitária em Curso Intensivo de Jornalismo Aplicado, (Carga horária: 450h),
	Faculdade de Comunicação da Universidade de Navarra e O Estado de S. Paulo, NAVARRA/OESP, Brasil.
	Extensão universitária em Fundamentos da Antropologia Social, (Carga horária: 30h),
	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil.

Atuação Profissional

Universidade de São Paulo, USP, Brasil.	
Vínculo institucional	Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: RDIDP, Regime: Dedicção exclusiva.
2013 - Atual	
Atividades	Conselhos, Comissões e Consultoria, Faculdade de Saúde Pública, Departamento de Saúde Ambiental.
11/2016 - Atual	Cargo ou função
	Coordenadora do Programa de Pós-graduação Ambiente, Saúde e Sustentabilidade.
06/2015 - Atual	Conselhos, Comissões e Consultoria, Faculdade de Saúde Pública, .
	Cargo ou função
	Membro titular da Comissão Coordenadora do Programa Saúde Global e Sustentabilidade.
11/2014 - Atual	Conselhos, Comissões e Consultoria, Faculdade de Saúde Pública, .
	Cargo ou função
	Membro titular da Comissão Coordenadora do Programa Ambiente, Saúde e Sustentabilidade (Mestrado Profissional).
08/2014 - Atual	Ensino, Nutrição, Nível: Graduação
	Disciplinas ministradas
	Aspectos Ambientais na produção de refeições
06/2014 - Atual	Ensino, Saúde Pública, Nível: Especialização
	Disciplinas ministradas
	Saúde e Ambiente
05/2014 - Atual	Ensino, Mestrado Prof, Ambiente, Saúde e Sustentabilidade, Nível: Pós-Graduação
	Disciplinas ministradas
	Risco, ambiente e saúde global
05/2014 - Atual	Ensino, Saúde Global e Sustentabilidade, Nível: Pós-Graduação
	Disciplinas ministradas
	Risco, ambiente e saúde global
11/2013 - Atual	Conselhos, Comissões e Consultoria, Faculdade de Saúde Pública, Departamento de Saúde Ambiental.
	Cargo ou função
	Suplente - Comissão de Cultura e Extensão.